



Relatório de Gestão
e Demonstrações Financeiras
Intercalares

1º Semestre 2012

ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Elsa Maria Roncon Santos
Presidente

Bernardo Xavier Alabaça
Vice-Presidente

Maria Luísa da Silva Rilho
Secretário

Conselho de Administração

Joaquim José de Oliveira Reis
Presidente

Carlos Manuel Durães da Conceição
Administrador Executivo

José Manuel Pereira Mendes de Barros
Administrador Executivo

Fernanda Maria Mouro Pereira
*Administradora não Executiva, Presidente da Comissão de Auditoria
e membro da Comissão de Avaliação*

Pedro Miguel Rodrigues Soares Vasquez
*Administrador não Executivo, Membro das Comissões
de Auditoria e de Avaliação*

Pedro Miguel Nascimento Ventura
*Administrador não Executivo, Membro das Comissões
de Auditoria e de Avaliação*

Mário Alberto Duarte Donas
Administrador não Executivo, Presidente da Comissão de Avaliação

ROC

Grant Thornton & Associados, SROC
representada por Victor Franco (ROC 432)
ROC Efetivo

Leopoldo Alves & Associado, SROC
representada por Leopoldo de Assunção Dias (ROC 319)
ROC Suplente

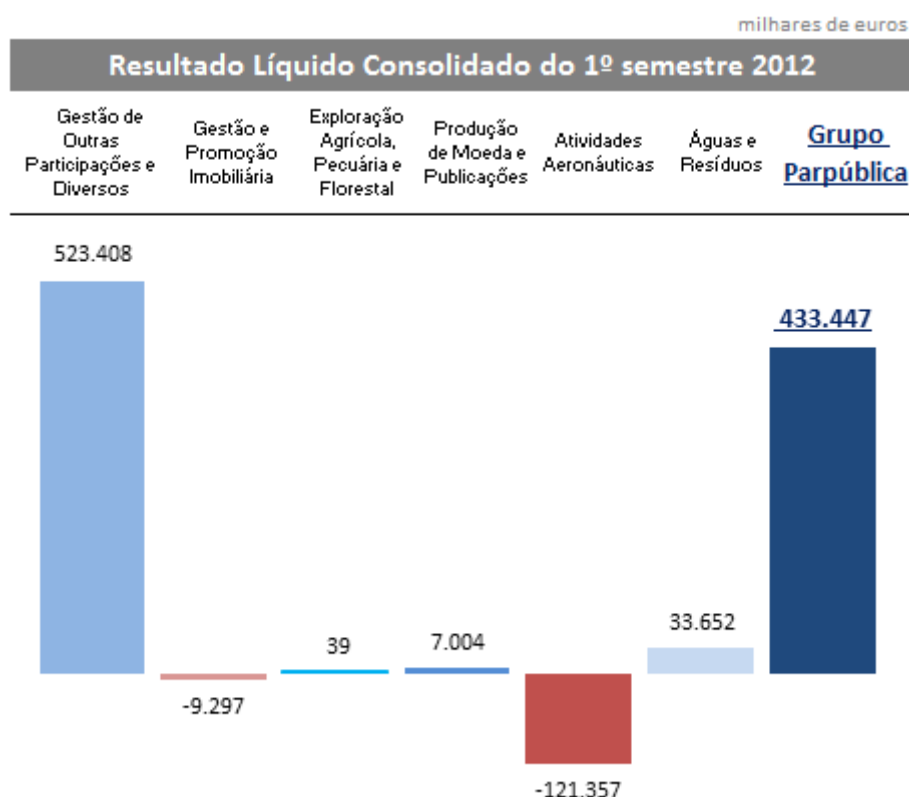
RELATÓRIO DE GESTÃO

- ❖ PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS
- ❖ PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS VERIFICADOS NO PERÍODO E PREVISTOS PARA O 2º SEMESTRE
- ❖ SITUAÇÃO FINANCEIRA DO GRUPO E PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE
- ❖ ATIVOS E RESULTADOS POR SEGMENTO E PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE
- ❖ DIVULGAÇÕES AO ABRIGO DO CVM E REGULAMENTO 4/2004 DA CMVM
- ❖ DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

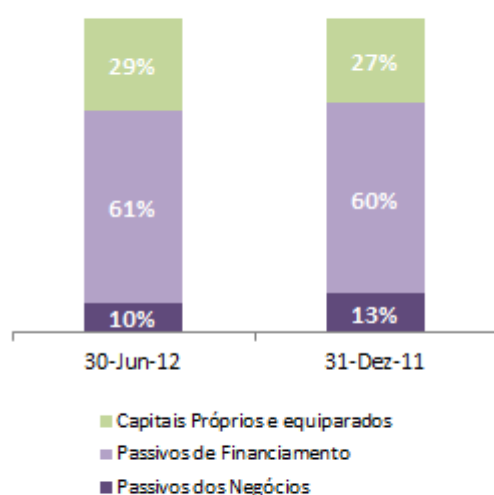
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES

RELATÓRIO DE GESTÃO

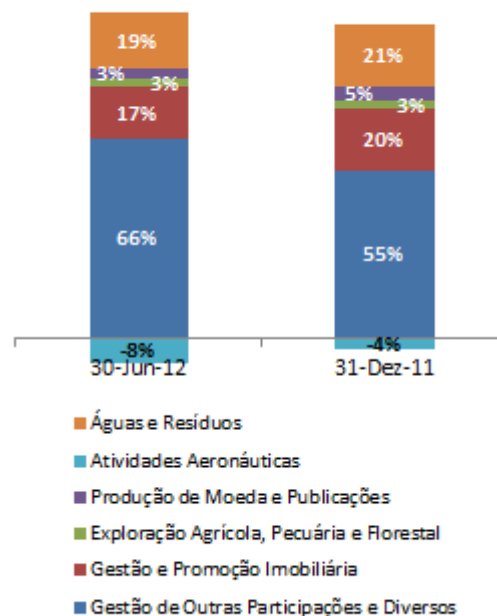
❖ PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

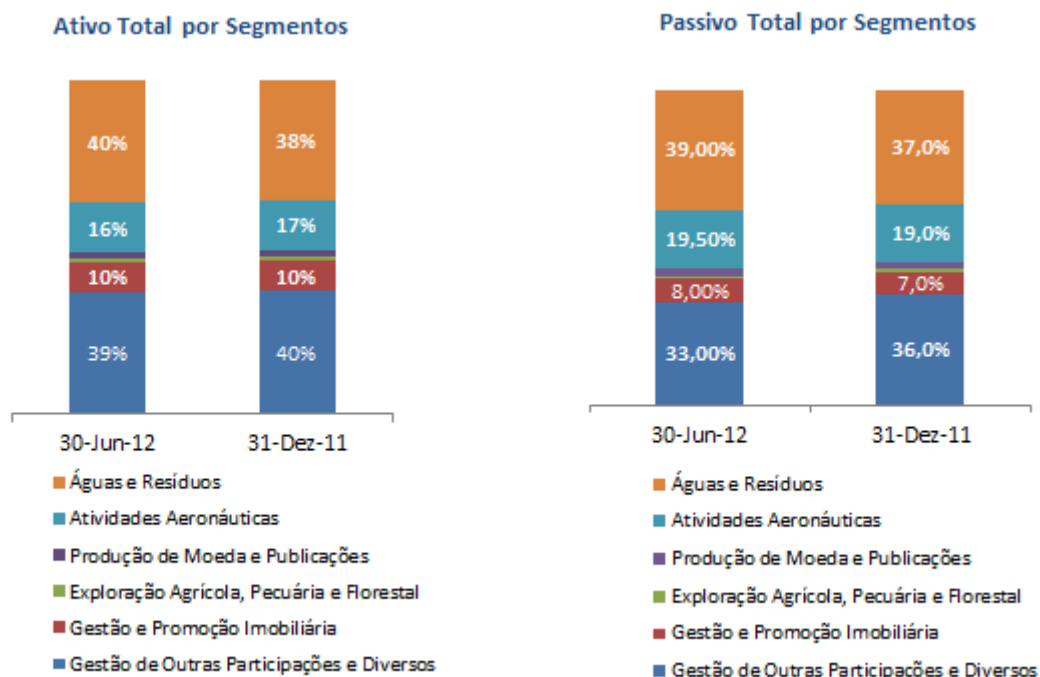


Estrutura de Financiamento do Ativo



Capital Próprio por Segmentos





❖ PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS VERIFICADOS NO PERÍODO E PREVISTOS PARA O 2º SEMESTRE

Ao nível do Grupo Parpública o semestre fica naturalmente marcado pela concretização das operações de reprivatização da EDP e da REN. Apesar de contratualizada ainda em 2011, a alienação da parcela correspondente a 21,35% do capital da EDP apenas se veio a concluir já no período em análise, após a obtenção das necessárias autorizações das autoridades regulatórias. Estas operações inserem-se na execução do conjunto de ações previstas no Programa de Assistência Económica e Financeira acordado com a Comissão Europeia, o BCE e o FMI, tendo gerado uma receita global de 3,3 mil milhões € (incluindo dividendos pagos pelas empresas relativos ao exercício de 2011). Para além destas transações, e no âmbito das ações previstas no mesmo Programa, prosseguiram durante o semestre os trabalhos preparatórios ao lançamento das operações de privatização da TAP e da ANA, tendo o governo já aprovado os diplomas que autorizam as respetivas operações e definem os modelos de reprivatização. Estes processos deverão assim registar durante o segundo semestre uma evolução

determinante, estando previsto que até ao final do ano possa estar integralmente definida a nova estrutura capital de ambas as empresas, em particular no que à TAP diz respeito.

Durante este primeiro semestre de 2012, e conforme estabelecido no Memorando de Entendimento celebrado em março de 2010 entre os Governos de Portugal e de Moçambique foram ainda assinados com a REN e a CEZA os contratos relativos à venda da participação da Parpública representativa de 15% do capital da HCB – Hidroelétrica de Cahora Bassa. Já no início do segundo semestre foi concretizada a alienação contratualizada com a REN, correspondente a 7,5% do capital social da HCB, aguardando-se que estejam reunidas as condições necessárias previstas no contrato para que seja possível concretizar também a alienação à CEZA da participação remanescente, correspondente também a 7,5%, e assim dar por concluído este processo.

Em resultado destas transações a carteira de participações sofreu uma alteração expressiva já que foram alienadas parcelas substanciais das duas participações mais significativas da Parpública, permanecendo ainda em carteira 9,9 % do capital da REN e 4,14% da EDP. Esta participação na EDP corresponde a ações que constituem ativo subjacente a obrigações emitidas em anteriores fases de reprivatização da empresa, situação que também caracteriza o lote de ações representativo da participação de 7% na GALP. Relativamente às restantes participações em carteira, a Parpública prosseguiu o seu papel de acompanhamento da atividade das participadas, sendo de referir que a atividade da Parpública e das empresas do Grupo prosseguiu de acordo com a estratégia que vem já do ano anterior e que assenta em objetivos claros e precisos de redução de custos operacionais e do endividamento.

❖ **SITUAÇÃO FINANCEIRA DO GRUPO E PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE**

A conjuntura manteve-se desfavorável para a generalidade dos negócios do Grupo dado o contexto financeiro e económico vigente, sendo que o expressivo resultado alcançado foi registado na holding e resulta da concretização das operações de reprivatização da REN e da EDP as quais geraram significativas mais valias.

A nível individual, o resultado alcançado reflete ainda os ajustamentos desfavoráveis de justo valor decorrentes fundamentalmente da redução da cotação das ações da REN, GALP e EDP que integravam no final do semestre a carteira da Parpública, mas também a evolução positiva dos dividendos recebidos de participadas face a igual período do ano passado. Em matéria de endividamento, a Parpública procedeu à amortização parcial do seu programa de papel comercial, daí resultando um decréscimo da dívida nominal superior a 3% face ao final de 2011, em linha com os objetivos definidos orçamentalmente. Os custos financeiros sofreram um ligeiro agravamento apesar da redução da dívida, a refletir o agravamento da evolução dos *spreads* na renovação das linhas de papel comercial ainda existentes. Como se referiu, o segundo semestre será fundamentalmente caracterizado pela conclusão das operações de venda atualmente em curso, que apresentarão um impacto muito significativo no balanço da Parpública, com especial relevância para a TAP de onde resulta atualmente o reconhecimento de passivos líquidos superiores a 351 milhões de euros.

A nível consolidado há a sublinhar a estabilização do passivo de financiamento já que a redução ocorrida na Parpública e acima reportada, apenas foi contrariada pelo acréscimo do endividamento ocorrido na AdP, SGPS, SA. Todos os restantes segmentos apresentam valores de endividamento inferiores ou semelhantes aos registados no final do exercício de 2011. O passivo total consolidado apresenta no final do período em análise, uma expressiva redução de aproximadamente 615 milhões € traduzindo essencialmente a redução verificada nos passivos dos negócios ocorrida no segmento de gestão de outras participações e diversos, onde se inclui a Parpública, e está essencialmente associada ao adiantamento, ainda no final de 2011, por conta da realização do pagamento na operação de reprivatização da EDP. Já o ativo total consolidado apresenta uma redução ligeira. Esta ligeira redução resulta no entanto de expressivas variações de sinal oposto nas duas parcelas que compõem o ativo total, ou seja, enquanto os ativos dos negócios apresentam uma redução de mais de 2,7 mil milhões €, os ativos diversos registam um crescimento de quase 2,5 mil milhões €. Estas variações em termos consolidados têm a sua origem no segmento que integra a Parpública.

Ainda assim o capital próprio apresenta um crescimento de 13% ascendendo aos 3,7 mil milhões €. No final do período os capitais próprios e os fundos equiparados (ou seja, incluindo os subsídios para ativos, que constituem passivos não exigíveis) financiam 29,5% do ativo total consolidado, percentagem que no final do ano de 2011 se situava nos 27%. Esta evolução

positiva apenas foi significativamente contrariada no segmento das atividades aeronáuticas onde se verificou um agravamento da situação patrimonial.

Quanto ao desempenho económico do Grupo, o aspeto essencial é o muito significativo aumento do resultado alcançado o que, como já anteriormente referido, está essencialmente associado ao efeito da alienação de ativos da Parpública no quadro da realização de operações de reprivatização. Assim, verifica-se que o resultado consolidado apresenta um aumento relativamente ao período homólogo de 2011 de 70,2 milhões € para 433,4 milhões €. Tal como em períodos anteriores também no 1º semestre de 2012 todos os segmentos apresentam resultados positivos, com exceção da *“gestão e promoção imobiliária”* e, muito em particular, do segmento das *“atividades aeronáuticas”*, neste caso devido ao desempenho do Grupo TAP. Também todos os segmentos apresentam uma diminuição do valor relativo a gastos com pessoal. Em termos consolidados essa redução foi de 4,8%, e resulta de reduções nos diferentes segmentos que variam entre os 19% - nos segmentos de *“outras participações e diversos”* e *“produção de moeda, publicações e produtos de segurança”* - e os 3,2%, no segmento das *“atividades aeronáuticas”*.

Também no que respeita aos fluxos de caixa, os aspetos mais relevantes ao longo do período estão relacionados com a empresa holding e estão associados à concretização das operações de reprivatização da EDP e da REN, as quais justificam que as atividades de investimento apresentem um fluxo positivo superior a 2,5 mil milhões € e que as disponibilidades no final do período ultrapassem os 2,8 mil milhões €.

Quanto ao perfil de risco mantiveram-se também as principais condicionantes as quais estão relacionadas principalmente com a atual conjuntura financeira da zona euro em geral e do país em particular. As notações que vêm sendo atribuídas pelas entidades especializadas que ao longo do tempo têm acompanhado o Grupo da Parpública, têm vindo a desenhar uma trajetória descendente mas que ao longo do semestre em análise estabilizou, refletindo a evolução da sua situação financeira, mas também uma redução da pressão sobre a República e a sua dívida soberana.

Atualmente as notações atribuídas à Parpública por essas entidades são as seguinte:

Moody's - Issuer rating: **B2/Negative Outlook**; Senior unsecured: **B2/Negative Outlook**
Standard & Poor's - Issuer rating: **B/Negative**; Senior unsecured: **B/ Negative**

As perspetivas até ao final do exercício continuam fortemente associadas à evolução dos mercados financeiros e das economias, nacional e internacional. Por um lado, a evolução dos negócios prosseguidos pela generalidade das empresas do Grupo depende dessa evolução e das perspetivas que se forem consolidando, ou não, quanto à efetiva resolução dos principais constrangimentos atuais. Por outro lado, a existência de perspetivas de evolução positiva da situação financeira e económica será determinante para a valorização dos ativos em carteira, sendo igualmente um fator facilitador e potencialmente favorável para a concretização da venda de alguns importantes ativos da holding, em particular a privatização das participações detidas na TAP e na ANA, operações que se encontram em fase avançada de preparação, e cujas condições serão importantes para o apuramento dos resultados anuais do Grupo.

❖ ATIVOS E RESULTADOS POR SEGMENTO E PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE

➤ Gestão de Outras Participações e Diversos

Este segmento integra as participações na INAPA, na Sage secur, na Credip e, principalmente, as participações na EDP, REN e GalpEnergia, além de outras participações diversas de reduzida expressão. Facilmente se percebe a muito significativa redução dos ativos e dos passivos dos negócios ocorrida neste segmento uma vez que tais variações estão associadas à saída das participações na EDP e na REN que foram objeto de reprivatização. Daí que o valor dos ativos dos negócios classificados como “detidos para venda” seja agora praticamente residual já que inclui apenas a participação remanescente de 9,9% na REN e a participação correspondente aos 15% na HCB que à data de 30 de junho ainda se encontrava integralmente na carteira da Parpública. A redução dos passivos dos negócios está associada ao facto do *closing* da operação da EDP ter ocorrido em 2012 com a consequente regularização do montante 600 milhões €, que havia sido recebido em 2011 por conta do preço acordado. Em contrapartida da redução dos ativos dos negócios, este segmento regista um crescimento equivalente dos ativos diversos os quais incluem agora o ativo financeiro da Parpública correspondente ao depósito junto do IGCP da parcela do encaixe financeiro proporcionado pelas privatizações efetuadas. Este valor permanece na titularidade da Parpública aguardando que sejam

definidas pelo Estado as regras para a sua afetação, conforme se encontra previsto na lei, nomeadamente no artº 9º do Decreto-Lei nº 209/2000, de 2 de setembro.

Em termos da estrutura patrimonial, este continua a ser um dos principais segmentos de atividade do Grupo Parpública, representando 39,3% do ativo consolidado, percentagem apenas ligeiramente inferior à verificada no final do exercício anterior (39,7%). Também o passivo deste segmento, e em particular o passivo de financiamento, continuam a representar fatias elevadas do passivo do Grupo, respondendo por 36% do passivo total consolidado e por 43% dos passivos de financiamento consolidados, percentagens inferiores às verificadas no final de dezembro de 2011. A redução foi particularmente significativa nos passivos dos negócios mas isso ficou a dever-se, com já referido, à regularização da parcela de 600 milhões que no final do ano estava contabilizada como passivo (adiantamento) a qual foi entretanto regularizada com o fecho da operação de reprivatização da EDP. Já a diminuição do passivo de financiamento resulta no essencial da redução do valor nominal da dívida da própria Parpública em cerca de 3%.

Igualmente associado à realização das operações de reprivatização está o expressivo crescimento do resultado alcançado neste segmento de atividade, que passou dos 140,7 milhões € no período homólogo de 2011 para os 523,4 milhões € neste semestre. Para este resultado concorre positivamente a realização de mais valias na venda da EDP e da REN no montante global de 574 milhões €, e rendimentos de participações (entre os quais dividendos) no montante de 237 milhões €, e negativamente o efeito dos juros efetivos que ascendem aos 114,7 milhões €. Ainda no que respeita aos gastos, e embora os relacionados com pessoal sejam muito pouco significativos neste segmento – representando apenas 0,3% do valor consolidado e correspondendo aos gastos incorridos pela própria Parpública e pelas sociedades SPE e Circuito do Estoril - é de assinalar que a redução registada relativamente a igual período de 2011 atingiu os 19%.

➤ **Gestão e Promoção Imobiliária**

Em termos patrimoniais, este segmento continua a ser bastante relevante no âmbito do Grupo Parpública já que utiliza cerca de 17% dos capitais próprios e representa pouco menos de 10% dos ativos e dos passivos consolidados. No entanto, e apesar desta importância do ponto de

vista patrimonial a sua contribuição para a formação do resultado consolidado é negativa, sendo, juntamente com o segmento das “*atividades aeronáuticas*”, os únicos que apresentam resultados negativos, embora de dimensão diferente.

Em termos comparativos há a salientar a grande estabilidade das principais rubricas, quer em termos patrimoniais, quer relativamente a resultados, sendo no entanto de salientar, quanto à formação dos resultados, a diminuição das vendas e prestações de serviços e rubricas associadas, a redução dos gastos com pessoal - em quase 13% - e o crescimento em mais de 19% dos juros suportados, refletindo o aumento do custo de financiamento, já que o passivo de financiamento apresenta até uma ligeira redução. Tudo isto traduzindo as principais tendências do setor e as orientações de gestão existentes.

Com efeito, no semestre, as condições de funcionamento do mercado aprofundaram o contexto de crise que perpassa o setor do Imobiliário há vários anos, com transações a níveis marginais e onde a fraca procura se tornou oportunista, 'especulando' com os preços e condições exigidas.

A constatação desta situação é visível e transversal às empresas do Grupo Parpública inseridas neste segmento.

Na **Sagestamo** (no essencial na Estamo), a situação financeira permanece complexa, pela conjugação de diversos fatores, ainda que o cerne da questão permaneça no adiado aumento do capital social. Não houve aquisições e as vendas (20 M€) revelaram-se inexpressivas, quer em relação às necessidades, quer aos objetivos propostos (70 M€). Neste quadro, assume crescente relevância o peso dos encargos financeiros na continuada deterioração dos resultados, evolução para a qual as imparidades e as dívidas de Clientes (rendas em atraso por parte de entidades públicas - quase 50 M€) deram também uma contribuição significativa.

No **Grupo Baía do Tejo**, o mercado refletiu-se de forma semelhante. Houve uma quebra significativa de empresas arrendatárias nos Parques (saldo líquido negativo de 12 contratos), ainda que sem impacto de monta nos resultados da principal componente de negócio. No entanto, a quebra dos resultados está prevista, podendo vir a ocorrer já na segunda metade do corrente ano, com a anunciada saída ou redução do espaço ocupado por alguns dos maiores clientes.

As intervenções em matéria de remoção dos passivos ambientais estiveram paradas, correspondendo o investimento essencialmente a intervenções de remodelação das instalações da empresa-mãe e a algumas demolições. Em contrapartida, subiram as vendas da Ambisider, e houve um encaixe extraordinário com a venda da participação (40%) na Portosider, na ordem dos 290 mil €. Os resultados foram, pelas razões supra, melhores do que o esperado e, apesar do enquadramento negativo a situação financeira da empresa permanece equilibrada.

De referir ainda que a meio do período foram eleitos os novos órgãos sociais para o mandato 2012-2014. De entre as perspetivas imediatas, a salientar a conclusão do processo de transferência da titularidade do património imobiliário da Margueira, a qual está ainda pendente de ações a promover pelo Estado no âmbito da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

Na **Lazer e Floresta, SA**, as más condições do mercado afetaram diretamente as vendas, quer de produtos agro-florestais e cinegéticos, as quais registaram uma quebra significativa face a anos anteriores, quer de propriedades. No 1º semestre, as vendas de propriedades não chegaram aos 5 milhões €, correspondendo grande parte à concretização de contratos promessa celebrados em 2011. Por outro lado não se realizou a aquisição de qualquer nova propriedade, o que justifica o acumular de disponibilidades de tesouraria, as quais no final do período ultrapassavam os 15,7 milhões €.

A atividade desenvolvida no semestre conduziu a um prejuízo de aproximadamente 200 mil €, originado pela quebra das vendas e prestações de serviços e também por ajustamentos no valor dos inventários. Ainda assim, a situação financeira da empresa continua extraordinariamente sólida, com mais de 90% do ativo financiado por capitais próprios, com expressivas disponibilidades de tesouraria e sem qualquer passivo de financiamento.

➤ **Exploração Agrícola Pecuária e Florestal**

Este segmento integra apenas a Companhia das Lezírias, SA e continua a ser o de menor expressão do Grupo Parpública. Em termos consolidados representa apenas 0,5% dos ativos e 0,1% dos passivos consolidados, utilizando cerca de 3% do capital próprio do Grupo.

Ao longo do semestre, a atividade da sociedade gerou um resultado praticamente nulo (39 mil €) que compara com um lucro de 1,2 milhões € no período homólogo. Esta evolução negativa traduz a redução do volume de negócios em cerca de 16,5% ao mesmo tempo que os gastos operacionais se mantiveram ao mesmo nível do 1º semestre de 2011, isto apesar da redução de cerca de 4,7% registada nos gastos com o pessoal. Acresce que o justo valor dos ativos registou um ajustamento favorável muito inferior ao que se verificou naquele período de 2011.

Ainda assim a situação patrimonial da sociedade mantém-se sólida. O passivo total continua a representar apenas cerca de 2% do ativo, sendo composto essencialmente por passivos por impostos diferidos, e não regista qualquer endividamento bancário.

Durante o período em análise a Assembleia Geral da sociedade procedeu à nomeação dos órgãos sociais para o mandato 2012 – 2014.

➤ **Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança**

O segmento de atividade relacionado com a produção de moeda, publicações e produtos de segurança é outro dos que, no âmbito do Grupo Parpública, integra apenas uma sociedade, a INCM – Imprensa Nacional, Casa da Moeda, SA e tem um peso relativo muito diminuto, representando menos de 1% dos ativos e passivos totais, embora cerca de 4% dos capitais próprios do Grupo estejam afetos a esta atividade.

No primeiro semestre de 2012 as atividades desenvolvidas pela INCM geraram um resultado líquido de 7 milhões €, o que representa uma redução de quase 65% relativamente ao obtido no período correspondente de 2011, embora em linha com o verificado em anos anteriores. Esta significativa flutuação do resultado está associada ao facto de em 2011 ter sido desenvolvido o essencial da operação de destruição das moedas de escudo com a subsequente alienação do metal, operação que influenciou muito positivamente os resultados do exercício de 2011 mas que é uma operação não recorrente.

Ainda assim a estrutura patrimonial da sociedade mantém-se sólida, com o ativo a ser financiado em mais de 68% pelos capitais próprios, percentagem superior à verificada no final

do exercício anterior, evolução que traduz principalmente uma significativa redução do endividamento.

➤ **Atividades Aeronáuticas**

Este segmento integra os ativos e passivos dos Grupos TAP e ANA, pelo que, estando ambas em processo de reprivatização, a totalidade daqueles ativos e passivos encontra-se classificada como “detidos para venda”, o que aliás já acontecia no final do exercício de 2011 e até no final do primeiro semestre de 2011, mas neste caso apenas relativamente aos ativos e passivos do Grupo TAP.

O segmento continua a ter um peso relativo muito grande no que respeita ao volume de negócios e também em relação aos ativos e passivos consolidados do Grupo Parpública, embora o seu contributo para a formação dos resultados e dos capitais próprios consolidados seja negativo, situação que aparece mesmo agravada por via da evolução dos negócios do Grupo TAP no decurso do semestre em análise.

É sabido que os negócios que integram este segmento são particularmente sensíveis à conjuntura económica e financeira, quer nacional quer internacional, as quais continuam negativamente condicionadas pela instabilidade e inseguranças dos mercados financeiros, pela necessidade de consolidação da situação orçamental em grande parte dos países da zona euro, e pela frágil capacidade de recuperação das principais economias, além do próprio preço do petróleo, particularmente no que à TAP diz respeito. Ainda assim, o Grupo ANA continua a apresentar não só uma situação patrimonial muito mais sólida do que o Grupo TAP, apresentando-se este claramente sub-capitalizado, como a atividade operacional desenvolvida continua a gerar resultados substancialmente opostos.

O **Grupo TAP** encerrou o semestre em análise com um prejuízo que ultrapassou os 140 milhões €, valor que, embora seja muito superior ao prejuízo verificado em todo o exercício de 2011 (76,8 milhões €), é apenas ligeiramente superior ao que se registou no primeiro semestre de 2011 (137 milhões €), o que confirma a tendência que aponta para que o primeiro semestre seja mais desfavorável do que o segundo, havendo por isso fundadas expectativas para que o resultado anual venha a recuperar, embora se anteveja como muito difícil a anulação do prejuízo agora registado.

Ao nível da atividade, o transporte aéreo continua a ser o negócio mais determinante, sendo de salientar que os restantes negócios, em particular o da manutenção no Brasil e o do handling, que têm sido significativamente deficitários, apresentam no semestre evoluções favoráveis. A este propósito é ainda de referir a assinatura durante o período em análise do contrato de venda de 50,1% do capital social da SPdH, o qual veio a produzir efeitos a partir da decisão da autoridade da concorrência de 20 de Julho último, estando no entanto ainda dependente da conclusão do processo relativo à atribuição de licenças de handling para os aeroportos de Lisboa e Porto.

No negócio do transporte aéreo registou-se um aumento da procura, em particular nas rotas do Atlântico Norte, Europa e Atlântico Sul, o que proporcionou o aumento do número de passageiros transportados na ordem dos 4,9% e dos rendimentos e ganhos operacionais em cerca de 8,3% (mais 78 milhões €). Porém, o aumento dos custos associados a operações de manutenção e, muito em particular, o crescimento em mais de 20% dos custos com combustíveis (traduzindo um crescimento do preço médio de 5,5%) mais do que compensaram o crescimento das receitas operacionais. Ainda ao nível dos custos é de referir a redução verificada nos gastos com pessoal (- 2,3%).

Ainda assim o Grupo TAP conseguiu reduzir o endividamento em cerca de 100 milhões €, essencialmente através do aumento do valor associado a documentos pendentes de voo e à redução das disponibilidades de caixa. No final do semestre em análise o endividamento consolidado do Grupo TAP ascendia a 1,1 mil milhões €, incluindo *leasings*.

A situação financeira e patrimonial do Grupo TAP continua assim crítica com capitais próprios negativos que, após o prejuízo verificado no período, ultrapassam agora os 500 milhões €.. A conquista de um acionista capaz de investir e dinamizar a reestruturação dos negócios é essencial e incontornável à manutenção de perspectivas de viabilidade empresarial do grupo em termos que permitam, nomeadamente, a continuação da sua atividade em benefício das regiões, do País e dos seus trabalhadores.

O **Grupo ANA**, por seu lado, obteve no semestre um lucro de 28,7 milhões €, ligeiramente inferior ao do período homólogo que havia sido de 29,3 milhões €, resultado que se traduz numa remuneração dos capitais próprios de 7,5% e que permitiu manter a estrutura

patrimonial do Grupo, já que os capitais próprios se apresentam suficientes para financiar 30% do ativo total, percentagem ligeiramente superior à verificada no final do exercício de 2011.

No plano operacional é de referir que nos diversos aeroportos geridos pelas empresas do Grupo ANA, e relativamente ao primeiro semestre de 2011, verificou-se que o número de movimentos de aeronaves sofreu uma redução de 2,2% e a carga movimentada também se reduziu em cerca de 6%, ao contrário do verificado com o número de passageiros que aumentou, embora modestamente, (+0,4%), muito em particular devido ao crescimento verificado no aeroporto de Lisboa, utilizado por mais de 7 milhões de passageiros, representando um crescimento de 3,1%.

Assim, quer o volume de negócios quer o EBITDA mantiveram-se em valores muito próximos aos registados em igual período do ano anterior, sendo a ligeira redução do resultado consequência do aumento de alguns dos custos, designadamente relacionados com imparidades de dívidas a receber, amortizações e fornecimentos e serviços externos, estes decorrentes do aumento da capacidade. Já a evolução dos gastos com pessoal revela a adoção de medidas de contenção apresentando uma redução superior a 4 milhões €, ou seja, cerca de 7,4% quando comparados com os verificados no 1º semestre de 2011.

Os investimentos realizados pelas empresas do Grupo ANA, quase exclusivamente da responsabilidade da ANA, SA, ascenderam aos 22 milhões €, montante que representa uma quebra de 45% face ao mesmo período de 2011. Daquele montante, mais de 70% corresponde a obras realizadas nos aeroportos de Lisboa e de Faro, intervenções integradas nos respetivos planos de remodelação e desenvolvimento e, no caso de Faro, relacionadas também com a reparação dos danos causados pela intempérie de outubro de 2011.

Relativamente ao nível do endividamento há a registar a sua relativa estabilização em cerca de 690 milhões €, o que aliás significa uma redução de 1,3% quando comparado com o valor relativo a 31 de dezembro de 2011.

O Grupo ANA enfrenta agora a fase decisiva de preparação e lançamento do processo de reprivatização, o qual permitirá seguramente manter a trajetória de consolidação da sua estrutura financeira e dinamizar a sua estratégia empresarial e de negócio em função do interesse público subjacente á sua atividade central e de acordo com os novos desafios setoriais que se desenham.

➤ **Águas e Resíduos**

O segmento das “*águas e resíduos*” inclui os ativos e passivos das empresas do Grupo AdP, no qual a Parpública detém uma participação direta correspondente a 72,18% do capital. Este segmento é um dos mais relevantes sob o ponto de vista patrimonial, sendo responsável por praticamente 40% dos ativos e dos passivos consolidados do Grupo Parpública. Já em termos de resultados, a contribuição deste segmento para a formação do resultado consolidado foi inferior a 8%, quando no semestre homólogo havia sido de quase 50%, redução que é integralmente explicada pelo expressivo aumento do resultado consolidado ao nível do grupo Parpública, já que o resultado obtido pelo Grupo AdP não sofreu alteração significativa.

No semestre em referência, as atividades prosseguidas pelas várias empresas do Grupo AdP conduziram à obtenção de um lucro de 66,9 milhões €, do qual é objeto de consolidação a parcela de 33,6 milhões € relativa à participação detida pela Parpública, ou seja, após a consideração dos interesses minoritários ao nível da AdP e das suas participadas. Este resultado reflete o aumento do volume de negócios de cerca de 11,4%, parte significativa do qual está relacionada com o aumento de 160% do valor registado como “desvio tarifário” que traduz a diferença entre a tarifa fixada pelo Estado para 2012 e os custos incorridos pelas concessionárias. Mas, por outro lado, o resultado obtido reflete também o aumento dos custos de financiamento e o impacto negativo da variação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados, e ainda o agravamento dos custos operacionais, neste caso devido em particular ao agravamento dos gastos com energia, já que nas restantes componentes se verificaram algumas reduções, como foi o caso dos gastos com pessoal que apresentam uma significativa redução de 8,5% quando comparados com os incorridos em igual período do ano passado.

A questão das dívidas dos municípios continua a figurar entre as principais condicionantes da situação financeira do Grupo AdP tanto mais que no período em análise se verificou um aumento de 16% dos saldos em dívida, os quais em 30 de junho último ascendiam aos 325,8 milhões €. Relativamente a esta situação existem agora perspetivas que permitem algum otimismo quanto ao desfecho deste processo na sequência da aprovação, no Conselho de Ministros de 16 de junho, do Programa de Apoio à Economia Local no âmbito do qual foram definidos mecanismos e disponibilizados meios que poderão permitir a regularização das dívidas em causa.

De referir ainda que o segmento apresenta uma estrutura patrimonial estável, com o ativo a ser financiado por capitais próprios e equiparados (onde se incluem os subsídios ao investimento dado que constituem passivo não exigível) em cerca de 40%, percentagem semelhante à verificada no final de 2011, assistindo-se portanto a uma estabilização do valor do endividamento em torno dos 3 mil milhões €.

❖ **DIVULGAÇÕES AO ABRIGO DO CVM E REGULAMENTOS DA CMVM**

➤ **Auditoria ou revisão limitada à informação semestral**

As demonstrações financeiras intercalares não foram sujeitas a auditoria ou revisão limitada.

➤ **Valores mobiliários emitidos por empresas do grupo detidos por titulares dos órgãos sociais**

Os membros dos órgãos sociais não são detentores de instrumentos financeiros emitidos por empresas do grupo.

➤ **Titulares de participações qualificadas**

O capital da Parpública, SGPS, SA, sociedade de capitais públicos, é detido na totalidade pelo Estado.

❖ **DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Tanto quanto é do nosso conhecimento a informação constante das demonstrações financeiras consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Parpública e das empresas incluídas no perímetro de consolidação.

É igualmente nossa convicção que o relatório de gestão expõe fielmente as informações relativas à indicação dos acontecimentos importantes ocorridos no período em análise, do seu impacto nas respetivas demonstrações financeiras, contendo ainda a adequada descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Lisboa, em 31 de agosto de 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Joaquim José de Oliveira Reis
Presidente

Carlos Manuel Durães da Conceição
Administrador

José Manuel Pereira Mendes Barros
Administrador

Fernanda Maria Mouro Pereira
Administradora não executiva

Pedro Soares Vasquez
Administrador não executivo

Pedro Miguel Nascimento Ventura
Administrador não executivo

Mário Alberto Duarte Donas
Administrador não executivo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 30 DE JUNHO DE 2012	3
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012	4
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012.....	5
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012	6
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012	7
NOTAS.....	8
1 - Atividade económica do Grupo PARPÚBLICA	8
2 - Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas	11
3 - Reexpressões e reclassificações.....	43
4 - Fluxos de caixa	45
5 - Ativos fixos tangíveis.....	45
6 - Propriedades de investimento.....	47
7 - <i>Goodwill</i>	49
8 - Ativos intangíveis	49
9 - Ativos biológicos	50
10 - Participações financeiras em associadas	51
11 - Participações financeiras – outros métodos.....	52
12 - Outros ativos financeiros	53
13 - Ativos e Passivos por impostos diferidos	54
14 - Clientes	55
15 - Adiantamentos a fornecedores	55
16 - Estado e outros entes públicos.....	56
17 - Outras contas a receber	56
18 - Diferimentos	57
19 - Inventários	59
20 - Caixa e depósitos bancários.....	60
22 - Capital próprio	63
23 - Interesses que não controlam – Balanço.....	64
24 - Provisões.....	64
25 - Financiamentos obtidos.....	66
26 - Responsabilidades por benefícios pós-emprego	69
27 - Adiantamentos de clientes	71
28 - Fornecedores	72
29 - Outras contas a pagar.....	72
30 - Outros passivos financeiros	73
31 - Vendas e serviços prestados.....	74
32 - Subsídios à exploração.....	74
33 - Ganhos e perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.....	75
34 - Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	75
35 - Mais-valias resultantes de reprivatizações	76
36 - Variação nos inventários da produção	76
37 - Trabalhos para a própria entidade	76
38 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	77
39 - Fornecimentos e serviços externos	78
40 - Gastos com o pessoal.....	79
41 - Ajustamentos de inventários (perdas / reversões).....	80
42 - Imparidade de dívidas a receber	80
43 - Provisões	81

44 - Imparidade de investimentos	81
45 - Aumentos / reduções de justo valor	82
46 - Outros rendimentos e ganhos	83
47 - Outros gastos e perdas	84
48 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização	85
49 - Subsídios ao investimento	85
50 - Juros e rendimentos e gastos similares obtidos / suportados.....	85
51 - Imposto sobre o rendimento do período	86
52 - Interesses que não controlam – Resultado Líquido.....	87
53 - Unidades operacionais descontinuadas	88
54 - Entidades Relacionadas	89
55 - Ativos e passivos financeiros	89
56 - Perspetiva sobre os riscos em instrumentos financeiros.....	91
57 - Ativos e passivos contingentes	109
58 - Eventos subsequentes relevantes	117
59 - Divulgações de natureza não contabilística.....	118

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 30 DE JUNHO DE 2012

Valores em Milhares Euros				
RUBRICAS	Notas	30-Jun-12	31-Dez-11	1-Jan-11
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	1 104 281	1 115 111	3 144 987
Propriedades de investimento	6	459 616	459 358	468 509
Goodwill	7	114 593	114 593	327 728
Ativos intangíveis	8	4 837 908	4 792 297	4 764 834
Ativos biológicos	9	19 346	21 552	23 109
Participações financeiras em associadas	10	509 202	522 615	3 051 672
Outras participações financeiras	11	877 825	1 038 908	1 329 630
Outros ativos financeiros	12	2 143 205	1 984 499	1 432 800
Ativos por impostos diferidos	13	312 440	293 597	295 218
Outras contas a receber	17	159 250	168 304	143 862
Diferimentos	18	501 010	430 171	332 895
		11 038 674	10 941 004	15 315 243
Ativo corrente				
Inventários	19	1 158 001	1 172 709	1 456 646
Ativos biológicos	9	2 834	2 859	2 733
Clientes	14	578 779	482 226	613 469
Adiantamentos a fornecedores	15	2 506	2 664	12 635
Estado e outros entes públicos	16	38 861	39 219	43 094
Outras contas a receber	17	213 931	279 900	374 929
Diferimentos	18	16 341	12 417	26 205
Outros ativos financeiros	12	15 679	10 697	10 926
Caixa e depósitos bancários	20	2 942 053	520 424	901 944
		4 968 985	2 523 115	3 442 582
Ativos não correntes detidos para venda	21	3 275 885	6 014 893	-
		8 244 870	8 538 008	3 442 582
Total do ativo		19 283 545	19 479 012	18 757 825
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital realizado		1 027 151	1 027 151	1 027 151
Reservas legais		730 233	724 491	725 084
Outras reservas		91 721	94 717	106 414
Ajustamentos em ativos financeiros		1 301	(479 642)	(467 963)
Resultados transitados		735 005	1 199 305	1 097 368
Resultado líquido do período atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe		433 448	59 592	94 981
Total do capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe	22	3 018 859	2 625 614	2 583 036
Interesses que não controlam	23	650 185	625 460	551 594
Total do capital próprio		3 669 044	3 251 073	3 134 630
Passivo não corrente				
Provisões	24	33 732	32 590	196 917
Financiamentos obtidos	25	6 472 382	6 441 603	8 304 187
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	26	40 870	43 249	126 690
Passivos por impostos diferidos	13	388 275	365 276	369 794
Acionistas / sócios		-	-	190
Outras contas a pagar	29	176 125	188 486	194 022
Outros passivos financeiros	30	52 491	38 456	16 107
Diferimentos	18	2 608 965	2 603 645	2 613 571
		9 772 840	9 713 305	11 821 477
Passivo corrente				
Provisões		92	304	-
Fornecedores	28	66 608	60 189	243 524
Adiantamentos de clientes	27	1 748	1 823	3 628
Estado e outros entes públicos	16	48 924	74 779	234 256
Acionistas / sócios		18	18	18
Financiamentos obtidos	25	1 652 183	1 724 671	1 912 502
Outras contas a pagar	29	829 420	1 398 666	1 321 143
Outros passivos financeiros	30	1 302	3 666	8 324
Diferimentos	18	28 660	28 546	78 325
		2 628 954	3 292 662	3 801 718
Passivos relacionados com ativos não correntes detidos para venda	21	3 212 708	3 221 972	-
		5 841 661	6 514 635	3 801 718
Total do passivo		15 614 501	16 227 939	15 623 195
Total do capital próprio e do passivo		19 283 545	19 479 012	18 757 825

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012

Valores em Milhares Euros			
RUBRICAS	Notas	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Vendas e serviços prestados	31	1 840 628	1 761 408
Subsídios à exploração	32	3 614	7 403
Ganhos e perdas imputados de associadas	33	3 379	163 144
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	34	231 686	38 075
Mais-valias resultantes de reprivatizações	35	574 169	-
Variação nos inventários da produção	36	(6 302)	(474)
Trabalhos para a própria entidade	37	15 037	16 718
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	38	(130 880)	(157 985)
Fornecimentos e serviços externos	39	(1 009 599)	(930 230)
Gastos com o pessoal	40	(397 441)	(417 515)
Ajustamentos de inventários	41	(825)	(1 481)
Imparidade de dívidas a receber	42	(3 726)	(1 126)
Provisões	43	1 000	2 593
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis	44	(49 001)	(23 178)
Aumentos / reduções de justo valor	45	(164 397)	39 045
Outros rendimentos e ganhos	46	64 370	63 659
Outros gastos e perdas	47	(42 174)	(33 650)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		929 536	526 405
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	48	(227 822)	(227 495)
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis	44	59	-
Subsídios ao investimento	49	40 061	36 872
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		741 834	335 782
Juros e rendimentos similares obtidos	50	3 451	4 186
Juros e gastos similares suportados	50	(219 520)	(193 336)
Resultado antes de impostos		525 765	146 632
Imposto sobre o rendimento do período	51	(47 587)	(39 141)
Resultado líquido do período		478 179	107 491
Resultado líquido dos interesses que não controlam	52	44 731	37 284
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe		433 448	70 208
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido do período	53	655 722	68 041
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	53	644 324	56 641
Resultado básico e diluído por ação (euros):			
Proveniente de unidades operacionais em continuação e de unidades operacionais descontinuadas		1,08	0,18
Proveniente de unidades operacionais descontinuadas		1,61	0,14

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012

<i>Valores em Milhares Euros</i>		
RUBRICAS	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Resultado líquido no período	478 179	107 492
Outro rendimento integral		
Ganhos e perdas com conversão de balanços expressos em moeda diferente	(3 081)	(3 324)
Ganhos e perdas da remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda	19	7
Ganhos e perdas em instrumentos de cobertura (de fluxo de caixa)	(16 324)	952
Outro rendimento integral imputado de associadas e empreendimentos conjuntos	(6 202)	(21 320)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos (só de rubricas do CP)	121	-
Outros ganhos e perdas	(15 776)	(850)
	(41 242)	(24 535)
Rendimento integral	436 936	82 958
Rendimento integral		
Atribuível aos detentores de capital	393 245	45 699
Atribuível aos interesses que não controlam	43 691	37 259

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Subtotal (antes de I.M.)	Interesses que não controlam
Posição financeira em 01-01-2011	3 125 982	1 027 151	725 084	106 414	21 359	(467 963)	-	1 064 126	98 217	2 574 388	551 594
Ajustamentos e correções com efeitos retrospectivos	8 648	-	0	0	(21 359)	(0)	-	33 243	(3 236)	8 648	0
Posição em 01-01-2011 após ajustamentos e correções	3 134 630	1 027 151	725 084	106 414	-	(467 963)	-	1 097 368	94 981	2 583 036	551 594
Transações com proprietários de capital no 1º semestre de 2011	(55 543)	-	770	(10 918)	-	148	-	79 984	(94 985)	(25 000)	(30 543)
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	(61 598)	-	770	(10 918)	-	148	-	79 984	(94 985)	(25 000)	(36 598)
Outras transações	6 055	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6 055
Rendimento integral no 1º semestre de 2011	82 958	-	(1 311)	(2 434)	-	(21 161)	-	398	70 208	45 700	37 259
Resultado líquido do período	107 492	-	-	-	-	-	-	-	70 208	70 208	37 284
Outro rendimento integral	(24 533)	-	(1 311)	(2 434)	-	(21 161)	-	398	-	(24 508)	(25)
Posição financeira em 30-06-2011	3 162 045	1 027 151	724 543	93 062	-	(488 976)	-	1 177 750	70 204	2 603 735	558 309
Transações com proprietários de capital no 2º semestre de 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras transações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendimento integral no 2º semestre de 2011	89 029	-	(52)	1 655	-	9 334	-	21 555	(10 613)	21 878	67 150
Resultado líquido do período	57 104	-	-	-	-	-	-	-	(10 616)	(10 616)	67 720
Outro rendimento integral	31 924	-	(52)	1 655	-	9 334	-	21 555	3	32 494	(570)
Posição financeira em 31-12-2011	3 251 073	1 027 151	724 491	94 717	-	(479 642)	-	1 199 305	59 591	2 625 614	625 460
Transações com proprietários de capital no 1º semestre de 2012	(18 966)	-	6 583	64	-	-	-	52 945	(59 592)	0	(18 966)
Cobertura de prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	(2 235)	2 235	-	-
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	(22 691)	-	6 583	64	-	-	-	55 180	(61 827)	0	(22 691)
Outras transações	3 725	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3 725
Rendimento integral no 1º semestre de 2012	436 936	-	(841)	(3 060)	-	480 944	-	(517 246)	433 448	393 245	43 691
Resultado líquido do período	478 179	-	-	-	-	-	-	-	433 448	433 448	44 731
Outro rendimento integral	(41 243)	-	(841)	(3 060)	-	480 944	-	(517 246)	-	(40 203)	(1 040)
Posição financeira em 30-06-2012	3 669 043	1 027 151	730 233	91 721	-	1 302	-	735 004	433 448	3 018 859	650 184
Dividendos distribuídos em 2012 (a accionistas da empresa-mãe)											
N.º de acções do capital											
Dividendos por acção											

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012

Valores em Milhares Euros		
RUBRICAS	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Atividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	1 980 566	1 660 264
Pagamentos a fornecedores	(1 542 756)	(1 392 644)
Pagamentos ao pessoal	(267 841)	(341 264)
<i>Caixa gerada pelas operações</i>	169 968	(73 644)
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	(69 262)	(87 421)
Outros recebimentos / pagamentos relativos à atividade operacional	152 644	284 477
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais</i>	253 351	123 411
Atividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Outros ativos fixos tangíveis	7 155	1 748
Ativos fixos intangíveis	160	38
Investimentos financeiros	2 534 924	95 918
Subsídios ao investimento	47 156	44 482
Juros e rendimentos similares	12 435	12 491
Dividendos	262 190	213 121
	2 864 020	367 798
Pagamentos respeitantes a:		
Outros ativos fixos tangíveis	(60 255)	(89 716)
Propriedades de investimento	(2 097)	(1)
Outros ativos intangíveis	(101 899)	(190 807)
Investimentos financeiros	(186 603)	(112 279)
Juros e gastos similares	-	(7)
Empréstimos concedidos	(1 219)	(172)
Outros ativos	(268)	(488)
Direito de concessão	(597)	-
	(352 939)	(393 470)
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento</i>	2 511 081	(25 672)
Atividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	3 725	1 679
Financiamentos obtidos	269 852	780 837
Subsídios e doações	-	3 654
Juros e rendimentos similares	1 245	945
Outras operações de financiamento	1 000	-
	275 822	787 115
Pagamentos respeitantes a:		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	(850)
Financiamentos obtidos	(444 126)	(691 801)
Contratos de locação financeira	(69 384)	(59 519)
Juros e gastos similares	(122 950)	(87 332)
Dividendos	(35 428)	(27 030)
Outras operações de financiamento	-	(334)
	(671 888)	(866 866)
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</i>	(396 066)	(79 751)
Variações de caixa e seus equivalentes	2 368 366	17 989
Das quais provenientes de unidades operacionais descontinuadas (Nota 53)	192 692	62 978
Efeito das diferenças de câmbio	(630)	1 967
Caixa e seus equivalentes no início do período	471 180	712 744
Descobertos bancários	278 104	234 544
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 838 917	732 700

RUBRICAS	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 838 917	732 700
Descobertos bancários	278 104	234 544
Variações de caixa por concentrações	-	-
Outros	1 466	1 465
Caixa e seus equivalentes classificados como ativos não correntes detidos para venda	(176 433)	(165 800)
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	2 942 054	802 909

NOTAS

1 - Atividade económica do Grupo PARPÚBLICA

A PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, SA (abreviadamente designada por Empresa ou PARPÚBLICA) é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, constituindo um instrumento do Estado para atuação nos seguintes domínios:

- a) Gestão de participações em empresas em processo de privatização ou privatizáveis a prazo;
- b) Desenvolvimento dos processos de privatização, no quadro determinado pelo governo;
- c) Reestruturação de empresas transferidas para a sua carteira para o efeito;
- d) Acompanhamento de participações em empresas privatizadas que conferem direitos especiais ao Estado;
- e) Gestão de património imobiliário público excedentário, através de empresas subsidiárias de objeto especializado;
- f) Apoio ao Ministro das Finanças na tutela financeira sobre empresas do Estado e nas parcerias público-privadas.

As missões cometidas à PARPÚBLICA pelo diploma que a constituiu desenvolvem-se, quer através dos mecanismos próprios de uma SGPS, ou seja, da sua carteira de participações, quer através da prestação de serviços ao Ministério das Finanças.

Considerando as atividades desenvolvidas pelas entidades cujas demonstrações financeiras foram incluídas na consolidação do Grupo PARPÚBLICA e a forma de reporte da informação, foram identificados seis segmentos de negócio: (i) Gestão de Outras Participações e Diversos; (ii) Gestão e Promoção Imobiliária; (iii) Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal; (iv) Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança; (v) Atividades Aeronáuticas; e (vi) Águas e Resíduos.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas respeitam ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos das empresas do Grupo efetuados no pressuposto da continuidade das operações e do acréscimo e estão apresentadas em milhares de euros, salvo quando referida outra unidade.

Relato por segmentos

Valores em milhares de Euros

Rubricas	Segmentos de Negócio												Eliminações Inter-Segmentos		Consolidado	
	Gestão de O. Participações e Diversos		Gestão e Promoção Imobiliária		Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal		Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança		Actividades Aeronáuticas		Águas e Resíduos					
	30-jun-12	31-dez-11	30-jun-12	31-dez-11	30-jun-12	31-dez-11	30-jun-12	31-dez-11	30-jun-12	31-dez-11	30-jun-12	31-dez-11	30-jun-12	31-dez-11	30-jun-12	31-dez-11
PATRIMÓNIO E O. INFORMAÇÕES																
Ativos																
Ativos dos negócios	5 009 883	7 621 180	1 801 787	1 823 288	92 569	92 149	123 748	127 080	2 924 102	3 088 974	6 747 962	6 665 898	(1 177 636)	(1 203 384)	15 522 415	18 215 186
(dos quais detidos para venda)	181 160	2 755 296							2 924 102	3 088 974						
Ativos diversos	2 566 142	117 325	108 435	84 586	5 628	6 680	61 589	64 445	170 623	170 623	888 457	827 052	(39 747)	(6 887)	3 761 126	1 263 824
(dos quais detidos para venda)									170 623	170 623						
Ativos totais	7 576 025	7 738 505	1 910 223	1 907 874	98 196	98 830	185 337	191 525	3 094 725	3 259 597	7 636 419	7 492 950	(1 217 383)	(1 210 271)	19 283 541	19 479 010
Passivos																
Passivos dos negócios	533 414	1 138 585	132 965	94 970	1 751	1 869	13 933	21 294	888 047	889 156	331 950	312 900	(40 291)	(7 458)	1 861 769	2 451 316
(dos quais detidos para venda)									888 047	889 156						
Passivos de financiamento e diversos	5 059 135	5 147 438	1 258 181	1 283 377	17 249	17 333	45 008	50 673	2 250 730	2 257 067	4 288 177	4 194 828	(1 177 092)	(1 202 812)	11 741 389	11 747 903
(dos quais detidos para venda)									2 250 730	2 257 067						
Subsídios para Activos	507	1 060	0	0	1 234	1 104	21	21	73 931	75 748	1 935 646	1 950 784	-	-	2 011 339	2 028 717
Passivos totais	5 593 057	6 287 082	1 391 147	1 378 347	20 234	20 307	58 961	71 988	3 212 708	3 221 971	6 555 773	6 458 512	(1 217 383)	(1 210 270)	15 614 496	16 227 936
Capital Próprio do Grupo	1 978 260	1 446 736	517 644	528 134	77 962	78 523	126 375	119 538	-247 625	-93 198	566 243	545 883	(0)	(1)	3 018 859	2 625 614
Interesses que não controlam	4 709	4 687	1 432	1 394	-	-	-	-	129 642	130 824	514 403	488 555	-	-	650 185	625 460
Capital Próprio	1 982 968	1 451 423	519 076	529 528	77 962	78 523	126 375	119 538	-117 983	37 626	1 080 646	1 034 438	(0)	(1)	3 669 044	3 251 074

Relato por segmentos

Valores em milhares de Euros

Rubricas	Segmentos de Negócio												Eliminações Inter-Segmentos		Consolidado	
	Gestão de O. Participações e Diversos		Gestão e Promoção Imobiliária		Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal		Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança		Actividades Aeronáuticas		Águas e Resíduos					
	30-jun-12	30-jun-11	30-jun-12	30-jun-11	30-jun-12	30-jun-11	30-jun-12	30-jun-11	30-jun-12	30-jun-11	30-jun-12	30-jun-11	30-jun-12	30-jun-11	30-jun-12	30-jun-11
Vendas e serviços prestados	6 711	5 709	40 511	68 555	1 072	1 451	43 083	69 062	1 333 588	1 243 351	415 664	373 281	-	-	1 840 628	1 761 408
Subsídios à exploração	752	4 824	-	7	955	976	6	1	1 805	1 478	96	117	-	-	3 614	7 403
Ganhos e perdas imputados de associadas	5 654	170 270	-	-	-	-	-	-	(2 275)	(7 126)	-	-	-	-	3 379	163 144
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	231 675	38 063	-	-	-	-	-	-	11	12	-	-	-	-	231 686	38 075
Mais-valias resultantes de reprivatizações	574 169	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	574 169	-
Variação nos inventários da produção + Trabalhos para a própria entidade	-	-	(2 153)	(448)	620	(67)	1 241	495	(4 964)	967	13 991	15 297	-	-	8 735	16 244
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(5)	(5)	(9 972)	(41 462)	(1 257)	(1 064)	(10 992)	(19 636)	(93 820)	(82 989)	(14 834)	(12 829)	-	-	(130 880)	(157 985)
Fornecimentos e serviços externos	(3 137)	(6 896)	(6 698)	(6 005)	(1 111)	(1 126)	(6 342)	(6 151)	(883 074)	(803 787)	(109 236)	(106 287)	-	22	(1 009 599)	(930 230)
Gastos com o pessoal	(1 321)	(1 631)	(3 117)	(3 574)	(1 062)	(1 114)	(10 586)	(13 164)	(311 988)	(322 215)	(69 368)	(75 832)	-	14	(397 441)	(417 515)
Ajustamentos de inventários	-	-	275	146	-	-	134	51	(1 234)	(1 678)	-	-	-	-	(825)	(1 481)
Provisões	-	-	(120)	12	-	-	-	2	2 178	2 701	(1 058)	(122)	-	-	1 000	2 593
Imparidade (reversão) de activos não depreciables / amortizáveis	(49 235)	(22 628)	(75)	(54)	32	2	1 536	(129)	(2 362)	(502)	(2 623)	(993)	-	-	(52 728)	(24 305)
Aumentos / reduções de justo valor	(154 498)	34 891	180	(1 133)	508	1 531	-	5	-	104	(10 587)	3 648	-	-	(164 397)	39 045
Outros rendimentos e ganhos	34 805	26 270	7 169	4 169	1 187	1 212	1 785	3 289	28 269	29 489	24 015	23 087	(32 860)	(23 857)	64 370	63 659
Outros gastos e perdas	(850)	(56)	(4 053)	(1 635)	(42)	(66)	(5 020)	(3 673)	(25 283)	(22 503)	(6 926)	(5 718)	-	-	(42 174)	(33 650)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	644 719	248 811	21 946	18 579	902	1 735	14 844	30 151	40 850	37 302	239 134	213 649	(32 860)	(23 821)	929 536	526 405
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(2 696)	(3 175)	(564)	(603)	(902)	(509)	(2 861)	(2 974)	(101 007)	(101 284)	(119 791)	(118 950)	-	-	(227 822)	(227 495)
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis	-	-	59	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59	-
Subsídios ao investimento	-	-	-	-	73	42	-	-	2 070	2 360	37 918	34 470	-	-	40 061	36 872
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	642 023	245 636	21 441	17 976	73	1 267	11 983	27 177	(58 087)	(61 622)	157 261	129 169	(32 860)	(23 821)	741 834	335 782
Juros suportados	(114 749)	(104 906)	(33 646)	(28 198)	(22)	-	(233)	(652)	(32 120)	(34 563)	(56 473)	(57 983)	32 859	23 821	(204 386)	(202 481)
Outros ganhos e perdas de financiamento	(3 839)	6	82	(1 322)	-	(3)	-	34	(5 829)	6 156	(2 097)	8 462	-	-	(11 683)	13 333
Resultado antes de impostos	523 434	140 735	(12 124)	(11 544)	51	1 264	11 750	26 559	(96 036)	(90 029)	98 691	79 648	(2)	(1)	525 765	146 633
Imposto sobre o rendimento do período	(8)	(38)	2 881	2 504	(12)	-	(4 746)	(6 916)	(13 923)	(15 572)	(31 779)	(19 118)	-	-	(47 587)	(39 141)
Resultado líquido do período	523 426	140 697	(9 243)	(9 040)	39	1 264	7 004	19 643	(109 959)	(105 601)	66 912	60 530	(2)	(1)	478 178	107 493
Resultado líquido dos Interesses que não controlam	18	-69	55	-14	0	0	0	0	11 398	11 400	33 260	25 966	-	0	44 731	37 284
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	523 408	140 766	(9 297)	(9 026)	39	1 264	7 004	19 643	(121 357)	(117 001)	33 652	34 564	(2)	(1)	433 447	70 209
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido do período	765 681	173 642	-	-	-	-	-	-	-109 959	-105 601	-	-	-	-	655 722	68 041
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	765 681	173 642	-	-	-	-	-	-	-121 357	-117 001	-	-	-	-	644 324	56 641

2 - Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

2a - Introdução

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo PARPÚBLICA na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas são expostas nas notas seguintes. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações (*International Accounting Standards and Interpretations*), coletivamente denominadas IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), tal como adotadas na União Europeia (UE), doravante designadas por IFRS/UE.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas. Requer igualmente que a Administração exerça juízos de valor ao aplicar as políticas contabilísticas do Grupo PARPÚBLICA da forma mais apropriada. As áreas onde foram feitas as estimativas e os juízos de valor mais significativos encontram-se apresentadas na nota 2ad.

Todas as quantias são apresentadas em milhares de euros, arredondados ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de forma diferente.

2b – Alterações nas políticas contabilísticas

2bi Novas normas, interpretações e alterações já em vigor a 30 de Junho de 2012

- **Emendas à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações** – Transferências de Ativos Financeiros (Regulamento n.º 1205/2011, de 22 de novembro) > Visam ajudar os utentes das demonstrações financeiras a avaliar melhor as exposições ao risco relacionadas com as transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos na posição financeira de uma entidade. O objetivo das emendas é promover a transparência na divulgação das operações de transferência, em particular quando envolvem a titularização de ativos financeiros.

As emendas à IFRS 7 atrás referidas não tiveram impacto significativo nas presentes demonstrações financeiras.

2bii Novas normas, interpretações e alterações que ainda não entraram em vigor

- **Alterações à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras** – Apresentação das Rubricas de Outro Rendimento Integral (Regulamento n.º 475/2012, de 5 de junho) > Requerem a apresentação separada entre as rubricas de outro rendimento integral que podem posteriormente ser reclassificadas nos resultados e aquelas que nunca poderão sê-lo. Se as rubricas de outro rendimento integral são apresentadas antes dos efeitos fiscais relacionados, então o imposto sobre o rendimento é afetado a cada um dos grupos de rubricas respetivos.

- **Alterações à IAS 19** Benefícios dos Empregados (Regulamento n.º 475/2012, de 5 de junho) > Dizem respeito, essencialmente, ao reconhecimento imediato de todas as alterações no passivo ou ativo líquidos (eliminação do “corredor” e eliminação de opções na apresentação de ganhos e perdas atuariais), à desagregação e apresentação de componentes do custo dos benefícios definidos, à redefinição de componentes do custo dos benefícios definidos, ao tratamento de alterações, cancelamentos antecipados e liquidações do plano, a benefícios de cessação de emprego e a aperfeiçoamentos nas divulgações.

Estas alterações entrarão em vigor a partir do exercício a iniciar em 1 de janeiro de 2013.

2c - Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo PARPÚBLICA são apresentadas como as de uma única entidade económica. As transações e saldos intra-grupo são eliminados integralmente.

As subsidiárias incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se listadas na nota 2e.

2d - Concentrações de atividades empresariais

As presentes demonstrações financeiras consolidadas incorporam os resultados de concentrações de atividades empresariais usando o método de compra. Os resultados das operações das adquiridas são incluídos na demonstração consolidada dos resultados a partir da data em que o controlo é obtido.

2e - Subsidiárias

Foram consideradas subsidiárias todas as entidades controladas pelo Grupo PARPÚBLICA, considerando-se controlo como o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade de forma a obter benefícios das suas atividades. Presumiu-se a existência de controlo quando a PARPÚBLICA é titular, direta ou indiretamente através de subsidiárias, de mais de metade do poder de voto de uma entidade.

As entidades que se qualificam como subsidiárias são as seguintes:

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2012	31 Dez 2011
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	72,17%	72,17%
ANA - Aeroportos de Portugal, S.A. (a)	Lisboa	Exploração do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil em Portugal	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	68,56%	68,56%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2012	31 Dez 2011
CE – Circuito do Estoril, SA	Alcabid eche	Organização de eventos desportivos	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Companhia das Lezírias, S.A.	Samora Correia	Produção agrícola e animal	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
ENVC – Sociedade Imobiliária, S.A.	Viana do Castelo	Desenvolvimento e projetos imobiliários	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	99,80%	99,80%
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	Lisboa	Produção de moeda, impressos e publicações	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
MARGUEIRA - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Almada	Gestora do fundo de investimento imobiliário Margueira Capital	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
SAGESECUR - Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos, S.A.	Lisboa	Est., desenv. E participação em investimentos mobiliários	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	80,50%	80,50%
SAGESTAMO - Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais e prestação de serviços	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (a)	Lisboa	Gestão das participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços técnicos	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Aquisis, S.A.	Lisboa	Sistemas de Informação Geográfica	AdP - Águas de Portugal Serviços, S.A.	54,98%	54,98%
			EGF	0,01%	0,01%
			AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	0,01%	0,01%
Águas de Santo André, S.A.	V.N. Santo André	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2012	31 Dez 2011
EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	Lisboa	Distribuição de água	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Empresa Geral do Fomento, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP Energias, S.A. (Reciclamas – Multigestão Ambiental, S.A.)	Lisboa	Gestão ambiental	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP – Águas de Portugal Internacional, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Aquatec, Lda	Maputo	Prestação de serviços técnicos	AdP - Águas de Portugal Internacional, S.A.	100,00%	100,00%
Águas do Brasil, S.A.	Rio de janeiro	Distribuição de água	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Águas do Algarve, S.A.	Faro	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	54,44%	54,44%
Águas do Centro Alentejo, S.A.	Évora	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas do Centro, S.A.	Castelo Branco	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	70,00%	70,00%
Águas do Douro e Paiva, S.A.	Porto	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas do Noroeste, S.A.	Barcelos	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	56,66%	56,66%
Águas do Mondego, S.A.	Taveiro	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2012	31 Dez 2011
Águas do Norte Alentejano, S.A.	Portalegre	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas do Oeste, S.A.	Óbidos	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas de Trás-os-Montes, S.A.	Vila Real	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	70,54%	70,54%
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	Guarda	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	87,46%	87,46%
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	Aveiro	Gestão integrada dos serviços municipais de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas	AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	51,00%	51,00%
AgDA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.	Beja	Exploração e gestão Concessionária do Sistema de exploração e gestão dos serviços de água “em alta”	AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	51,00%	51,00%
Sanest, S,A	Cascais	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Simarsul, S.A.	Setúbal	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Simlis, S.A.	Leria	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	70,16%	70,16%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2012	31 Dez 2011
Simria, S.A.	Aveiro	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	67,72%	67,72%
Simtejo S.A.	Lisboa	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	50,50%	50,50%
Simdouro S.A.	Vila Nova de Gaia	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Algar, S.A.	Faro	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	56,00%	56,00%
Amarsul, S.A.	Moita	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Ersuc, S.A	Coimbr a	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,46%	51,46%
Resiestrela, S.A.	Fundão	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	62,95%	62,95%
Resinorte, S.A.	Celorico de Basto	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2012	31 Dez 2011
Resulima, S.A.	Viana do Castelo	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Suldouro, S.A.	Sermon de	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	60,00%	60,00%
Valnor, S.A.	Avis	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	53,33%	53,33%
Valorlis, S.A.	Leria	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Valorminho, S.A.	Valença	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Valorsul, S.A.	São João da Talha	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	56,17%	56,17%
ANAM – Aerop. Navegação Aérea da Madeira, SA (a)	Funchal	Gestão de infraestruturas aeroportuárias	ANA, SA	70,00%	70,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2012	31 Dez 2011
NAER- Novo Aeroporto, S.A. (a)	Lisboa	Desenvolvimento de estudos para a construção de um novo aeroporto	ANA, S.A.	84,41%	84,41%
Portway- Handling de Portugal, SA. (a)	Lisboa	Handling	ANA, S.A.	100,00%	100,00%
Lazer e Floresta - Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal Imobiliário Turístico e Cinegético,SA	Lisboa	Desenvolvimento agro-florestal	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
SPE – Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, S.A.	Lisboa	Minas / minérios	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	81,13%	81,13%
BAÍA DO TEJO, S.A. (ex-QUIMIPARQUE – Parques Empresariais, S.A.	Barreiro	Desenvolvimento e gestão de parques empresariais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AMBISIDER - Recuperações Ambientais, S.A.	Paio Pires	Desmantelamento de inst. industriais e recup. Ambiental	BAÍA DO TEJO, S.A. (em 2008 SNESGES, S.A.)	100,00%	100,00%
ECODETRA - Sociedade de Tratamento e Deposição de Resíduos, S.A.	Paio Pires	Aterro de resíduos industriais especiais	BAÍA DO TEJO, S.A. (em 2008) URBINDÚSTRIA, S.A.	51,00%	51,00%
APIS – Associação Parque Industrial do Seixal	Lisboa	Parques tecnológicos e industriais	BAÍA DO TEJO, S.A.	93,77%	93,77%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Estamo	Lisboa	Fundo Imobiliário	SAGESECUR, S.A. ESTAMO, SGPS, S.A.	99,97% 0,03%	99,97% 0,03%
CONSEST – Promoção Imobiliária, S.A.	Lisboa	Compra, venda e administração de imóveis	SAGESTAMO, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A.	Lisboa	Compra, venda e administração de imóveis	SAGESTAMO, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
FUNDIESTAMO - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	Administração de Fundos de Investimento Imobiliário	SAGESTAMO, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S.A. (a)	Lisboa	Atividades Aeronáuticas	TAP, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2012	31 Dez 2011
TAPGER - Sociedade de Gestão e Serviços, S.A. (a)	Lisboa	Prestação de serviços de gestão	TAP, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
CATERINGPOR - Catering de Portugal, S.A. (a)	Lisboa	Catering	TAPGER, S.A.	51,00%	51,00%
L.F.P. - Lojas Francas de Portugal, S.A. (a)	Lisboa	Exploração de “free shop”	TAPGER, S.A.	51,00%	51,00%
MEGASIS - Soc. de Serviços e Engenharia Informática, S.A. (a)	Lisboa	Engenharia e prestação de serviços informáticos	TAPGER, S.A.	100,00%	100,00%
U.C.S. - Cuidados Integrados de Saúde, S.A. (a)	Lisboa	Prestação de cuidados de saúde	TAPGER, S.A.	100,00%	100,00%
Aeropar Participações, S.A. (a)	Brasil	Atividades Aeronáuticas	TAP, SGPS, S.A. PORTUGÁLIA	99,00% 1,00%	99,00% 1,00%
PORTUGÁLIA – Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. (“PORTUGÁLIA”) (a)	Lisboa	Atividades Aeronáuticas	TAP, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
TAP – Manutenção e Engenharia Brasil, S.A. (ex-VEM) (a)	Brasil	Manutenção e engenharia aeronáutica	Aeropar Participações TAP, SGPS, S.A.	47,64% 51,00%	47,64% 51,00%

(a) Entidade incluída no grupo de empresas para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5.

O Grupo TAP e o Grupo ANA foram incluídos num grupo de empresas para alienação classificado como detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na Nota 21.

2f - Associadas

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais o Grupo PARPÚBLICA tenha participação no capital e nas quais exerça influência significativa, direta ou indiretamente, e que não sejam subsidiárias nem interesses em empreendimentos conjuntos. Influência significativa é considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas. Considerou-se a existência de influência significativa quando a PARPÚBLICA detém, direta ou indiretamente, 20% ou mais do poder de voto da investida, ou quando detém direitos especiais de voto.

As entidades que se qualificam como associadas, excluindo aquelas cujas participações estão classificadas nos ativos não correntes detidos para venda (vide Nota 21), são as seguintes:

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2012	31 Dez 2011
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	Lisboa	Administrações de unidades de cuidados de saúde	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	45,00%	45,00%
Parcaixa, SGPS, SA	Lisboa	Gestão de participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	49,00%	49,00%
INAPA – Investimentos Participações e Gestão, SA	Lisboa	Gestão de participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	32,72%	32,72%
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	Faro	Desenvolvimento de empreendimentos turísticos	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	31,05%	31,05%
CREDIP - Instituição Financeira de Crédito, SA	Lisboa	Exercício de atividade bancária	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	(c)	20,00%
Águas de Timor, S.A. (a)	Timor	Exploração de serviço de abastecimento de água	AdP - Águas de Portugal Internacional, S.A.	100,00%	100,00%
Clube de Golf das Amoreiras, S.A. (a)	Lisboa	Promoção, construção, exploração e funcionamento de um estabelecimento destinado ao treino e ensino de golfe.	EPAL, S.A.	100,00%	100,00%
ORIVÁRZEA, S.A.	Benavente	Produção e comercialização de arroz	COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, S.A.	26,81%	26,81%
CRL – Companhia das Lezírias e Associados Renováveis, Lda	Benavente	Receção, triagem e primeira transformação de madeira, biomassa e produtos e subprodutos florestais	COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, S.A.	20,00%	20,00%
PORTOSIDER	Paio Pires	Gestão de atividades portuárias	BAÍA DO TEJO, S.A.	(c)	40,00%
Multicert - Serviços de Certificação Eletrónica	Lisboa	Serviços de Certificação Eletrónica	INCM	20,00%	20,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2012	31 Dez 2011
Trevoeste	Alcobaça	Saneamento de águas residuais.	AdP, SGPS	43,24%	43,24%
Miese	Vila Real		AdP Energias, S.A.	40,00%	40,00%
SML – Sociedade Mineira do Lucapa, Lda	Angola	Exploração, prospeção e extração de diamantes.	SPE, S.A.	49,00%	49,00%
SPdH – Serviços Portugueses de Handling, S.A. (“SPdH”) (b)	Lisboa	Handling	TAPGER, SA	43,90%	43,90%
			PORTUGÁLIA	6,00%	6,00%
			TAP, S.A.	50,10%	50,10%

(a) Entidade sem atividade no primeiro semestre de 2012, em fase de liquidação.

(b) Entidade incluída no grupo de empresas para alienação, classificado como Detido para venda de acordo com a IFRS 5.

(c) Entidade dissolvida no primeiro semestre de 2012.

Informação financeira resumida nas associadas:

Milhares de Euros

Empresas Participadas	Ativo total 30Jun12	Activo total 2011	Passivo 30Jun12	Passivo 2011	Total rendimentos e ganhos 30Jun12	Total rendimentos e ganhos 2011	RL 30Jun12	RL 2011
Águas de Timor (i)	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.
Clube Golf das Amoreiras (i)	1 408	1 413	1 395	1 384	N.d.	N.d.	-16	-109
CREDIP - Instituição Financeira de Crédito, S.A. (iv)	N.d.	12 243	N.d.	348	N.d.	7 149	N.d.	193
CRL – Companhia das Lezírias e Associados Renováveis, Lda	4	4	1	1	0	0	-2	-2
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	43 187	51 408	33 567	39 496	16 404	46 926	-2 293	1 656
INAPA – Investimentos Participações e Gestão, S.A.	689 840	688 928	486 401	485 674	491 287	1 025 446	396	-5 978
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	N.d.	217	N.d.	4	N.d.	5	N.d.	-17
Miese (ii)	46	N.d.	60	N.d.	N.d.	N.d.	-4	N.d.
Multicert - Serviços de Certificação Eletrónica	4 757	4 360	1 378	1 031	4 030	3 249	617	567
ORIVÁRZEA, S.A.	13 387	13 387	8 025	8 025	17 137	17 137	444	444
Parcaixa, SGPS, S.A.	1 000 444	1 028 383	3 921	6 063	16 090	28 298	13 392	23 687
PORTOSIDER (iv)	N.d.	736	N.d.	10	N.d.	43	N.d.	33
SML – Sociedade Mineira do Lucapa, Lda	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.
SPdH – Serviços Portugueses de Handling, S.A. (“SPdH”)	19 199	24 703	25 179	147 788	50 667	N.d.	-2 275	-11 124
Trevoeste (iii)	3 218	3 219	782	760	N.d.	N.d.	-18	-70

(i) - Empresa sem atividade

(ii) - Apenas reportados valores a 31 de março de 2012

(iii) - Apenas reportados valores a 31 de maio de 2012

(iv) - Empresa em dissolução

N.d. - informação não disponível

Na aquisição dos investimentos em associadas, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parte do Grupo no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada é contabilizada de acordo com a IFRS 3 e incluída na quantia escriturada do investimento.

As associadas foram contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte da investidora nos lucros ou prejuízos da investida depois da data da aquisição. A parte da investidora

nos lucros ou prejuízos da investida é reconhecida nos lucros ou prejuízos da investidora. As distribuições recebidas de uma investida reduzem a quantia escriturada do investimento. Podem também ser necessários ajustamentos na quantia escriturada para alterações no interesse proporcional da investidora na investida, resultantes de alterações no capital próprio da investida que não tenham sido reconhecidas nos lucros ou prejuízos da investida. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no capital próprio da investidora.

Se a parte do Grupo nas perdas de uma associada igualar ou exceder o seu interesse, é descontinuado o reconhecimento de perdas adicionais; depois do interesse ser reduzido a zero, é reconhecido um passivo se o Grupo tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial são aplicados os requisitos da IAS 39 para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por imparidade adicional com respeito ao interesse do Grupo em cada uma das associadas.

A SPdH encontra-se classificada como associada na medida em que a Autoridade da Concorrência (“AdC”) impôs, até à venda, que a gestão desta empresa seja efetuada por um mandatário de gestão, que age em nome da AdC, gerindo a SPdH de forma independente do Grupo TAP.

A 18 de junho de 2012, foi celebrado um contrato de compra e venda entre a TAP, S.A. e a Urbanos Grupo SGPS, S.A. para aquisição, por parte deste, de 50,1% do capital da SPdH, o qual produz os seus efeitos a partir de 20 de julho de 2012, data da deliberação da Autoridade da Concorrência quanto à decisão de não oposição à referida operação.

Salienta-se que, a referida operação, se encontra dependente da atribuição das novas licenças de handling a concurso para os aeroportos de Lisboa e Porto, em análise por parte do INAC, bem como do desfecho do processo de privatização em curso.

2g - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis do Grupo PARPÚBLICA encontram-se mensurados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

No reconhecimento inicial de um ativo, o Grupo PARPÚBLICA considera no respetivo custo: (i) o seu preço de compra; (ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração; e (iii) a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Os gastos diretos relacionados com as áreas técnicas envolvidas na construção de ativos do Grupo PARPÚBLICA são capitalizados no ativo tangível. Esta capitalização é efetuada em função dos recursos internos utilizados e dos tempos despendidos, por contrapartida de trabalhos para a própria empresa.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos como tal apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com a manutenção e reparação dos ativos são reconhecidas como gasto, de acordo com o pressuposto do acréscimo.

O Grupo PARPÚBLICA calcula as depreciações dos seus ativos tangíveis de acordo com o método de linha reta, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperados dos bens (em anos):

Ativos fixos tangíveis	Vida útil
Edifícios e outras construções	4 a 50
Equipamento básico	3 a 20
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento administrativo	4 a 16
Ferramentas e utensílios	4 a 16
Outros ativos tangíveis	4 a 10

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que a quantia escriturada exceda o seu valor recuperável. O Grupo PARPÚBLICA reconhece as perdas por imparidade em resultados do período.

A quantia recuperável é determinada como a mais elevada entre o justo valor menos os custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível é desreconhecida pelo Grupo nas seguintes situações: (i) no momento da alienação; e (ii) quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento de um item do ativo fixo tangível: (i) é incluído nos resultados quando o item é desreconhecido; e (ii) é determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se o houver, e a quantia escriturada do item.

2h - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento do Grupo PARPÚBLICA provêm dos imóveis detidos com o objetivo de obter rendas, de valorização do capital ou de ambas.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo, incluindo os custos de transação que lhes sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao justo valor, o qual reflete as condições de mercado. As mensurações do justo valor têm por base avaliações independentes realizadas no final de cada exercício.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor de propriedades de investimento são reconhecidos nos resultados do período em que ocorram.

As propriedades de investimento são desreconhecidas na alienação ou quando forem permanentemente retiradas de uso e nenhuns benefícios económicos forem esperados da sua alienação.

2i - Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de uma concentração de atividades empresariais sobre os interesses no justo valor de ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes da adquirida. O custo inclui as quantias tidas como justos valores, à data de aquisição, dos ativos cedidos, dos passivos incorridos ou assumidos, e dos instrumentos de capital próprio emitidos, em troca do controlo sobre a adquirida, mais quaisquer custos diretamente atribuíveis à concentração de atividades empresariais.

Após o reconhecimento inicial, o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é mensurado pelo custo menos qualquer perda por imparidade acumulada.

O teste de imparidade das unidades geradoras de caixa a que tenha sido imputado *goodwill* é baseado em avaliações dos capitais próprios orientadas essencialmente para a perspetiva de transação.

2j – Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis do Grupo PARPÚBLICA encontram-se escriturados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

O Grupo PARPÚBLICA calcula as amortizações dos seus ativos intangíveis de acordo com o método de linha reta, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperados dos bens (em anos):

Outros ativos intangíveis	Vida útil
Despesas de desenvolvimento	3
Propriedade Industrial e Outros Direitos	3 a 10
Software	3
Direito de concessão	41

2k - Imparidade de ativos em geral

Os ativos intangíveis que não têm uma vida útil definida e os ativos intangíveis em curso não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais a exemplo do que acontece com o *goodwill*. Os ativos sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras consolidadas possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo excesso da quantia escriturada do ativo face à sua quantia recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Na impossibilidade de atribuir uma quantia recuperável a um determinado ativo, o mesmo deverá ser agregado com outros ativos, de

forma que conjuntamente gerem fluxos de caixa independentes e, dessa forma, constituam uma UGC (unidade geradora de caixa). Sempre que se verifique uma perda por imparidade numa UGC à qual tenha sido alocado *goodwill*, a perda será imputada em primeiro lugar ao *goodwill* sendo o remanescente rateado por entre os ativos que a compõem com base na quantia escriturada dos mesmos. Nesta repartição pelos ativos, o valor ajustado de cada um não poderá ficar inferior ao maior de entre o justo valor deduzido dos custos de venda, o seu valor de uso e zero.

A perda por imparidade é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados. A amortização do bem será ajustada prospectivamente de acordo com o valor amortizável ajustado pela imparidade registada.

2l - Ativos biológicos e produtos agrícolas

Os ativos biológicos são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda. Nas situações em que não é possível este tratamento, os mesmos são mensurados pelo custo depreciado.

Os produtos agrícolas são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda no momento da colheita. A quantia escriturada na data da colheita, constitui o montante a registar em inventários.

Um ganho ou uma perda proveniente do reconhecimento inicial dos ativos biológicos e de alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto-de-venda são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surgem.

Um subsídio do Governo não condicional que se relacione com um ativo biológico ou produto agrícola mensurado pelo seu justo valor menos custos no ponto-de-venda estimados é reconhecido como rendimento quando o subsídio do Governo se torne recebível.

Se um subsídio do Governo relacionado com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos no ponto-de-venda estimados for condicional, o Grupo PARPÚBLICA reconhece o subsídio como rendimento apenas quando sejam satisfeitas as condições a ele associadas.

2m - Outros ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados de acordo com cada uma das seguintes categorias, dependendo do objetivo para o qual esse ativo foi adquirido:

- Ativos financeiros pelo justo valor por via dos resultados são ativos financeiros que foram designados como tal ou estão classificados como detidos para negociação, pelo que são detidos pelo Grupo PARPÚBLICA com o objetivo principal de gerar lucro a curto prazo e incluem derivados não designados como instrumentos de cobertura. São mensurados inicialmente no balanço pelos seus justos valores e

quaisquer alterações subsequentes aos seus justos valores são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados.

- Investimentos detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada que o Grupo PARPÚBLICA tem a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade. Estes ativos são mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método do juro efetivo.
- Empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo. Estes ativos são mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método do juro efetivo.
- Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados em cada uma das categorias anteriores. São mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e quaisquer alterações subsequentes aos seus justos valores são reconhecidas diretamente no capital próprio, exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais, até que o ativo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativa anteriormente reconhecido no capital próprio deverá ser reconhecido nos resultados. Os dividendos resultantes de um instrumento de capital próprio disponível para venda são reconhecidos nos resultados quando o direito da entidade de receber pagamento for estabelecido.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não tenham um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado (bem como os derivados que estejam ligados a esses instrumentos de capital próprio e que devam ser liquidados pela entrega dos mesmos) são mensurados pelo custo.

Um ativo financeiro é desreconhecido quando (i) os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes desse ativo expiram; (ii) tenham sido transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção desse ativo; ou (iii) apesar dos riscos e benefícios não terem sido substancialmente transferidos, o Grupo não reteve o controlo sobre esse ativo.

O Grupo PARPÚBLICA avalia regularmente se existem sinais de imparidade para os ativos financeiros, ou grupos de ativos financeiros que não sejam mensurados pelo justo valor via resultados, e em caso afirmativo, determina os fluxos de caixa futuros descontados e reconhece a perda.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada registada no capital próprio (correspondente às variações negativas no justo valor) é transferida para resultados. Para as categorias de ativos financeiros mensurados pelo custo ou custo amortizado (incluindo investimentos em instrumentos de capital próprio mensurados pelo custo), as perdas por imparidade reconhecidas são registadas diretamente nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir e tal facto for objetivamente relacionado com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida, não excedendo contudo o custo amortizado que resultaria caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a mesma foi revertida.

No caso de investimentos em instrumentos de capital próprio que sejam mensurados pelo custo, bem como, de investimentos em instrumentos de capital próprio classificados como disponíveis para venda, as perdas de imparidade reconhecidas não são reversíveis. No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a reversão dessas perdas é efetuada por via dos resultados.

2n - Outras contas a receber

As contas a receber são mensuradas inicialmente pelo seu justo valor e mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento por imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que o Grupo PARPÚBLICA não receberá parte ou a totalidade dos montantes em dívida, nos termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

2o – Inventários

Os Inventários são mensurados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

As diferenças positivas entre o custo e o valor realizável líquido, encontram-se registadas na rubrica ajustamentos em inventários.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

Os inventários relativos aos ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola e os produtos agrícolas na altura das colheitas são tratados pelo disposto na IAS 41, conforme referido na Nota 21.

2p - Caixa e depósitos bancários

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

2q - Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados

O Grupo PARPÚBLICA classifica um ativo não corrente ou um grupo para alienação como detido para venda se a sua quantia escriturada vai ser recuperada principalmente através de uma transação de venda em vez de através de uso continuado.

Os ativos não correntes ou grupos para alienação assim classificados estão disponíveis para venda imediata na sua condição presente e a venda desses ativos ou grupos para alienação é altamente provável.

Espera-se que as vendas dos ativos não correntes ou dos grupos para alienação sejam concluídas até um ano a partir da data da respetiva classificação como detidos para venda. Podem existir acontecimentos e circunstâncias fora do controlo do Grupo PARPÚBLICA que obrigam a estender o período para concluir as vendas para lá de um ano, apesar de se manter comprometimento com a venda dos ativos ou dos grupos para alienação; nestes casos, é mantida a classificação como detidos para venda.

Os ativos não correntes ou grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre as respetivas quantias escrituradas e os respetivos justos valores menos os custos de venda. Antes da classificação inicial dos ativos ou grupos para alienação como detidos para venda, as respetivas quantias escrituradas foram mensuradas de acordo com as IFRS aplicáveis. Por outro lado, são reconhecidas perdas por imparidade relativamente a reduções do ativo ou grupo do ativo para alienação para o justo valor menos os custos de vender e são reconhecidos ganhos para qualquer aumento no justo valor menos os custos de vender dos ativos até à quantia inicial.

As empresas classificadas como ativos detidos para venda correspondem à TAP, ANA, REN e HCB, conforme se detalha na Nota 21.

2r - Instrumentos de capital próprio da entidade

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital próprio são registados como dedução ao valor da emissão.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio do Grupo PARPÚBLICA apenas são reconhecidas (como passivo ou pagamento) e debitadas diretamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelo acionista do Grupo PARPÚBLICA.

2s - Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas para passivos de tempestividade ou quantia incerta como resultado de acontecimentos passados e são reconhecidas pelo seu valor descontado quando o efeito do valor temporal do dinheiro for material.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

2t - Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é apurado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes registados diretamente em resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estejam relacionados com os do instrumento principal, desde que este não esteja contabilizado ao justo valor com impacto em resultados do exercício. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as suas variações registadas em resultados do exercício.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou na sua ausência é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções conforme seja apropriado, que tem em conta *inputs* como curvas de taxas de juro, ativos subjacentes e volatilidades.

O Grupo PARPÚBLICA utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Grupo.

Um relacionamento de cobertura qualifica-se para contabilidade de cobertura quando forem satisfeitas todas as seguintes condições:

- No início da cobertura, existir designação e documentação formais do relacionamento de cobertura e do objetivo e estratégia da gestão de risco para levar a efeito a cobertura. Essa documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação coberto, a natureza do risco a ser coberto e a forma como vai ser avaliada a eficácia do instrumento de cobertura na compensação da exposição a alterações no justo valor ou fluxos de caixa do item coberto atribuíveis ao risco coberto.
- Existir a expectativa que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir alterações de compensação no justo valor ou fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para esse relacionamento de cobertura em particular.
- Quanto a coberturas de fluxos de caixa, uma transação prevista que seja o objeto da cobertura tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados.
- A eficácia da cobertura poder ser fiavelmente mensurada, isto é, o justo valor ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao justo valor do instrumento de cobertura poderem ser fiavelmente mensurados.
- A cobertura ser avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente eficaz durante todo o período de relato financeiro para o qual a cobertura foi designada.

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo, a quantia escriturada desse ativo ou passivo, determinada com base na respetiva política contabilística, é ajustada por forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos e passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto. Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é classificado como instrumento de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente e o ativo ou passivo coberto passam a ser mensurados em conformidade com a categoria onde se enquadram.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade, a parte efetiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida no capital próprio, sendo transferida para resultados nos períodos em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte não efetiva da cobertura é registada em resultados do período. Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados. No caso de a cobertura estar associada a uma operação futura, se for previsível que a operação futura não se efetuará, os montantes registados no capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados no período.

As operações de cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira, incluindo uma cobertura de um item monetário que seja contabilizada como parte do investimento líquido, são contabilizadas de forma semelhante às coberturas de fluxo de caixa, ou seja:

(i) a porção do ganho ou perda resultante do instrumento de cobertura que seja determinada como uma cobertura eficaz é reconhecida diretamente no capital próprio; e

(ii) a porção ineficaz é reconhecida nos resultados.

O ganho ou perda resultante do instrumento de cobertura relacionado com a porção eficaz da cobertura que tenha sido reconhecida diretamente no capital próprio é reconhecido nos resultados aquando da alienação da unidade operacional estrangeira.

2u - Outros passivos financeiros

Um instrumento é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Estes passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo.

2v - Benefícios dos empregados

O Grupo PARPÚBLICA atribui benefícios pós-emprego a parte dos seus colaboradores, através de planos de benefícios definidos, nomeadamente planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência, pensões de reforma antecipada e cuidados de saúde durante o período de reforma e de reforma antecipada. Porém, além dos planos de benefícios definidos, algumas subsidiárias do Grupo PARPÚBLICA atribuem benefícios pós-emprego aos seus colaboradores, através de planos de contribuição definida.

Os planos de benefícios definidos são financiados através de fundos de pensões complementados por provisões específicas quando necessário.

Neste contexto, o Grupo PARPÚBLICA reconhece como um passivo a diferença entre o valor presente da obrigação de benefícios definidos à data do balanço e o justo valor dos ativos do plano (quando existentes) à custa dos quais vão ser liquidadas as obrigações.

Os ganhos e perdas atuariais determinados anualmente são reconhecidos como um rendimento ou como um gasto no período em que ocorrem.

As responsabilidades do Grupo PARPÚBLICA são regularmente calculadas por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no método da Unidade de Crédito Projetada, sendo assim determinado o valor presente das suas obrigações de benefícios definidos e respetivo custo do serviço corrente. Para esse efeito, são usados determinados pressupostos atuariais. Os pressupostos atuariais são as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de proporcionar benefícios pós-emprego. Os pressupostos atuariais compreendem:

- pressupostos demográficos acerca das características futuras de empregados (e seus dependentes) correntes e antigos que sejam elegíveis para os benefícios. Os pressupostos demográficos tratam matérias tais como:
 - (i) mortalidade, tanto durante como após o emprego;
 - (ii) taxas de rotação, de incapacidade e de reforma antecipada dos empregados;
 - (iii) a proporção dos membros do plano quando dependentes que sejam elegíveis para os benefícios; e
 - (iv) taxas de reivindicação segundo os planos médicos.
- pressupostos financeiros, tratando de itens tais como:
 - (i) a taxa de desconto;
 - (ii) níveis de ordenados futuros e de benefícios;
 - (iii) no caso de benefícios médicos, custos médicos futuros incluindo, quando material, o custo de administrar reivindicações e pagamentos de benefícios; e
 - (iv) taxa esperada de retorno dos ativos do plano.

2w – Locações

O Grupo PARPÚBLICA classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, dando cumprimento aos critérios estabelecidos na IAS 17.

Os contratos de locação financeira são registados, na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, ou pelo montante atual das rendas de locação vincendas, se menor. As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados; e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos ao longo do período de locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Os pagamentos de locação ao abrigo de contratos de locação operacional são registados como um gasto no período em que ocorrem, numa base de linha reta durante o período de locação.

O Grupo PARPÚBLICA apresenta no balanço os ativos locados a terceiros (locação operacional) de acordo com a natureza do ativo.

Os rendimentos provenientes de contratos de locação operacional são reconhecidos no rendimento numa base de linha reta durante o prazo da locação.

Os custos diretos iniciais incorridos são adicionados à quantia escriturada do ativo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação, na mesma base do rendimento da locação.

Por forma a determinar se o ativo locado ficou em imparidade, aplica-se o disposto na IAS 36.

2x - Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime contabilístico do acréscimo. As diferenças entre os montantes pagos e recebidos e os respetivos gastos e rendimentos são registados no passivo e no ativo respetivamente.

O rédito proveniente das vendas de bens é reconhecido quando forem satisfeitas todas as condições seguintes:

- O Grupo PARPÚBLICA tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- O Grupo PARPÚBLICA não retenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito seja fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

- A quantia de rédito seja fiavelmente mensurada;
- Seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente do uso de ativos do Grupo PARPÚBLICA que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando:

- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

O rédito proveniente do uso desses ativos é reconhecido nas seguintes bases:

- Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;
- Os royalties são reconhecidos num regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante; e
- Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito do Grupo PARPÚBLICA (enquanto acionista) de receber o pagamento, exceto nas associadas em que o rédito corresponde ao resultado atribuível à participação.

Os rendimentos e gastos dos contratos de construção são reconhecidos de acordo com o método da percentagem de acabamento.

Os trabalhos para a própria entidade correspondem essencialmente aos gastos associados à execução e reparação de equipamentos próprios e incluem gastos com materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são objeto de capitalização. Os outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva.

Os subsídios do Governo são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que o Grupo PARPÚBLICA cumprirá as condições inerentes aos mesmos. Os subsídios do Governo recebidos para financiamento de aquisições de ativos são registados como um rendimento diferido no passivo e reconhecidos em resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados. Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como créditos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar. Os subsídios do Governo relacionados com ativos biológicos têm o tratamento descrito na nota 2l.

2y - Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Imposto corrente é a quantia a pagar ou a recuperar de impostos sobre o rendimento respeitante ao lucro ou à perda tributável de um período. Os impostos diferidos são calculados para as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

São reconhecidos para todas as diferenças temporárias e reportes fiscais dedutíveis até ao ponto em que seja provável que exista um lucro tributável ao qual a diferença temporária dedutível possa ser usada, a

não ser que o ativo por impostos diferidos resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que:

- Não seja uma concentração de atividades empresarias; e
- No momento da transação, não afete o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

São reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis exceto quando esse imposto diferido resultar de:

- Reconhecimento inicial do *goodwill*; ou
- Reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento dessa transação, nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

Os Ativos por Impostos Diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza de recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de ativos por impostos diferidos.

2z - Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor à data de transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As demonstrações financeiras das subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas cuja moeda funcional difere do euro são transpostas para euros da seguinte forma:

- Os ativos e passivos de cada balanço são transpostos à taxa de câmbio na data desse balanço;
- Os rendimentos, gastos e fluxos de caixa evidenciados em cada demonstração financeira são transpostos às taxas de câmbio nas datas das transações; e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no capital próprio.

2aa – Atividade regulada – reconhecimento de ativos e passivos regulatórios

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) do Grupo AdP atuam no âmbito das atividades reguladas. O maior efeito da regulação sobre a atividade das empresas está no escrutínio que a entidade reguladora (ERSAR) faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores e bem como do respetivo orçamento anual. De acordo com este escrutínio, as tarifas a praticar pelas empresas carecem da aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequação.

Tendo em conta a hierarquia definida no IAS 8, as empresas com atividades reguladas adotaram como política contabilística as regras definidas pelo FAS 72 emitido pelo FASB (com o quais converge o ED/2009/8 emitido pelo IASB). Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de ativos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras prescrevem que uma empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

Só são passíveis de serem reconhecidos ativos e passivos regulatórios se, e só se: (i) um órgão credenciado (por exemplo, o regulador) determinar o preço que uma entidade deve cobrar aos seus clientes pelos bens ou serviços que esta presta, e que esse preço vincula os clientes a aceitá-lo, e (ii) o preço estabelecido pela regulação (a tarifa) é determinado de modo a recuperar custos específicos incorridos de modo a prestar os bens ou serviços e a obter uma determinada remuneração.

A atividade das empresas de sistemas multimunicipais do Grupo AdP é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade (Governo) sob parecer do Regulador – ERSAR, estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma empresa reconheça ativos regulatórios ou passivos regulatórios se o regulador permitir a recuperação de custos anteriormente incorridos ou impuser o reembolso de montantes anteriormente cobrados, e permitir remuneração sobre as suas atividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática atual ou expectável do regulador, (i) uma entidade deve reconhecer um ativo regulatório de modo a recuperar um custo anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; (ii) uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos corresponde ao reconhecimento inicial de um ativo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

Além dos efeitos de desvios tarifários são tratados como acréscimos de custos os efeitos de investimento contratual futuro. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes.

É entendido que os contratos de concessão das empresas do Grupo AdP estabelecem os critérios para a fixação das tarifas ou valores garantidos, em termos anuais, baseados na completa recuperação dos custos

de investimento, operacionais, financeiros e também a adequada remuneração dos capitais próprios das concessionárias. Potencialmente, a esta remuneração ainda pode acrescer uma remuneração relativa a ganhos de produtividade.

Assim, anualmente o Grupo AdP efetua o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – desvios tarifários – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida no reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do rédito do desvio tarifário corresponde ao crédito ou ao débito a fazer ao rédito das atividades reguladas para que este revele os proveitos necessários ao cumprimento do disposto contratualmente relativamente à recuperação integral dos custos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

Se a diferença for positiva (tarifa praticada > tarifa necessária) gera-se um desvio tarifário negativo que deve ser levado a débito dos rendimentos. Este registo dá lugar ainda ao reconhecimento de um ativo por impostos diferidos, relativos à correção do imposto associada ao débito dos rendimentos. O efeito líquido corresponde à correção do resultado líquido para a recuperação integral dos custos e a remuneração acionista garantida anualmente.

Se a diferença for negativa (tarifa praticada < tarifa necessária) gera-se um desvio tarifário positivo que deve ser levado a crédito dos rendimentos. Este registo dá lugar ainda ao reconhecimento de um passivo por impostos diferidos, relativos à correção do imposto associada ao crédito dos rendimentos. O efeito líquido corresponde à correção do resultado líquido para a recuperação integral dos custos e a remuneração acionista garantida anualmente.

Perante o estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, o Grupo AdP reconhece como gasto a quota-parte anual dos custos estimados para fazer face às despesas contratuais em investimentos ainda não realizados (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão e da parceria.

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão, normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão. As amortizações são calculadas tendo em conta os investimentos iniciais e ainda por realizar, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

O procedimento de reconhecimento de acréscimos de custos para investimentos contratuais é justificado com a necessidade de garantir a especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a

incorrer) que constituem a sua base de cálculo. É entendido que estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2ab – Serviços no âmbito das concessões

As empresas concessionárias do Grupo AdP exercem atividades que constituem serviços de interesse económico geral (30 concessões multimunicipais e parcerias - 11 de resíduos e 19 de água e saneamento).

Água e saneamento	Concessão/ Parceria	Prazo	Período	Remuneração acionista	
				Taxa	Incidência ⁽¹⁾
Águas do Algarve	Concessão	35 anos	2001-2037	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Centro	Concessão	30 anos	2001-2031	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Centro Alentejo	Concessão	30 anos	2003-2032	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Douro e Paiva	Concessão	30 anos	1996-2026	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Mondego	Concessão	35 anos	2004-2039	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Norte Alentejano	Concessão	30 anos	2001-2030	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Noroeste	Concessão	50 anos	2010-2060	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Oeste	Concessão	30 anos	2001-2030	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas da Região de Aveiro	Parceria	50 anos	2009-2059	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas de Santo André	Concessão	30 anos	2001-2030	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas de Trás-os-Montes	Concessão	30 anos	2001-2031	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Zêzere e Côa	Concessão	30 anos	2000-2030	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas Públicas do Alentejo	Parceria	50 anos	2009-2059	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Sanest	Concessão	25 anos	1995-2020	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simarsul	Concessão	30 anos	2004-2034	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simdouro	Concessão	50 anos	2009-2059	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simlis	Concessão	30 anos	2000-2029	Euribor 6 meses + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simria	Concessão	50 anos	2000-2049	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simtejo	Concessão	43 anos	2001-2044	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal

Resíduos	Concessão/ Parceria	Prazo	Período	Remuneração acionista	
				Taxa	Incidência ⁽¹⁾
Algar	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Amarsul	Concessão	25 anos	1997-2022	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Ersuc	Concessão	33 anos	1997-2030	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Resiestrela	Concessão	25 anos	2003-2027	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Resinorte	Concessão	30 anos	2009-2039	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Resulima	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Suldouro	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Valorlis	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Valorminho	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Valorsul	Concessão	25 anos	2011-2034	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Valnor	Concessão	35 anos	2001-2036	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal

(1) A remuneração acionista incide, para além do capital social e da reserva legal, quando aplicável, sobre a remuneração e dívida (dividendos não distribuídos).

Das atividades exercidas pelo Grupo são reguladas as atividades desenvolvidas em regime de concessão pelos sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e tratamento e valorização de resíduos (serviços em “alta”). Estas atividades são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As concessões geridas pelo Grupo AdP são do tipo BOT (*Built-Operate-Transfer*), e genericamente incluem a receção de infraestruturas já edificadas pelos municípios (mediante o pagamento ou não de uma contrapartida), a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo da concessão estas infraestruturas são transferidas de novo ao concedente em pleno estado de utilização. Por não deter o pleno usufruto das infraestruturas (por exemplo existem restrições no que concerne à sua venda, dação como garantia, etc.), estas são classificadas como ativo intangível ao abrigo da IFRIC 12 – Contratos de concessão de serviços.

Contratualmente, as concessões assentam em modelos tendentes à classificação da infraestrutura como ativo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado. No entanto, a definição de ativo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro ativo financeiro. De entre os vários mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão das empresas do Grupo AdP, aumento de tarifas, indemnização direta do concedente e/ou extensão do prazo de concessão, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do ativo financeiro. Deste modo, as empresas do Grupo AdP concessionárias de SMM ou gestoras de parcerias classificam as infraestruturas dos sistemas que exploram como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

De acordo com o IFRIC 12, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção. Saliente-se ainda que o Grupo AdP, na fase de construção das infraestruturas atua como um “agente”/intermediário, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), sem apropriação de qualquer margem, no decurso da sua atividade operacional, pelo que o rédito e os encargos com a aquisição de infraestruturas apresentam igual montante. Assim, e tendo em conta a atividade regulada das empresas do Grupo AdP, o rédito reconhecido é aquele que resulta estritamente da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador, mais ou menos o desvio tarifário subjacente, tal como previsto nos contratos de concessão, pelo que não é reconhecido o rédito de serviços de construção.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do

investimento. Os custos operacionais são afetos ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à sua disponibilização para uso.

As despesas que se materializem em expansão ou modernização das infraestruturas iniciais, por via da regulação económica das concessões, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), sendo desta forma contabilizadas como parte do ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em custos nos respetivos exercícios em que ocorrem.

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização aprovados ou impostos pelo concedente, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data, pelo que estes montantes são classificados como ativos financeiros (valor a receber, descontado).

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações nas empresas da UNA-PD são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão. As amortizações nas empresas da UNR são calculadas tendo por base o prazo da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro.

2ac – Serviços no âmbito de concessões aeroportuárias

Pelas obrigações de expansão ou requalificação das infraestruturas do estabelecimento da concessão atribuído à ANAM, SA, e pela aplicação da IFRIC 12, é reconhecido o rédito de serviços de construção por contrapartida do registo de um incremento ao montante do direito de concessão obtido.

As responsabilidades reconhecidas com base no plano de renovações a efetuar nas infraestruturas aeroportuárias, que são o estabelecimento da concessão, de forma a manter o nível de prestação de serviços previsto no contrato de concessão são mensuradas pelo valor presente, considerando o prazo de realização estimada.

2ad - Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS requer que o Grupo PARPÚBLICA efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são as seguintes:

Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação ou amortização, é essencial para determinar o montante de depreciações ou amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, podendo, no entanto, virem a ser alterados se a prática internacional do sector, para situações idênticas, apontar para um *benchmark* diferente.

Justo valor de propriedades de investimentos e ativos biológicos

As propriedades de investimento e os ativos biológicos mensurados pelo justo valor são objeto de avaliações por avaliadores independentes com adequada qualificação profissional, realizadas de forma regular. As referidas avaliações foram realizadas em 2011 com base no método dos fluxos de caixa descontados.

Imparidade

O Grupo testa a imparidade de acordo com a política contabilística indicada na nota 2K. As quantias recuperáveis dos ativos ou das unidades geradoras de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso ou de valores de mercado baseados nas melhores estimativas.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros que não têm mercado ativo é determinado com base em avaliações que refletem o “*mark-to-market*” desses instrumentos. São usadas técnicas de avaliação e pressupostos para a avaliação dos derivados contratados à data do reporte financeiro, com apoio de especialistas, tendo como *inputs* designadamente, curvas de taxas de juro, ativos subjacentes e volatilidades.

Pensões

A obrigação dos planos de benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, utilizando o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Grupo PARPÚBLICA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

Imposto sobre o rendimento

O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nas provisões para impostos, no exercício em que tais diferenças se constatarem.

3 - Reexpressões e reclassificações

RUBRICAS	31-Dez-11	Reexpressões	31-Dez-11 (final de n-1)
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	1 115 111	-	1 115 111
Propriedades de investimento	459 358	-	459 358
Goodwill	114 593	-	114 593
Ativos intangíveis	4 792 297	-	4 792 297
Ativos biológicos	21 552	-	21 552
Participações financeiras em associadas	522 615	-	522 612
Outras participações financeiras	1 038 908	-	1 038 908
Outros ativos financeiros	1 984 499	-	1 984 499
Ativos por impostos diferidos	293 597	(5 658)	299 255
Outras contas a receber	168 304	-	168 304
Diferimentos	430 171	-	430 171
	10 941 004	(5 658)	10 946 659
Ativo corrente			
Inventários	1 172 709	-	1 172 709
Ativos biológicos	2 859	-	2 859
Clientes	482 226	-	482 226
Adiantamentos a fornecedores	2 664	-	2 664
Estado e outros entes públicos	39 219	48	39 171
Outras contas a receber	279 900	(95)	279 995
Diferimentos	12 417	-	12 417
Outros ativos financeiros	10 697	-	10 697
Caixa e depósitos bancários	520 424	-	520 424
	2 523 115	(47)	2 523 162
Ativos não correntes detidos para venda	6 014 893	-	6 014 893
	8 538 008	(5 705)	11 061 217
Total do ativo	19 479 012	(5 705)	19 484 714
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	1 027 151	-	1 027 151
Reservas legais	724 491	1	724 491
Outras reservas	94 717	-	94 717
Ajustamentos em ativos financeiros	(479 642)	-	(479 642)
Resultados transitados	1 199 305	(1)	1 199 306
Resultado líquido do período atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe	59 592	(1 070)	60 662
Total do capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe	2 625 614	(1 070)	2 626 684
Interesses que não controlam	625 460	-	625 460
Total do capital próprio	3 251 073	(1 070)	3 252 143
Passivo não corrente			
Provisões	32 590	-	32 590
Financiamentos obtidos	6 441 603	-	6 441 603
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	43 249	1 351	41 898
Passivos por impostos diferidos	365 276	-	365 276
Acionistas / sócios	-	-	-
Outras contas a pagar	188 486	-	188 486
Outros passivos financeiros	38 456	-	38 456
Diferimentos	2 603 645	(5 658)	2 609 303
	9 713 305	(4 307)	9 717 612
Passivo corrente			
Provisões	304	-	304
Fornecedores	60 189	-	60 189
Adiantamentos de clientes	1 823	-	1 820
Estado e outros entes públicos	74 779	(328)	75 107
Acionistas / sócios	18	-	18
Financiamentos obtidos	1 724 671	-	1 724 671
Outras contas a pagar	1 398 666	-	1 398 666
Outros passivos financeiros	3 666	-	3 666
Diferimentos	28 546	-	28 546
	3 292 662	(328)	3 292 987
Passivos relacionados com ativos não correntes detidos para venda	3 221 972	-	3 221 972
	6 514 635	(328)	6 514 960
Total do passivo	16 227 939	(4 635)	16 232 571
Total do capital próprio e do passivo	19 479 012	(5 705)	19 484 714

RUBRICAS	1º semestre 2011	Reexpressões	1º semestre 2011 (final de n-1)
Vendas e serviços prestados	1 761 408	8 211	1 753 197
Subsídios à exploração	7 403	-	7 403
Ganhos e perdas imputados de associadas	163 144	-	163 144
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	38 075	12	38 063
Mais-valias resultantes de reprivatizações	-	-	-
Variação nos inventários da produção	(474)	-	(474)
Trabalhos para a própria entidade	16 718	-	16 718
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(157 985)	-	(157 985)
Fornecimentos e serviços externos	(930 230)	-	(930 230)
Gastos com o pessoal	(417 515)	(1 352)	(416 164)
Ajustamentos de inventários	(1 481)	-	(1 481)
Imparidade de dívidas a receber	(1 126)	(95)	(1 031)
Provisões	2 593	-	2 593
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis	(23 178)	-	(23 178)
Aumentos / reduções de justo valor	39 045	-	39 045
Outros rendimentos e ganhos	63 659	9 458	54 201
Outros gastos e perdas	(33 650)	242	(33 892)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	526 405	16 476	509 929
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(227 495)	-	(227 495)
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis	-	-	-
Subsídios ao investimento	36 872	-	36 872
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	335 782	16 476	319 306
Juros e rendimentos similares obtidos	4 186	(17 681)	21 867
Juros e gastos similares suportados	(193 336)	(242)	(193 094)
Resultado antes de impostos	146 632	(1 447)	148 079
Imposto sobre o rendimento do período	(39 141)	377	(39 517)
Resultado líquido do período	107 491	(1 070)	108 561
Resultado líquido dos interesses que não controlam	37 284	-	37 284
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	70 208	(1 070)	71 278
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido do período	68 041	68 041	-
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	56 641	56 641	-
Resultado básico e diluído por ação (euros):			
Proveniente de unidades operacionais em continuação e de unidades operacionais descontinuas	0,18		0,18
Proveniente de unidades operacionais descontinuadas	0,14		

As reexpressões e reclassificações envolveram as seguintes quantias principais:

- Reexpressão de 5 658 milhares de euros em Ativos por impostos diferidos por contrapartida de Diferimentos passivos – não corrente -, proveniente do Grupo AdP, devido à correção da metodologia adotada na determinação dos impostos diferidos ativos e passivos relacionados com os desvios de tarifário.
- Reexpressão de 1 352 milhares de euros em Gastos com benefícios de reforma por contrapartida de Responsabilidades por benefícios pós-emprego, proveniente da INCM e decorrente da alteração da mensuração de responsabilidades por benefícios pós-emprego.
- Reclassificação do montante global de 17 681 milhares de euros de Juros e rendimentos similares obtidos por contrapartida de Outros rendimentos e ganhos, relativo a juros não referentes a aplicações financeiras decorrentes unicamente da aplicação temporária dos montantes de empréstimos obtidos e ainda não utilizados.
- Reclassificação de 8 211 milhares de euros de Outros rendimentos e ganhos de propriedades de investimento – Outros rendimentos e ganhos operacionais - por contrapartida de Prestações de serviços, proveniente do Grupo SAGESTAMO.

4 - Fluxos de caixa

A preparação da Demonstração consolidada dos fluxos de caixa obedeceu às disposições da IAS 7.

Os fluxos de caixa relativos à atividade operacional respeitam essencialmente ao segmento das atividades aeronáuticas, traduzindo os Recebimentos de clientes 77% (30JUN11: 73%) sobre o total. Nos Pagamentos a fornecedores e ao pessoal este segmento tem um peso de 87% (30JUN11:80%) e de 77% (30JUN11:79%), respetivamente.

As atividades de financiamento e de investimento respeitam essencialmente a operações do Grupo AdP, do Grupo TAP e do Grupo ANA, com exceção para os recebimentos provenientes de investimentos financeiros da atividade de investimento, que englobam na sua maioria operações com a PARPÚBLICA relativas a recebimentos resultantes das privatizações do capital da EDP e REN.

Os fluxos de caixa das operações descontinuadas apresentam-se na nota 52.

5 - Ativos fixos tangíveis

	1º semestre 2012									Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	
Ativos fixos tangíveis										
Ativo bruto										
Saldo inicial	262 276	354 636	1 112 809	9 342	73	45 795	129 836	13 307	63 957	1 992 032
Adições	2 452	36	681	100	-	316	1 615	8 177	13	13 389
Alienações	(1 185)	-	(232)	(78)	-	-	(8)	-	(101)	(1 604)
Outras transferências/ abates	(10)	224	5 319	-	-	65	16	(6 511)	-	(897)
Diferenças câmbio	-	-	-	-	-	(3)	-	-	-	(3)
Saldo final	263 533	354 896	1 118 577	9 364	73	46 173	131 459	14 972	63 869	2 002 917
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	734	177 383	561 324	8 304	63	41 210	47 316	1	-	836 335
Adições	615	4 584	13 789	204	-	822	2 696	-	-	22 710
Alienações	-	-	(159)	(78)	-	-	(8)	-	-	(245)
Outras transferências/ abates	-	59	(545)	-	-	(201)	-	-	-	(688)
Diferenças câmbio	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	(2)
Saldo final	1 349	182 026	574 409	8 429	63	41 828	50 003	1	-	858 110
Perdas de imparidade acumuladas										
Saldo inicial	25 405	12 282	-	-	-	-	2 900	-	-	40 587
Alienações	(60)	-	-	-	-	-	-	-	-	(60)
Saldo final	25 345	12 282	-	-	-	-	2 900	-	-	40 527
Valor líquido	236 839	160 588	544 168	934	10	4 345	78 556	14 971	63 869	1 104 281

Ativos fixos tangíveis	Ano 2011									Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	
Ativo bruto										
Saldo inicial	327 563	1 730 501	3 707 593	42 416	35 454	174 850	145 156	201 052	74 706	6 439 291
Adições	20	639	12 150	1 420	1 063	3 088	7 846	112 979	745	139 950
Transferência para "Detidos para venda"	(69 321)	(1 411 278)	(2 644 591)	(32 866)	(35 995)	(125 469)	(24 540)	(164 300)	(8 021)	(4 516 381)
Perdas Imparidade reconhecidas	(3 570)	(568)	(2 350)	-	-	-	-	-	-	(6 488)
Alienações	(1 132)	-	(16 776)	(745)	(1)	(42)	(2)	(559)	(1 317)	(20 574)
Outras transferências/ abates	8 827	35 702	58 419	(875)	446	(6 218)	1 368	(135 571)	(2 156)	(40 057)
Diferenças câmbio	(112)	(360)	(1 636)	(8)	(894)	(414)	8	(294)	-	(3 710)
Saldo final	262 276	354 636	1 112 809	9 342	73	45 795	129 836	13 307	63 957	1 992 032
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	450	866 975	2 117 368	33 772	20 704	154 370	61 180	(23)	-	3 254 795
Adições	553	46 179	171 696	3 200	2 031	7 402	6 217	-	-	237 279
Transferência para "Detidos para venda"	-	(733 237)	(1 713 458)	(26 885)	(22 319)	(109 652)	(19 576)	-	-	(2 625 127)
Alienações	-	-	(12 701)	(675)	(1)	(36)	(1)	-	-	(13 414)
Outras transferências/ abates	(269)	(2 430)	(341)	(1 101)	(42)	(10 510)	(513)	24	-	(15 182)
Diferenças câmbio	-	(104)	(1 240)	(7)	(310)	(363)	8	-	-	(2 016)
Saldo final	734	177 383	561 324	8 304	63	41 210	47 316	1	-	836 335
Perdas de Imparidade Acumuladas										
Saldo inicial	25 889	12 282	48	-	-	-	1 292	-	-	39 511
Adições	931	-	122	-	-	8	1 608	-	-	2 669
Transferência para "Detidos para venda"	-	-	(170)	-	-	(8)	-	-	-	(178)
Perdas Imparidade reconhecidas	508	-	-	-	-	-	-	-	-	508
Perdas Imparidade revertidas	(1 924)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1 924)
Saldo final	25 405	12 282	-	-	-	-	2 900	-	-	40 587
Valor Líquido	236 137	164 971	551 485	1 039	10	4 585	79 621	13 306	63 957	1 115 111

Os Terrenos e Edifícios (valores líquidos) a 30 de junho de 2012 incluem na sua maioria:

- 244 milhões de euros (31DEZ11: 246 milhões de euros) relativos a infraestruturas de produção, transporte e distribuição de água pertencentes ao Grupo AdP; e
- 63 milhões de euros (31DEZ11: 61 milhões de euros) relativos ao Grupo Baía do Tejo.

As adições dos Terrenos, no montante de 2 452 milhares de euros, respeitam ao Grupo Baía do Tejo, sendo que as alienações no montante de 1 185 milhares de euros são provenientes da Lazer e Floresta.

O Equipamento básico (valores líquidos) inclui essencialmente 538 milhões de euros (31DEZ11: 544 milhões de euros) respeitante a equipamento de produção, transporte e distribuição de água pertencentes ao Grupo AdP.

Na rubrica de Imobilizações em curso salienta-se as adições realizadas pelo Grupo AdP no montante de 7,3 milhões de euros, que respeitam essencialmente à ampliação e renovação da rede de Lisboa, ao desvio do adutor de Vila Franca de Xira para o novo hospital, à substituição de condutas na ponte do Reguengo e à reabilitação do reservatório dos Olivais.

A redução desta rubrica via transferência para equipamento básico inclui, essencialmente, o montante de 6,4 milhões de euros que advém do Grupo AdP, correspondente na sua maioria à obra especial de duplicação do adutor de Castelo de Bode e à remodelação da rede de Lisboa.

O montante de Equipamento administrativo (valores líquidos) advém maioritariamente do Grupo AdP, com 3 milhões de euros (31DEZ11: 3,2 milhões de euros).

A rubrica de Outras imobilizações corpóreas (valores líquidos) inclui essencialmente: (i) 66,6 milhões de euros (31DEZ11: 67,5 milhões de euros) de material circulante em operação no Eixo Ferroviário Norte-Sul respeitante à SAGESECUR; (ii) 8,7 milhões de euros (31DEZ11: 8,7 milhões de euros) referentes à INCM; e (iii) 3 milhões de euros (31DEZ11: 3,3 milhões de euros) do Grupo AdP.

A rubrica de Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas (valores líquidos) refere-se a: (i) adiantamentos efetuados pelo Grupo Baía do Tejo no montante de 59,3 milhões de euros (o mesmo valor em 31DEZ11), relacionados com o valor do contrato promessa de compra e venda celebrado entre o Grupo Baía do Tejo com o Estado Português para a aquisição dos imóveis do complexo da Margueira; e (ii) adiantamentos efetuados pela Lazer e Floresta no montante de 4,6 milhões de euros (o mesmo valor em 31DEZ11), relacionados com a aquisição de propriedades, aguardando-se a efetivação da escritura.

O saldo inicial das perdas por imparidade acumuladas está maioritariamente relacionado com ativos da Companhia das Lezírias e do Circuito Estoril.

6 - Propriedades de investimento

Propriedades de investimento	1º semestre 2012		Ano 2011	
	Ao justo valor	Ao custo	Ao justo valor	Ao custo
Saldo inicial	458 193	1 165	467 248	1 261
Ajustamentos de justo valor - ganhos e perdas líquidos	-	-	(9 369)	-
Aumentos - aquisições	1 712	87	2 856	-
Alienações (sinal -)	(1 406)	-	(210)	-
Depreciações (sinal -)	-	(135)	-	(1 305)
Transferência para "Detidos para venda"	-	-	(2 862)	-
Outras variações	-	-	529	1 209
Saldo final	458 499	1 117	458 193	1 165
Total	459 616		459 358	

As Propriedades de investimento respeitam às seguintes entidades:

Propriedades de Investimento por entidade	30-Jun-12	30-Dez-11
Grupo Sagestamo	179 580	179 550
Grupo Baía do Tejo	135 049	133 367
Companhia das Lezírias	53 302	53 302
Fundo II Estamo	46 897	46 897
Lazer & Floresta	43 671	45 077
Grupo AdP	1 117	1 165
Total	459 616	459 358

O principal critério usado para distinguir Propriedades de investimento de Propriedades detidas para venda no curso ordinário dos negócios provém do arrendamento.

Os aumentos do ano no montante de 1,7 milhões de euros referem-se essencialmente a aquisições do Grupo Baía do Tejo.

As diminuições do ano no montante de 1,4 milhões de euros referem-se na sua totalidade a alienações da Lazer e Floresta.

Os métodos significativos aplicados na determinação do justo valor em 31 de dezembro de 2011, de Propriedades de investimentos são descritos de seguida:

- Método de Comparação de Mercado - Consiste em relacionar o valor de um imóvel com os dados de mercado relativos às transações recentes de propriedades na mesma área de localização cujas características sejam comparáveis ou semelhantes.
- Método do Custo - Considera-se o somatório dos gastos necessários para reproduzir uma propriedade com as mesmas características da avaliada, de acordo com os preços vigentes no mercado.
- Método do Rendimento - Considera-se que o valor do imóvel é equivalente ao investimento necessário para obter o rendimento real gerado pela exploração do negócio, sendo calculado através do desconto desse rendimento por uma taxa *yield* (binómio risco/rendimento associado ao investimento) adequada às características do imóvel e ao nível de risco do investimento imobiliário. É um método indireto, comum na aferição do valor de mercado de ativos suscetíveis de gerar rendimento em função da utilização para a qual estarão mais vocacionados.
- Método do Valor Residual - Baseia-se no princípio da máxima e melhor utilização de um terreno urbano, segundo as premissas aprovadas pelas entidades com jurisdição sobre o imóvel e considerando que o mesmo se encontra expectante, isto é, livre de construções, salvaguardas e compromissos urbanísticos de carácter público. O valor do solo urbano determina-se deduzindo ao conjunto das receitas potencialmente geradas pelo empreendimento (apuradas através do Método de Comparação de Mercado e/ou do Rendimento), os gastos necessários à execução física do edificado, infraestruturas e obras de urbanização, bem como os gastos indiretos afetos, como projetos, taxas, encargos de gestão, fiscalização, promoção e comercialização (obtidos através do Método do Custo). Tendo em atenção o carácter temporal de desenvolvimento do empreendimento o estudo da rentabilidade global decorre de uma análise de fluxos de caixa (*cash-flow*), sendo utilizada uma taxa de atualização correspondente à rentabilidade mínima exigida pelo investidor/promotor.

Os principais pressupostos assumidos na utilização do Método do Valor Residual e do Método do Rendimento, são os seguintes:

Taxas de atualização por método/Subsidiária	Método do Rendimento	Método do Valor Residual
Grupo SAGESTAMO	Entre 6% e 9%	Entre 8% e 10%
Grupo Baía do Tejo	Entre 7% a 10%	4,4%
Companhia das Lezírias	5,25%	15%
Fundo II Estamo	n.a.	10%
Lazer & Floresta	5,25%	n.a.

7 - Goodwill

Goodwill	1º semestre 2012		Ano 2011			
	Saldo inicial	Saldo final	Saldo inicial	Outras variações	Transferência para "Detidos para venda"	Saldo final
Reaching Force	-	-	91 605	-	(91 605)	-
Aero -LB	-	-	56 311	(4 620)	(51 691)	-
Portugália	-	-	63 099	-	(63 099)	-
AdP	95 005	95 005	95 005	-	-	95 005
Valorsul	3 307	3 307	3 307	-	-	3 307
Algar	130	130	130	-	-	130
Aquasis	210	210	210	-	-	210
ANA	15 850	15 850	15 850	-	-	15 850
NAER - Novo Aeroporto	-	-	690	-	(690)	-
Portway Handling de Portugal	-	-	1 430	-	(1 430)	-
Baía do Tejo	91	91	91	-	-	91
	114 593	114 593	327 727	(4 620)	(208 515)	114 593

O montante do goodwill a 30 de junho de 2012 totaliza 114,6 milhões de euros, não se verificando qualquer variação no seu valor face ao registado a 31 de dezembro de 2011.

8 - Ativos intangíveis

Ativos intangíveis (valores líquidos)	1º semestre 2012			Ano 2011		
	Com vida útil indefinida	Com vida útil finita	Total	Com vida útil indefinida	Com vida útil finita	Total
Saldo inicial	3	4 792 294	4 792 297	3	4 764 831	4 764 834
Variação do perímetro de consolidação (sinal + ou -)	-	-	-	-	21	21
Transferência para "Detidos para Venda"	-	-	-	-	(194 520)	(194 520)
Adições	138	112 895	113 033	-	479 539	479 539
Alienações (sinal -)	-	(21)	(21)	-	-	-
Outras transferências/ abates	-	3 033	3 033	-	(88 508)	(88 508)
Amortizações	-	(70 435)	(70 435)	-	(169 069)	(169 069)
Saldo final	141	4 837 767	4 837 908	3	4 792 294	4 792 297

Os ativos intangíveis advêm essencialmente do Grupo AdP num montante de 4,8 mil milhões de euros (31DEZ11: 4,8 mil milhões de euros). Estes ativos intangíveis correspondem maioritariamente a direitos de utilização de infraestruturas (IFRIC 12) das unidades de negócios UNA-PD (águas) e UNR (resíduos).

As adições (112,5 milhões de euros), as Outras transferências / abates (3 milhões de euros) e as amortizações (70,1 milhões de euros) advêm essencialmente do Grupo AdP. As unidades de negócio que mais contribuíram para este volume de investimentos foram a UNA-PD (unidade de negócios de produção e depuração de água) e a UNR (unidade de negócios de resíduos).

No entanto, no período findo em 30 de junho de 2012, verifica-se uma redução significativa do nível de investimentos efetuados pelas empresas do Grupo AdP, face aos anos anteriores. Esta redução deve-se aos condicionantes económicos, financeiros e regulatórios atuais.

9 - Ativos biológicos

1º semestre 2012								
Ativos biológicos não correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Diminuições devidas a colheitas	Variações do exercício derivadas de alterações no JV menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV								
Floresta	-	-	-	-	-	-	-	-
Pinhal	9 924	-	-	-	(434)	-	(3)	9 487
Eucaliptal	9 695	576	-	-	(2 261)	-	-	8 010
Bovinos reprodutores	772	3	-	(24)	(15)	-	-	736
	20 392	579	-	(24)	(2 710)	-	(3)	18 234
Ativos - mensurados ao custo								
Olival	376	2	-	-	-	(8)	-	370
Vinha	764	-	-	-	-	(42)	-	722
Outros	21	-	-	-	-	-	-	21
	1 160	2	-	-	-	(50)	-	1 112
Total	21 552	581	-	(24)	(2 710)	(50)	(3)	19 346

Ano 2011								
Ativos biológicos não correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Diminuições devidas a colheitas	Variações do exercício derivadas de alterações no JV menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV								
Floresta	-	-	-	-	-	-	-	-
Pinhal	10 372	-	(104)	(740)	(3)	-	400	9 924
Eucaliptal	10 459	-	-	667	(831)	-	(600)	9 695
Bovinos reprodutores	914	-	-	(141)	-	-	-	772
	21 744	-	(104)	(214)	(834)	-	(200)	20 392
Ativos - mensurados ao custo								
Olival	170	40	-	-	-	(6)	172	376
Vinha	1 164	-	-	-	-	(51)	(348)	764
Outros	32	21	-	-	-	-	(32)	21
	1 365	61	-	-	-	(57)	(208)	1 160
Total	23 109	61	(104)	(214)	(834)	(57)	(408)	21 552

1º semestre 2012								
Ativos biológicos correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Diminuições devidas a colheitas	Variações do exercício derivadas de alterações no justo valor menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV								
Floresta	-	-	-	-	-	-	-	-
Pinhal	400	-	-	-	-	-	-	400
Eucaliptal	1 600	-	-	-	-	-	-	1 600
Bovinos reprodutores	859	-	-	(25)	-	-	-	834
Total	2 859	-	-	(25)	-	-	-	2 834

Ano 2011								
Ativos biológicos correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Diminuições devidas a colheitas	Variações do exercício derivadas de alterações no justo valor menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao IV								
Floresta								
Pinhal	800	-	-	-	-	-	(400)	400
Eucaliptal	1 000	-	-	-	-	-	600	1 600
Bovinos reprodutores	933	-	-	(74)	-	-	-	859
	2 733	-	-	(74)	-	-	200	2 859

Os principais Ativos biológicos são a floresta (sobretudo pinhal, eucaliptal e montado de sobro), o olival e a vinha e ainda os bovinos reprodutores.

A floresta encontra-se registada ao justo valor calculado através do método do valor atual dos fluxos de caixa descontados, conforme previsto na IAS 41. A área afeta é: (i) de Pinheiro e outras resinosas, 3 726 hectares; (ii) de Eucalipto, 7 718 hectares; (iii) de Sobreiros, 8 421 hectares.

Em virtude do montado de sobro ser um ativo sujeito a regime condicionante, o ativo montado de sobro encontra-se classificado como um ativo fixo tangível.

Os Ativos biológicos olival e vinha encontram-se valorizados ao custo depreciado (considerando uma vida útil de 20 e 25 anos, respetivamente), dado não ser possível estimar com fiabilidade o respetivo justo valor.

No que diz respeito aos animais de trabalho e bovinos reprodutores estes encontram-se valorizados ao justo valor.

O justo valor dos Ativos biológicos foi determinado por avaliadores independentes, adotando indicadores físicos, temporais e valorimétricos relevantes para os tipos de ativos. Para o apuramento do justo valor, foi utilizado o método dos fluxos de caixa descontados e uma taxa de atualização de 5,25%.

10 - Participações financeiras em associadas

Participações financeiras em associadas	1º semestre 2012			
	Saldo inicial	Movimentos de equivalência patrimonial	Perdas imparidade reconhecidas	Saldo final
Parcaixa, SGPS, SA	500 688	(12 392)	-	488 296
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	10 280	(1 031)	-	9 248
Credip - Instituição Financeira de Crédito	2 379	0	-	2 379
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	66	-	-	66
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica	666	10	-	676
ORIVÁRZEA, S.A.	1 468	-	-	1 468
INAPA - Invest. Part. E Gestão, SA	6 872	234	(234)	6 872
Águas de Timor	5	-	-	5
Míses	187	-	-	187
CLR - Comp. Lezírias e Associados Renováveis, Lda	1	-	-	1
Sociedade Mineira do Luçapa	0	-	-	0
ACEs Quimiparque, Snesges Urbindustria, Portosider	4	-	-	4
	522 615	(13 179)	(234)	509 202

Participações financeiras em associadas	Ano 2011							
	Saldo inicial	Alienações	Movimentos de equivalência patrimonial	Transferência de e para "Detidos para Venda" e "Disponíveis"	Perdas imparidade reconhecidas	Perdas Imparidade e revertidas	Outras transferências	Saldo final
EDP - Energias de Portugal, S.A.	1 890 089	-	(27 936)	(1 868 078)	-	5 925	-	(0)
REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.	631 060	-	(4 128)	(626 932)	-	-	-	-
Parcaixa, SGPS, SA	495 349	-	5 338	-	-	-	-	500 688
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	9 893	-	387	-	-	-	-	10 280
Credip - Instituição Financeira de Crédito	2 341	-	39	-	-	-	-	2 379
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	71	-	(5)	-	-	-	-	66
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica	580	-	86	-	-	-	-	666
ORIVÁRZEA, S.A.	1 417	-	50	-	-	-	-	1 468
INAPA - Invest. Part. E Gestão, SA	18 407	-	13 231	-	(24 766)	-	-	6 872
ADA - Administração Aeroportos, Lda	1 382	(1 382)	-	-	-	-	-	-
Trevoeste, S.A.	550	-	-	-	(550)	-	-	-
Águas de Timor	5	-	-	-	-	-	-	5
Mieses	187	-	-	-	-	-	-	187
Clube Golf das Amoreiras	250	-	-	-	-	-	(250)	-
Netdouro	86	-	-	-	-	-	(86)	-
CLR - Comp. Lezírias e Associados Renováveis, Lda	1	-	-	-	-	-	-	1
ACEs Quimiparque, Sneges Urbindustria, Portosider	4	-	-	-	-	-	-	4
	3 051 672	(1 382)	(12 938)	(2 495 010)	(25 316)	5 925	(336)	522 615

As principais variações verificadas no primeiro semestre de 2012 decorrem de:

- Aplicação do método de equivalência patrimonial.
- Reconhecimento de perda por imparidade da INAPA de forma que o valor da participação corresponda ao justo valor (cotação a 30 de junho de 2012) menos os custos de vender (considerados imateriais).

11 - Participações financeiras – outros métodos

Outras participações financeiras	30-Jun-12	31-Dez-11
Valorizadas ao justo valor		
EDP - Energias de Portugal, S.A.	282 428	362 277
GALP	580 795	660 945
Portugal Telecom e ZON Multimédia	3 032	3 828
	866 255	1 027 050
Valorizadas ao custo		
Soc. Parque Industrial de Vendas Novas	34	34
Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana	11 468	11 468
Portosider	-	290
Outros	68	66
	11 570	11 858
	877 825	1 038 908

As ações da EDP e da GALP encontram-se subjacentes à opção de permuta no reembolso de empréstimos obrigacionistas (vide nota 25).

As variações ocorridas no justo valor encontram-se registadas na rubrica de Aumentos/reduções de justo valor (vide nota 45), havendo ainda rendimentos com dividendos registados na rubrica de Dividendos de participações ao custo e ao justo valor (vide nota 34).

A estimativa utilizada para o cálculo do justo valor das Participações financeiras foi baseada nas referências de mercado (sempre que disponível cotação desses ativos), em transações recentes ou em avaliações técnicas.

A Portosider detida pelo Grupo Baía do Tejo foi liquidada no decorrer do primeiro semestre de 2012.

12 - Outros ativos financeiros

Outros ativos financeiros	30-Jun-12		31-Dez-11	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Investimentos financeiros pelo justo valor através de resultados				
Detido para negociação				
<i>Swaps</i> de taxa de juro	10 965	-	7 439	-
Outros	4 657	-	3 201	-
Detidos até à maturidade	-	-	-	-
Outros	-	691	-	1 700
Empréstimos correntes e contas a receber				
Fundo de renovação	-	3 966	-	4 316
Fundo de reconstituição	-	105 699	-	105 635
Outros	-	424	-	966
Adiantamentos relativos a privatizações	-	2 032 376	-	1 871 833
Disponíveis para venda				
Outros	57	8	57	8
Adiantamentos por conta de investimentos	-	41	-	41
	15 679	2 143 205	10 697	1 984 499

A quantia de 2 032 milhões de euros em adiantamentos relativos a privatizações (31DEZ11: 1 872 milhões de euros), respeita a entregas de receitas de reprivatizações do Estado por força da Lei n.º 11/90, de 14 de abril, a compensar nos termos do art. 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro e a quantias não compensadas pelo Estado em resultado da intervenção da PARPÚBLICA na liquidação da ex-IPE. Não estão definidos termos da compensação que permitam mensuração pelo custo amortizado e para aferição de imparidade.

Os fundos de renovação e reconstituição são constituídos ao abrigo dos contratos de concessão e correspondem a aplicações financeiras de médio e longo prazo.

Os *swaps* - ativo corrente – no montante de 10 965 milhares de euros (31DEZ11: 7 439 milhares de euros) são provenientes da PARPÚBLICA e respeitam ao justo valor de estruturas de *swaps* de taxa de juro, com vista à dispersão do risco de taxa de juro.

A rubrica de outros investimentos financeiros pelo justo valor através de resultados – ativo corrente -, corresponde a unidades de participação detidas pela SAGESECUR no Fundo Fundiestamo I com 4 897 unidades de participação (31DEZ11: 3 363 unidades de participação) e no Fundo Imopoupança com 1 970

unidades de participação (31DEZ11: 1 970 unidades de participação), no montante global de 4 657 milhares de euros (31DEZ11: 3 201 milhares de euros).

O valor constante na rubrica Outros ativos financeiros - detidos até à maturidade -, no montante de 691 milhares de euros (31DEZ11: 1 700 milhares de euros), refere-se à aquisição, pela INCM, de obrigações do tesouro.

13 - Ativos e Passivos por impostos diferidos

Impostos diferidos	1º semestre 2012				Ano 2011				
	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados	Variações com efeitos no capital próprio	Saldo final	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados	Variações com efeitos no capital próprio	Transferência para "Detidos para venda"	Saldo final
Ativos por impostos diferidos									
Não correntes									
Prejuízos fiscais reportáveis	41 849	3 379	-	45 228	30 341	13 590	-	(2 082)	41 849
Responsabilidades com benefícios de reforma	14 971	-	-	14 971	26 345	(496)	6 081	(16 959)	14 971
Perdas de imparidade em existências	2 658	-	-	2 658	7 283	1 595	-	(6 220)	2 658
Ajustamentos de transição e variações de justo valor	2 169	-	-	2 169	935	1 102	132	-	2 169
Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	4 170	(1 300)	(167)	2 704	3 446	3 305	-	(2 581)	4 170
Outros	227 780	16 911	18	244 710	226 868	22 120	416	(21 623)	227 780
	293 597	18 991	(148)	312 440	295 218	41 216	6 629	(49 465)	293 597
Passivos por impostos diferidos									
Não correntes									
Ajustamentos de transição e variações de justo valor	56 618	(149)	-	56 469	86 904	(2 964)	(2 012)	(25 310)	56 618
Reinvestimento de valores de realização	123	-	-	123	155	(31)	-	-	123
Subsídios ao investimento	(0)	-	-	(0)	2 463	(81)	-	(2 382)	-
Anulação de provisões	20	-	-	20	20	-	-	-	20
Alteração de perímetro	(15)	-	-	(15)	(15)	-	-	-	(15)
Outros	308 530	23 148	-	331 678	280 267	33 761	172	(5 670)	308 530
	365 276	22 999	-	388 275	369 794	30 684	(1 840)	(33 362)	365 276

A variação ocorrida com efeitos em resultados nos prejuízos fiscais reportáveis em ativos por impostos diferidos, no montante de 3,4 milhões de euros, provém na sua maioria do Grupo SAGESTAMO.

O aumento ocorrido nos ativos por impostos diferidos por via de provisões, no montante de 1,3 milhões de euros, provém essencialmente do Grupo AdP (1 milhão de euros).

O aumento significativo dos outros impostos diferidos ativos e passivos, é em parte explicado pela aplicação da IFRIC 12 no Grupo AdP, onde existem diferenças temporais significativas, entre as amortizações contabilísticas e fiscais, e com impacto equivalente nos impostos diferidos associados aos subsídios ao investimento. De referir que, também nesta rubrica, se encontram registados os impostos diferidos ativos e passivos dos desvios tarifários. Em outros impostos diferidos passivos encontra-se também registado um valor significativo da participada EPAL, resultante da avaliação efetuada ao ativo fixo tangível, aquando da transição para as normas internacionais.

14 - Clientes

Clientes	30-Jun-12	31-Dez-11
Clientes c/c	553 619	459 080
Clientes de cobrança duvidosa	19 228	17 846
"Água em contador" por facturar	24 753	21 128
Perdas de imparidade acumuladas	(18 821)	(15 828)
	578 779	482 226

A rubrica de Clientes c/c inclui dívidas provenientes de:

- Clientes do Grupo AdP no montante de 471,7 milhões de euros (31DEZ11: 385,6 milhões de euros) que está maioritariamente relacionado com dívidas de municípios de 422,8 milhões de euros (31DEZ11: 345,8 milhões de euros);
- Clientes do Grupo SAGESTAMO com um montante total de 54,4 milhões de euros (31DEZ11: 44,7 milhões de euros), respeitando essencialmente a arrendamentos a entidades do Estado Português;
- Serviços de Estrangeiros e Fronteiras no montante de 4,4 milhões de euros (31DEZ11: 7,4 milhões de euros), Instituto de Registos e Notariado no montante de 7,1 milhões de euros (31DEZ11: 7,7 milhões de euros) e Direção Geral Assuntos Consulares no montante de 3,3 milhões de euros, relativos à INCM; e
- Clientes do Grupo Baía do Tejo com uma quantia global de 3,1 milhões de euros (31DEZ11: 2,9 milhões de euros).

O saldo de Clientes de cobrança duvidosa advém essencialmente do Grupo AdP com o montante global de 16,1 milhões de euros (31DEZ11: 15 milhões de euros) e da INCM com o montante de 1,4 milhões de euros (31DEZ11: 1 milhão de euros).

A água em contador por faturar corresponde à estimativa de água a 30 de junho de 2012 que só será faturada após essa data.

A evolução das Perdas por imparidade dos saldos de clientes apresenta-se na Nota 42.

15 - Adiantamentos a fornecedores

Adiantamentos a fornecedores	Correntes	
	30-Jun-12	31-Dez-11
Adiantamentos a fornecedores		
Conta corrente	988	953
De imobilizado	1 518	1 711
	2 506	2 664

O saldo da rubrica Adiantamentos a fornecedores em 30 de junho de 2012, corresponde na sua maioria ao Grupo AdP com 2,4 milhões de euros (31DEZ11: 2,5 milhões de euros).

16 - Estado e outros entes públicos

Estado e outros entes públicos	Correntes	
	30-Jun-12	31-Dez-11
Ativo		
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o rendimento a receber	28 461	25 700
Outros	10 400	13 519
	38 861	39 219
Passivo		
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o rendimento a pagar	24 825	35 383
Outros	24 098	39 396
	48 924	74 779

A variação registada no imposto sobre o rendimento a receber advém, essencialmente, da PARPÚBLICA que em 30 de junho de 2012 regista um montante de 24,9 milhões de euros (31DEZ11: 22,5 milhões de euros).

O montante registado na rubrica Outros - ativo corrente - inclui na sua maioria 8,9 milhões de euros relativos ao Grupo AdP, dos quais 8,5 milhões de euros correspondem a IVA a recuperar (31DEZ11: 11,5 milhões de euros).

O montante registado na rubrica Outros - passivo corrente - inclui na sua maioria: (i) 20,6 milhões de euros (31DEZ11: 29,2 milhões de euros) relativos ao Grupo AdP, dos quais 13,1 milhões de euros correspondem a retenções da taxa de recursos hídricos e da taxa de gestão de resíduos (31DEZ11: 22 milhões de euros); e (ii) 1,3 milhões de euros provenientes da INCM, dos quais 710 milhares de euros de IVA a pagar (31DEZ11: 873 milhares de euros).

17 - Outras contas a receber

Outras contas a receber	30-Jun-12		31-Dez-11	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Entidades participadas e participantes	1 830	-	1 820	-
Pessoal	790	-	485	-
Clientes	-	45 752	-	50 436
Fornecedores c/c	38	200	202	-
Outras despesas antecipadas	18	514	7	17 744
Ajustamentos por imparidade de outros devedores	(8 893)	-	(4 881)	-
Acréscimos de rendimentos	10 113	-	6 737	-
Subsídios ao investimento a receber	108 276	56 838	138 446	50 853
Venda de imóveis	17 954	25 029	35 274	25 029
Outros	83 804	30 917	101 809	24 242
	213 931	159 250	279 900	168 304

A rubrica de Clientes – ativo não corrente - corresponde na sua totalidade a saldos com clientes do Grupo AdP resultantes da assinatura de acordos de pagamentos.

A rubrica de Subsídios ao investimento a receber – ativo corrente e ativo não corrente - é proveniente do Grupo AdP e está relacionada com os subsídios a receber do Fundo de Coesão.

A rubrica de Acréscimos de rendimentos – ativo corrente - inclui:

- 2,2 milhões de euros (31DEZ11: 2,7 milhões de euros) referentes à INCM, respeitantes a juros a receber e outros acréscimos;
- 2,2 milhões de euros (31DEZ11: 913 milhares de euros) relativos à Companhia das Lezírias relacionados com rendas e subsídios a receber ; e
- 2,4 milhões de euros (31DEZ11: 1,7 milhões de euros) relacionados essencialmente com juros a receber por parte da ESTAMO e com comissões de gestão dos fundos a receber da Fundiestamo.

O valor de 8,9 milhões de euros a 30 de junho de 2012 referente a Ajustamentos por imparidade de outros devedores é proveniente na sua maioria do Grupo AdP, no montante total de 8,8 milhões de euros (31DEZ11: 4,8 milhões de euros).

A rubrica de Venda de imóveis – ativo corrente e ativo não corrente - corresponde a quantias devidas à ESTAMO pela venda de imóveis, que serão liquidadas em prestações.

A rubrica de Outros em Outras contas a receber – ativo não corrente - inclui essencialmente 30,1 milhões de euros (31DEZ11: 23,6 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP, dos quais 23,3 milhões de euros (31DEZ11: 17,5 milhões de euros) corresponde ao valor residual a receber no final da concessão, relativos a bens de modernização e expansão.

A rubrica de Outros em Outras contas a receber – ativo corrente - inclui essencialmente 77,3 milhões de euros (31DEZ11: 89,2 milhões de euros) resultantes do Grupo AdP, destacando-se: (i) o aumento proveniente do débito de duas multas por parte da participada Simtejo ao consórcio construtor da ETAR de Alcântara no montante de 2,2 milhões de euros; (ii) a diminuição proveniente pela emissão das notas de débito, que se encontravam estimadas em 2011 pela participada Águas de Trás os Montes e Alto Douro relativas aos valores mínimos garantidos no montante de 3,8 milhões de euros; (iii) a diminuição relativa ao recebimento do montante de 2,1 milhões de euros pela AdP SGPS de ganhos a receber pelo Regime Especial de Tributação de Imposto; e (iv) a diminuição proveniente da reclassificação para outros ativos não correntes do montante 5,5 milhões de euros na participada Valorlis relativo ao valor residual do equipamento de expansão e modernização. A rubrica inclui ainda 3,4 milhões de euros (31DEZ11: 278 milhares de euros) provenientes da INCM, dos quais 3,1 milhões de euros respeitam ao acionamento de garantias bancárias.

A variação da rubrica Outras despesas antecipadas – ativo não corrente - no montante de 17,2 milhões de euros é proveniente do Grupo AdP e respeita à reclassificação dos encargos com as concessões para a rubrica Ativos intangíveis durante o primeiro semestre de 2012.

18 - Diferimentos

Diferimentos - ativo	30-Jun-12		31-Dez-11	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Ativo regulatório - desvio tarifário	-	501 010	-	430 171
Outros gastos diferidos	15 886	-	11 962	-
Excesso de cobertura de responsabilidades pós-emprego	455	-	455	-
	16 341	501 010	12 417	430 171

Diferimentos - passivo	30-Jun-12		31-Dez-11	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Rendimentos diferidos				
Subsídios relacionados com ativos	1 741	1 935 667	2 164	1 950 805
Outros	26 433	-	26 275	-
Passivo regulatório - desvio tarifário	-	106 523	-	106 831
Investimentos contratuais	-	566 775	-	546 009
Outros	485	-	107	-
	28 660	2 608 965	28 546	2 603 645

As rubricas de Ativo regulatório – desvio tarifário e Passivo regulatório – desvio tarifário, advêm na totalidade do Grupo AdP e detalham-se como se segue:

	ATIVO DIFERIDO		PASSIVO DIFERIDO		Efeito líquido balanço	Efeito em resultados
	Desvio ativo	Imposto diferido	Desvio passivo	Imposto diferido		
Produção, Tratamento e Transporte						
Águas do Algarve, S.A.	15 149	-	-	(4 014)	11 134	2 869
Águas do Centro Alentejo, S.A.	8 861	-	-	(2 348)	6 513	1 371
Águas do Centro, S.A.	56 815	-	-	(15 056)	41 759	8 726
Águas do Douro e Paiva, S.A.	2 167	-	-	(574)	1 592	1 903
Águas do Mondego, S.A.	10 093	-	-	(2 675)	7 418	2 264
Águas do Norte Alentejano, S.A.	29 117	-	-	(7 716)	21 401	2 487
Águas do Noroeste, S.A.	93 579	-	-	(24 798)	68 781	13 345
Águas do Oeste, S.A.	49 843	-	-	(13 208)	36 635	7 004
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	74 856	-	-	(19 837)	55 019	7 495
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	47 301	-	-	(12 535)	34 766	5 468
Águas Públicas Alentejo, S.A.	1 457	-	-	(617)	839	429
Sanest, S.A.	-	6 889	(25 998)	-	(19 109)	(291)
Simarsul, S.A.	31 349	-	-	(8 308)	23 042	4 801
Simdouro, S.A.	5 003	-	-	(1 326)	3 677	1 830
Simlis, S.A.	16 484	-	-	(4 368)	12 115	(342)
Simria, S.A.	30 946	-	-	(8 201)	22 745	2 843
Simtejo, S.A.	-	6 716	(25 345)	-	(18 628)	(629)
Total Produção, Tratamento e Transporte	473 019	13 606	(51 343)	(125 581)	309 701	61 582
Resíduos Sólidos						
Algar, S.A.	-	970	(3 660)	-	(2 690)	1 791
Amarsul, S.A.	-	1 666	(6 287)	-	(4 621)	(4 924)
Ersuc, S.A.	-	2 604	(9 827)	-	(7 223)	(2 066)
Resiestrela, S.A.	-	651	(2 456)	-	(1 805)	(278)
Resinorte, S.A.	5 579	-	-	(1 478)	4 100	3 659
Resulima, S.A.	-	655	(2 470)	-	(1 816)	(704)
Suldouro, S.A.	-	1 797	(6 781)	-	(4 984)	(1 542)
Valnor, S.A.	-	1 603	(6 050)	-	(4 447)	(1 765)
Valorlis, S.A.	-	248	(935)	-	(687)	2 065
Valorminho, S.A.	-	369	(1 393)	-	(1 024)	(263)
Valorsul, S.A.	-	4 060	(15 320)	-	(11 260)	9 113
Total Resíduos Sólidos	5 579	14 623	(55 180)	(1 478)	(36 457)	5 087
Distribuição e Recolha						
AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A.	22 412	-	-	(6 333)	16 079	4 476
Total Distribuição e Recolha	22 412			(6 333)	16 079	4 476
Total	501 010	28 229	(106 523)	(133 393)	289 323	71 45

A rubrica de Outros gastos diferidos correntes é proveniente, essencialmente, do Grupo AdP com o montante de 13,2 milhões de euros (31DEZ11: 8,3 milhões de euros).

O Excesso de cobertura de responsabilidades pós-emprego encontra-se detalhado na Nota 26.

Os Rendimentos diferidos não correntes correspondem na sua maioria a Subsídios de investimento registados pelo Grupo AdP, conforme se segue:

	30-Jun-12	31-Dez-11
Subsídios ao Investimento - Fundo Coesão	1 651 465	1 659 095
Subsídios ao Investimentos - Outros	24 772	27 985
Integração de património	259 409	263 704
	1 935 646	1 950 784

Fundo de coesão – movimentos do período	30-Jun-12	31-Dez-11
Subsídios ao investimento (ano N-1)	1 659 095	1 577 458
Reconhecimento de direito a fundo	24 357	148 316
Reconhecimento de proveito	(30 691)	(62 246)
Correções a reconhecimentos	(1 295)	(4 433)
Subsídios ao investimento (ano N)	1 651 465	1 659 095
Recebimentos no período	45 243	150 407

A rubrica de Rendimentos diferidos – Outros passivos correntes - inclui:

- 22,3 milhões de euros (31DEZ11: 22 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP;
- 2,9 milhões de euros relativos ao Grupo Baía do Tejo (31DEZ11: 2,9 milhões de euros); e
- 1,1 milhões de euros provenientes de rendas recebidas antecipadamente pela ESTAMO (31DEZ11: 1,1 milhões de euros).

A rubrica de Investimentos contratuais - passivo não corrente - referem-se unicamente ao Grupo AdP e detalham-se como se segue:

	30-Jun-12	31-Dez-11
Água - Produção, Tratamento e Transporte	331 864	325 578
Água - Distribuição e Recolha	13 717	10 767
Resíduos Sólidos	221 194	209 664
	566 775	546 009

19 - Inventários

Inventários	30-Jun-12	31-Dez-11
Mercadorias	847 989	820 484
Produtos acabados e intermédios	11 646	10 005
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	1 928	2 342
Produtos e trabalhos em curso	20 858	16 861
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	25 149	26 871
Adiantamentos por conta de compras	326 258	369 193
Ajustamentos acumulados em inventários	(75 827)	(73 047)
TOTAL	1 158 001	1 172 709

As Mercadorias incluem, essencialmente, o montante de 834,1 milhões de euros de imóveis de propriedade da ESTAMO (31DEZ11: 807,3 milhões de euros) e as propriedades da Lazer e Floresta no montante global de 13 milhões de euros (31DEZ11: 12,3 milhões de euros).

Os Produtos acabados e intermédios correspondem na sua maioria a 9,7 milhões de euros referentes à INCM (31DEZ11: 8,7 milhões de euros), dos quais 3,2 milhões de euros relativos a livros diversos (31DEZ11: 3,2 milhões de euros), 2,8 milhões de euros relativos a moeda comemorativa de coleção (31DEZ11: 1,5 milhões de euros) e 1,2 milhões de euros relativos a cartões em PVC (31DEZ11: 1,3 milhões de euros).

A rubrica de Produtos e trabalhos em curso compreende, essencialmente, (i) 16,1 milhões de euros de projetos de loteamento relacionados com o Grupo Baía do Tejo, dos quais 8,4 milhões de euros (31DEZ11: 8,4 milhões de euros) em projetos em fase de infraestruturação e 6,8 milhões de euros (31DEZ11: 6,8 milhões de euros) em terrenos com infraestruturas; e (ii) infraestruturas relacionadas com a ESTAMO no montante de 3,1 milhões de euros (31DEZ11: 0 euros).

As Matérias-primas, subsidiárias e de consumo incluem essencialmente:

- moedas e outros bens afetos à INCM, no montante de 17,1 milhões de euros (31DEZ11: 19,2 milhões de euros); e
- reagentes e contadores provenientes do Grupo AdP, no montante global de 7,2 milhões de euros (31DEZ11: 6,7 milhões de euros).

Os Adiantamentos por conta de compras correspondem na sua totalidade a imóveis da ESTAMO.

20 - Caixa e depósitos bancários

Caixa e depósitos bancários	30-Jun-12	31-Dez-11
Aplicações financeiras	55 254	477
Depósitos a prazo	741 427	404 698
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2 143 211	113 490
Numerário	2 161	1 759
	2 942 053	520 424

As disponibilidades apresentadas pelo Grupo PARPÚBLICA correspondem essencialmente a aplicações efetuadas em Depósitos a prazo e Depósitos bancários imediatamente disponibilizáveis, destacando-se os saldos da PARPÚBLICA com 2 513 milhões de euros (31DEZ11: 98,9 milhões de euros), do Grupo AdP com 220,5 milhões de euros (31DEZ11: 285,6 milhões de euros), da INCM com 60,5 milhões de euros (31DEZ11: 63,4 milhões de euros) e do Grupo SAGESTAMO com 60,1 milhões de euros (31DEZ11: 38,1 milhões de euros).

A variação ocorrida nos saldos da PARPÚBLICA é justificada essencialmente pelas receitas com as reprivatizações da EDP (venda da participação de 21,35%) e da REN (venda da participação de 40%) durante o primeiro semestre de 2012.

21 - Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados

Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados	30-Jun-12	31-Dez-11
Ativos		
EDP	-	2 057 546
HCB	70 817	70 817
REN	110 342	626 932
TAP		-
TAP - Propriedades de investimento	2 012	2 862
TAP - Ativos fixos tangíveis	907 863	952 332
TAP - Goodwill	203 130	206 395
TAP - Outros ativos intangíveis	1 656	1 424
TAP - Outros ativos financeiros	3 133	3 258
TAP - Ativos por impostos diferidos	23 758	23 758
TAP - Outras contas a receber (não corrente e corrente) e diferimentos	83 269	201 116
TAP - Inventários	136 235	142 429
TAP - Clientes e adiantamentos a fornecedores	326 881	261 664
TAP - Estado e outros entes públicos	15 161	18 620
TAP - Caixa e depósitos bancários	121 166	167 365
	1 824 264	1 981 223
ANA		-
ANA - Ativos fixos tangíveis	921 463	938 744
ANA - Goodwill	2 120	2 120
ANA - Outros ativos intangíveis	191 384	193 096
ANA - Participações financeiras - outros métodos	777	363
ANA - Outros ativos financeiros	102	97
ANA - Ativos por impostos diferidos	28 751	25 707
ANA - Outras contas a receber (não corrente e corrente) e diferimentos	26 068	27 345
ANA - Inventários	528	530
ANA - Clientes e adiantamentos a fornecedores	41 046	31 288
ANA - Estado e outros entes públicos	2 955	4 734
ANA - Caixa e depósitos bancários	55 267	54 351
	1 270 461	1 278 374
	-	-
	3 275 885	6 014 893
Passivos		
TAP		-
TAP - Responsabilidade por benefícios pós-emprego	73 483	78 540
TAP - Provisões, passivos por impostos diferidos e Estado e outros entes públicos	162 570	295 974
TAP - Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	1 131 283	1 230 918
TAP - Fornecedores e adiantamento de clientes	88 278	158 299
TAP - Outras contas a pagar (não correntes e correntes) e diferimentos	861 366	551 824
	2 316 980	2 315 555
ANA		
ANA - Provisões, passivos por impostos diferidos e Estado e outros entes públicos	28 699	22 616
ANA - Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	688 784	697 814
ANA - Fornecedores e adiantamento de clientes	17 676	27 005
ANA - Outras contas a pagar (não correntes e correntes) e diferimentos	156 483	156 108
ANA - Responsabilidades por benefícios pós-emprego	428	
ANA - Outros passivos financeiros	3 657	2 874
	895 728	906 417
	3 212 708	3 221 972

No Programa do Governo encontrava-se previsto reprivatizar a totalidade das participações na REN e na EDP, bem como a totalidade da participação na TAP e na ANA. Internamente, no Grupo PARPÚBLICA, está ainda considerada a alienação da participação na HCB dentro de um ano.

No decorrer do primeiro semestre de 2012, foi concluída a alienação das participações de 21,35% do capital da EDP e de 40% do capital da REN.

As participações classificadas como ativo não corrente detido para venda são mensuradas pela menor entre a quantia no momento da classificação e a quantia correspondente ao justo valor menos custos de venda.

O total dos ativos do Grupo TAP que totaliza 1 824 milhões de euros a 30 de junho de 2012 (1 981 milhões de euros), inclui na sua maioria:

- 907,8 milhões de euros relativos a ativos fixos tangíveis (31DEZ11: 952,3 milhões de euros), dos quais 688 milhões de euros respeitam a equipamentos de voo (585,5 milhões de euros em regime de locação) e 115,7 milhões de euros respeitam a edifícios e outras construções;
- 316 milhões de euros relativos a dívidas de clientes, dos quais 135 milhões de euros respeitam a entidades privadas e 104 milhões de euros respeitam a agências de viagem; e
- 203,1 milhões de euros (31DEZ11: 206,4 milhões de euros) relativos ao goodwill das empresas PORTUGÁLIA, Reaching Force e Aero-LB.

A variação negativa ocorrida nos ativos do Grupo TAP durante o primeiro semestre de 2012, no montante de 157 milhões de euros, inclui essencialmente: 54 milhões de euros de amortizações do equipamento básico (equipamento de voo); e o montante de 119 milhões de euros relativo à dívida da SPdH que foi convertida em prestações acessórias de capital.

O total dos ativos do Grupo ANA a 30 de junho de 2012 manteve-se relativamente estável face ao valor registado em 31 de dezembro de 2011, apenas variando cerca de 8 milhões de euros. O total dos ativos do Grupo ANA de 1 270 milhões de euros a 30 de junho de 2012 (31DEZ11: 1 278 milhões de euros), inclui na sua maioria:

- 921,5 milhões de euros relativos a ativos fixos tangíveis (31DEZ11: 938,7 milhões de euros), dos quais 567 milhões de euros respeitam a terrenos utilizados na atividade aeroportuária e edifícios e outras construções implantadas nesses terrenos, nomeadamente, pistas, placas de estacionamento e vias de circulação; e
- 191,4 milhões de euros relativos a ativos intangíveis (31DEZ11: 193,1 milhões de euros), que resultam essencialmente do direito de concessão afeto à ANAM.

O total dos passivos do Grupo TAP a 30 de junho de 2012 manteve-se relativamente estável face ao valor registado em 31 de dezembro de 2011, apenas variando cerca de 1,4 milhões de euros. O total dos passivos do Grupo TAP de 2 317 milhões de euros a 30 de junho de 2012 (31DEZ11: 2 316 milhões de euros), inclui na sua maioria:

- 1 131 milhões de euros relativos a financiamentos obtidos; e
- 861 milhões de euros relativos a outras contas a pagar e diferimentos, dos quais 460 milhões de euros respeitam a responsabilidades do Grupo TAP com bilhetes emitidos e ainda não utilizados (documentos pendentes de voo) e 239,8 milhões de euros respeitam a acréscimos de gastos da atividade da empresa.

O total dos passivos do Grupo ANA a 30 de junho de 2012 manteve-se relativamente estável face ao valor registado em 31 de dezembro de 2011, apenas variando cerca de 10,7 milhões de euros. O total dos passivos do Grupo ANA de 895,7 milhões de euros a 30 de junho de 2012 (31DEZ11: 906,4 milhões de euros), inclui na sua maioria:

- 688,8 milhões de euros relativos a financiamentos obtidos; e
- 156,5 milhões de euros relativos a outras contas a pagar e diferimentos, dos quais 74 milhões de euros respeitam a rendimentos diferidos com subsídios ao investimento em ativos e 19,5 milhões de euros respeitam a responsabilidades contratuais inerentes ao contrato de concessão da ANAM.

22 - Capital próprio

O Capital nominal no montante de 2 000 000 milhares de euros é composto por 400 000 000 ações nominativas de 5 euros cada, está realizado em 1 027 151 milhares de euros e é detido pelo Estado Português.

A rubrica Reservas legais, reservas não distribuíveis, é composta essencialmente pela reserva legal constituída em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais, o qual prevê que esta seja dotada com um mínimo de 5% do resultado líquido do período até à concorrência de um valor correspondente à quinta parte do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

A rubrica Ajustamentos em ativos financeiros corresponde essencialmente a: (i) ajustamentos decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial previsto na IAS 28; (ii) ajustamentos ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda previstos na IAS 39; e (iii) ajustamentos ao justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura de fluxos de caixa, bem como as diferenças de câmbio resultantes da transposição de unidades operacionais em moeda estrangeira.

A variação na rubrica Ajustamentos em ativos financeiros respeita essencialmente a transferências de montantes decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial, pelo facto da REN e da EDP terem deixado de ser associadas.

A rubrica resultados transitados corresponde aos resultados líquidos dos períodos anteriores, conforme deliberações efetuadas nas assembleias gerais. Encontram-se ainda registadas nesta rubrica as alterações decorrentes da aplicação pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e os efeitos da fusão do Grupo Capitalpor (diminuição de 291,5 milhões de euros).

O outro rendimento integral respeita essencialmente ao reconhecimento de outro rendimento integral de associadas pela aplicação do método de equivalência patrimonial.

A 30 de junho de 2012 o outro rendimento integral incluía também ganhos e perdas de instrumentos de cobertura relativos a *swaps* de cobertura do preço de *jet fuel*.

23 - Interesses que não controlam – Balanço

Interesses que não controlam (balanço)	30-Jun-12	31-Dez-11
Cateringpor	2 225	2 509
LFP	2 940	5 292
APIS	97	97
ENVC	1	1
SAGESECUR	6 594	6 573
ECODETRA	988	1 008
Margueira	347	289
Grupo ANA	119 115	118 244
ANAM	2 801	2 193
NAER	2 561	2 586
Grupo AdP	514 403	488 555
SPE	(1 887)	(1 887)
	650 185	625 460

24 - Provisões

1º semestre 2012						
Provisões (balanço)	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições por utilização	Montantes não utilizados revertidos	Outros movimentos	Saldo final
Provisões - não corrente						
Provisão para processos judiciais em curso	5 634	100	-	(159)	25	5 600
Processos ambientais	6 730	-	-	-	-	6 730
Remoção de materiais	499	-	-	-	-	499
Benefícios de reforma e equivalentes / pensões	413	-	(21)	-	-	392
Provisões para investimentos financeiros	498	-	-	-	-	498
Impostos	474	2	-	-	-	476
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	155	-	-	-	(14)	141
Outras provisões	17 403	1 730	(2)	(495)	(23)	18 613
Provisão para contingências laborais	784	-	-	-	-	784
	32 590	1 832	(24)	(654)	(12)	33 732

2011								
Provisões (balanço)	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições por utilização	Montantes não utilizados revertidos	Efeito da passagem do tempo e de alterações na taxa de desconto	Outros movimentos	Transferência para "Detidos para venda"	Saldo final
Provisões - não corrente								
Provisão para processos judiciais em curso	48 352	3 180	(481)	(19 614)	(1 920)	1 941	(25 824)	5 634
Processos ambientais	9 016	-	(2 286)	-	-	-	-	6 730
Remoção de materiais	499	-	-	-	-	-	-	499
Benefícios de reforma e equivalentes / pensões	353	103	(43)	-	-	-	-	413
Provisões para investimentos financeiros	116 159	11 124	-	-	-	-	(126 785)	498
Impostos	1 932	12	-	-	-	-	(1 470)	474
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	150	-	-	-	-	5	-	155
Outras provisões	20 455	4 505	(3 745)	(156)	(319)	2 140	(5 477)	17 403
Provisão para contingências laborais	-	784	-	-	-	-	-	784
	196 917	19 707	(6 555)	(19 770)	(2 239)	4 086	(159 556)	32 590

Processos judiciais em curso

As Provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelas empresas do Grupo PARPÚBLICA e pelos seus consultores legais, baseadas em taxas de sucesso históricas por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável, destinando-se as provisões existentes em 30 de junho de 2012 a fazer face essencialmente a processos judiciais em curso relativos a IRC, no montante de 3,8 milhões de euros, no âmbito da INCM.

Processos ambientais

As Provisões para responsabilidades ambientais e remoção de materiais advêm do Grupo Baía do Tejo e destinam-se a acautelar os encargos que irão ser suportados com a recuperação ambiental do território que lhe está afeto, incluindo igualmente os custos com a demolição e desmantelamento de antigas instalações siderúrgicas e remoção de resíduos e escombros, com destino a aterro.

No âmbito do desenvolvimento do projeto de recuperação ambiental encontram-se em desenvolvimento, através de dois Agrupamentos Complementares de Empresas, constituídos entre a Baía do Tejo e a Empresa Geral de Fomento, processos de candidatura a apoios comunitários no âmbito do QREN. Em resultado dos trabalhos desenvolvidos até ao final de 30 de junho de 2012, foi apurado que as responsabilidades a suportar pela Empresa, pelos trabalhos realizados pelos ACE's ascendem a 2 286 milhares de euros.

Outras Provisões

A rubrica de Outras provisões corresponde maioritariamente a provisões do Grupo AdP no montante de 16 milhões de euros (31DEZ11: 14,9 milhões de euros), essencialmente para fazer face: (i) às dívidas que se encontram em processo de injunção, (ii) aos custos com tratamento de lamas das ETAR; (iii) ao desempenho negativo que ocorreu na Delegação da EGF – Maputo; (iv) a contingências fiscais, tendo ocorrido um reforço da provisão no primeiro semestre de 2012 no montante de 600 milhares de euros. O Grupo AdP procedeu ainda ao reforço da provisão no montante de 200 milhares de euros para fazer face a *terminations* que irão ocorrer em julho de 2012 na participada Resinorte e constituiu uma provisão no montante de 700 milhares de euros para fazer face a investimentos financeiros. Adicionalmente foi efetuada a reversão do montante de 500 milhares de euros da provisão constituída em anos anteriores para fazer face a um processo com um fornecedor, tendo ambas as partes chegado a acordo no primeiro semestre de 2012.

Estão ainda incluídas provisões do Grupo SAGESTAMO no montante de 2 226 milhares de euros (31DEZ11: 2 226 milhares de euros) que visam cobrir a responsabilidade assumida contratualmente, no momento da compra ao Estado, de partilhar com este a mais-valia obtida com a venda de alguns imóveis.

25 - Financiamentos obtidos

Financiamentos obtidos	30-Jun-12		31-Dez-11	
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente
Passivos por locação financeira	2 954	21 217	3 768	22 352
Empréstimos por obrigações	118 970	4 540 215	37 752	4 532 784
Papel comercial	875 606	-	1 055 082	-
Empréstimos bancários	416 806	1 895 862	392 540	1 871 447
Descobertos bancários	237 841	-	235 458	-
Outros empréstimos obtidos	5	15 088	71	15 020
	1 652 183	6 472 382	1 724 671	6 441 603

Os empréstimos respeitam essencialmente a obrigações e financiamentos junto de instituições de crédito nacionais e estrangeiras.

A segmentação das quantias nominais da dívida por maturidades e tipos de taxa de juro é a seguinte:

Financiamentos obtidos	30-Jun-12	31-Dez-11
Por maturidades		
Até 1 ano	1 532 606	1 682 775
De 1 ano até 2 anos	909 997	911 034
De 2 anos até 3 anos	1 589 117	1 647 426
De 3 anos até 4 anos	86 072	108 337
De 4 anos até 5 anos	104 011	130 215
Superior a 5 anos	3 842 771	3 711 606
	8 064 573	8 191 393
Por tipo de taxa de juro		
Taxa variável		
Expira num ano	1 452 037	1 641 533
Expira entre 1 e 2 anos	61 196	48 349
Expira entre 2 e 3 anos	26 593	49 456
Mais de 3 anos	1 164 796	1 385 562
	2 704 622	3 124 900
Taxa fixa		
Expira num ano	80 569	41 241
Expira entre 1 e 2 anos	848 802	862 685
Expira entre 2 e 3 anos	1 562 524	1 597 970
Mais de 3 anos	2 868 056	2 564 597
	5 359 951	5 066 493
	8 064 573	8 191 393

Os Empréstimos obrigacionistas, contraídos na sua maioria pela PARPÚBLICA, são mensurados pelo custo amortizado e a opção embutida em dois deles está mensurada pelo justo valor. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 eram os seguintes:

	30-Jun-12	31-Dez-11
PARPÚBLICA		
Empréstimo de 500,0 milhões de euros emitido em 2004	513 359	502 773
Empréstimo de 500,0 milhões de euros emitido em 2005	518 274	504 067
Empréstimo de 150,0 milhões de euros emitido em 2005	152 138	150 047
Empréstimo de 250,0 milhões de euros emitido em 2006	251 295	251 295
Empréstimo de 1 015,2 milhões de euros emitido em 2007	1 011 577	990 305
Empréstimo de 800,0 milhões de euros emitido em 2009	827 060	812 618
Empréstimo de 885,6 milhões de euros emitido em 2010	885 482	859 431
Sub-total PARPÚBLICA	4 159 185	4 070 536
Grupo AdP	500 000	500 000
Total	4 659 185	4 570 536

Os dois contratos de emissão dos empréstimos obrigacionistas não convertíveis de 500, o de 150 e o de 250 milhões de euros, emitidos em 14 de outubro de 2004, 22 de setembro de 2005, 28 de dezembro de 2005 e 16 de novembro de 2006, respetivamente, preveem entre outras cláusulas, a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

O empréstimo de Euro *Medium Term Notes* de 800 milhões de euros foi emitido em julho de 2009 ao abrigo de um Programa no montante global de 1 500 milhões de euros, pelo prazo de quatro anos, com vencimento em 2013, e com um cupão de 3,5% ao ano. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

O empréstimo de 1 015,15 milhões de euros foi emitido na sequência do Decreto-Lei n.º 382/2007, de 15 de novembro, sobre a 7.ª fase de reprivatização de capital da EDP, conferindo o instrumento de emissão aos obrigacionistas o direito de reembolso pelo valor nominal das obrigações ou em função do valor corrente das ações da EDP, se superior. No caso de o reembolso ser determinado pelo valor das ações subjacentes, a PARPÚBLICA tem a opção de escolha entre a entrega das ações ou da quantia em dinheiro correspondente. Os investidores têm o direito de pedir o reembolso antecipado das obrigações em 18 de dezembro de 2012, ou a sua troca a partir de 18 de dezembro de 2013. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade ou da ocorrência de um evento de mudança do controlo da EDP. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

O empréstimo de 885,65 milhões de euros foi emitido na sequência do Decreto-Lei n.º 185/2008, de 19 de setembro, sobre a 5.ª fase de reprivatização de capital da GALP, conferindo o instrumento de emissão aos obrigacionistas o direito de reembolso pelo valor nominal das obrigações ou em função do valor corrente das ações da GALP, se superior. No caso de o reembolso ser determinado pelo valor das ações subjacentes, a PARPÚBLICA tem a opção de escolha entre a entrega das ações ou da quantia em dinheiro correspondente. Os investidores têm o direito de pedir o reembolso antecipado das obrigações em 28 de setembro de 2015, ou a sua troca a partir de 28 de março de 2013. A PARPÚBLICA tem a possibilidade de reembolsar as obrigações, se o valor das mesmas for igual ou superior a 30%, em pelo menos 20 dias úteis

durante 30 dias úteis consecutivos, a partir de 13 de outubro de 2013. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade ou da ocorrência de um evento de mudança do controlo da GALP. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A opção embutida nos dois empréstimos com opção de conversão e as ações subjacentes estão mensuradas pelo justo valor através de resultados (vide Nota 11). Os efeitos nos resultados ao longo dos anos das alterações no justo valor dos empréstimos e das ações, incluindo os de um empréstimo já reembolsado, são:

	1º semestre 2012	2011	2010	2009	Até 2008
Variação do valor das opções	0	124 497	-54 671	64 792	327 617
Variação do valor das ações subjacentes	-159 994	-190 337	246 754	124 044	177 778
Ganho líquido/Perda Líquida	-159 994	-65 840	192 083	188 836	-149 839

A evolução das quantias escrituradas dos empréstimos com opção embutida é a seguinte:

Emprést de 1 015 150 m€	30-06-2012	31-12-2011	31-12-2010	Valor à data de emissão
Obrigações no passivo:	1 012 728 593	991 664 834	983 992 458	1 015 404 381
Base (bond floor)	1 012 728 593	991 664 834	983 992 458	961 601 431
Opção	0	0	0	53 802 950
Despesas	1 150 997	1 359 637	1 776 916	2 930 791
Ações no activo	282 427 688	362 277 147	377 428 847	260 957 113
Passivo - Activo	730 300 905	629 387 687	606 563 611	754 447 268

Emprést de 885 650 m€	30-06-2012	31-12-2011	31-12-2010	Valor à data de emissão
Obrigações no passivo:	885 481 758	859 431 397	971 764 147	885 650 000
Base (bond floor)	890 550 186	864 905 124	859 191 206	847 567 050
Opção	0	0	124 197 097	38 082 950
Despesas	5 068 428	5 473 727	6 249 074	6 439 973
Ações no activo	580 754 090	660 898 154	832 801 365	402 628 541
Passivo - Activo	304 727 668	198 533 242	138 962 782	483 021 459

A rubrica Empréstimos bancários – passivo não corrente - inclui o montante de 1 868 451 milhares de euros (31DEZ11: 1 844 036 milhares de euros) provenientes do Grupo AdP, respeitantes na sua maioria a financiamentos do Banco Europeu de Investimento.

Os Passivos por locação financeira respeitam basicamente ao Grupo AdP e detalham-se como se segue:

Passivos por locação financeira	30-Jun-12	31-Dez-11
Locações financeiras		
Dívidas respeitantes a locação financeira		
Terrenos e recursos naturais	273	340
Edifícios e outras construções	21 316	22 205
Equipamento básico	1 717	2 383
Equipamento de transporte	850	1 162
Equipamento administrativo	15	30
	24 171	26 120
Futuros pagamentos mínimos		
Até 1 ano	3 340	4 247
De 1 ano até 5 anos	9 391	10 012
Mais de 5 anos	13 812	14 730
	26 543	28 989
Juros		
Até 1 ano	386	479
De 1 ano até 5 anos	1 172	1 361
Mais de 5 anos	814	1 028
	2 372	2 868
Valor presente dos pagamentos mínimos		
Até 1 ano	2 954	3 768
De 1 ano até 5 anos	8 219	8 650
Mais de 5 anos	12 998	13 702
	24 171	26 120

26 - Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Responsabilidades por benefícios pós-emprego	30-Jun-12	31-Dez-11
Responsabilidade por serviços passados no início do período	74 671	162 479
Custo de juros	1 597	15 828
Custo do serviço corrente	265	3 535
Contribuições para fundo de pensões - empregador	(7)	(14 638)
Ganhos e perdas atuariais	2 985	(3 389)
Alterações cambiais nos planos mensurados numa moeda diferente	-	(2 303)
Rendimento ativos do fundo	(1)	(7 779)
Benefícios pagos	(3 148)	(6 514)
Reconhecimento custo do serviço passado	75	4 058
Outros	-	1 933
Transferência para "Detidos para venda"		(78 540)
Responsabilidade por serviços passados no final do período	76 437	74 671
Excesso de cobertura (EGF)		
Excesso de cobertura (EGF)	(2 729)	(2 729)
Valor no início do período	36 415	36 920
Retorno efetivo	770	1 590
Contribuição ao fundo	-	1 376
Benefícios pagos	(1 173)	(2 305)
Outros	625	(1 167)
	33 908	33 685
Excesso de cobertura	455	455
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	40 870	43 249

A evolução das Responsabilidades nos últimos 5 anos foi a seguinte:

	30-Jun-12	31-Dez-11	31-Dez-10	30-Dez-09	30-Dez-08
Valor presente das responsabilidades	86 826	88 982	289 840	267 939	228 788
Valor dos ativos dos fundos	46 411	46 188	160 597	139 306	113 215
Défices dos planos	40 415	42 794	129 243	128 633	115 573

O Justo valor dos ativos dos planos eram os seguintes:

Justo valor por categoria dos ativos dos planos (em valor)	1º semestre 2012	31-Dez-11	1º semestre 2011
Instrumentos de capital próprio	10 217	9 665	15 442
Instrumentos de dívida	33 266	32 828	33 751
Propriedade	678	678	1 567
Outros ativos	2 250	3 017	3 578
	46 411	46 188	54 338

Por força do estipulado em acordos de empresa, o Grupo PARPÚBLICA mantém em algumas das empresas (PARPÚBLICA, por via da fusão com a Portucel, Companhia das Lezírias, Lazer e Floresta, EPAL, EGF e INCM) um conjunto de obrigações de benefícios definidos, para com os seus empregados, que são tratadas nos termos previstos na IAS 19.

Nos termos do Regulamento dos Benefícios Sociais em vigor, os empregados do quadro permanente da ex-Portucel, SGPS com mais de cinco anos de serviço têm direito após a passagem à reforma ou em situação de invalidez, a um complemento mensal de pensão de reforma ou de invalidez. Esse complemento está definido de acordo com uma fórmula que tem em consideração a remuneração mensal ilíquida atualizada para a categoria profissional do empregado à data da reforma e o número de anos de serviço, no máximo de 30, sendo ainda garantidas pensões de sobrevivência ao cônjuge e a descendentes diretos. Para cobrir esta responsabilidade existe um fundo de pensões autónomo, gerido por uma entidade externa.

A EPAL dispõe de um plano de benefícios sociais para os seus trabalhadores, o qual tem inerente o compromisso do pagamento de um complemento da pensão de reforma (por idade e invalidez) atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, suporta ainda as responsabilidades decorrentes de situações de pré-reforma. As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas diretamente pela empresa. As responsabilidades globais da empresa são cobertas através dos ativos do Fundo de Pensões e de uma provisão específica, registada no passivo da empresa. Em 22 de março de 2008, a EPAL alterou o plano de pensões de benefício definido para um plano misto de benefício definido e contribuição definida.

Relativamente às pré-reformas, no decurso do primeiro semestre de 2008, a EPAL alterou os critérios/pressupostos relacionados com contabilização das responsabilidades da empresa para com os pré-reformados. Até esse momento, era pressuposto que anualmente passaria à situação de pré-reforma um conjunto de colaboradores representativos de 10% da massa salarial elegível para pré-reforma, contribuindo esse pressuposto para o cálculo das respetivas responsabilidades. Como esta situação se

mostra desajustada da realidade, apenas passaram a ser consideradas como provisão, as responsabilidades efetivas de pré-reforma, sendo que quando um colaborador entra em situação de pré-reforma, é reconhecida no ano a totalidade da responsabilidade correspondente.

Ainda durante o primeiro semestre do ano de 2008, foi alterado o Plano de Pensões, passando de um Plano de Benefício Definido (“BD”), para um Plano Misto de Benefício Definido e Contribuição Definida (“CD”). Nessa sequência, a porção das responsabilidades BD da empresa correspondente aos colaboradores atualmente em CD foi reduzida, bem como o correspondente valor do fundo, pois o mesmo foi transferido para contas individuais dos colaboradores afetos ao Plano CD, conforme acordo firmado entre Empresa e Organizações Representativas do Trabalhadores da EPAL.

A INCM tem responsabilidades relativamente a cuidados de saúde com o pessoal ativo e não ativo abrangido pelo regime da função pública e pelo regime geral, não tendo fundo afeto, sendo que as responsabilidades estão reconhecidas no passivo. A INCM reconhece de imediato todos os ganhos e perdas atuariais do valor das responsabilidades por serviços passados com benefícios pós-emprego de saúde.

A Companhia das Lezírias atribui benefícios pós-emprego a parte dos seus colaboradores, através de planos de benefícios definidos, nomeadamente planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência, pensões de reforma antecipada e cuidados de saúde durante o período de reforma e de reforma antecipada.

As responsabilidades das diversas empresas do Grupo PARPÚBLICA foram determinadas por estudos atuariais elaborados por entidades independentes, individualmente para cada uma das empresas, utilizando o método “Unidade de Crédito Projetado” e com os seguintes pressupostos dominantes:

	30-Jun-12	31-Dez-11
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de rendimento	4,10%/4,75%	4,50%/4,75%
Taxa de crescimento		
Salários	0% até 2014; depois 1,5% - 2,5%	1,5% - 2,5%
Pensões	0% até 2014; depois 1,25% - 1,5%	1,25% - 1,5%
Pensão de reforma da Segurança Social	2,5%	2,5%

27 - Adiantamentos de clientes

Os Adiantamentos efetuados por clientes são de 1 748 milhares de euros (31DEZ11: 1 823 milhares de euros).

28 - Fornecedores

Fornecedores	30-Jun-12	31-Dez-11
Fornecedores c/c	64 187	56 652
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	2 421	3 537
	66 608	60 189

O montante em dívida a fornecedores c/c resulta sobretudo de valores a pagar: (i) pelo Grupo AdP com 46 639 milhares de euros (31DEZ11: 44 279 milhares de euros); (ii) pela PARPÚBLICA com 4 897 milhares de euros (31DEZ11: 546 milhares de euros); (iii) pela INCM com 4 297 milhares de euros (31DEZ11: 5 173 milhares de euros); (iv) pelo Circuito Estoril com 3 707 milhares de euros (31DEZ11: 3 781 milhares de euros); (v) pelo Grupo SAGESTAMO com 1 960 milhares de euros (31DEZ11: 1 254 milhares de euros); e (vi) pelo Grupo Baía do Tejo com 1 875 milhares de euros (31DEZ11: 890 milhares de euros) no desenvolvimento da sua atividade operacional.

29 - Outras contas a pagar

Outras contas a pagar	30-Jun-12		31-Dez-11	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Adiantamentos por conta de vendas	72 166	662	62 606	-
Fornecedores de imobilizado	75 237	30 437	79 966	30 684
Entidades do grupo/filiais	0	-	2	-
Entidades participantes e participadas	4 672	-	2 213	-
Pessoal	14 987	-	8 860	-
Acréscimos de gastos	60 387	-	49 049	-
CGD e Parcaixa - ações da EDP	516 175	-	516 175	-
Adiantamento da alienação da EDP	-	-	600 000	-
Outros	85 795	145 026	79 795	157 802
	829 420	176 125	1 398 666	188 486

Os Adiantamentos por conta de vendas relacionam-se essencialmente com a venda de propriedades pelo Grupo SAGESTAMO, incluindo 26 milhões de euros (o mesmo montante em 31DEZ11) referente ao Imóvel do Pavilhão do Conhecimento e 19 milhões de euros (31DEZ11: 0 euros) referentes ao imóvel na R. Prof. Sousa da Camara,143-143A - Lisboa.

As dívidas a Fornecedores de imobilizado advêm essencialmente do Grupo AdP com 74 222 milhares de euros em passivo corrente e 30 437 milhares de euros em passivo não corrente (31DEZ11: 79 029 milhares de euros em passivo corrente e 30 684 milhares de euros em passivo não corrente).

A rubrica de Acréscimos de gastos – passivo corrente - inclui:

- 53 651 milhares de euros referentes ao Grupo AdP (31DEZ11: 41 446 milhares de euros), respeitantes a acréscimos de juros, eletricidade, seguros, etc.. Este aumento deve-se principalmente, ao acréscimo de gastos com energia, à participada Sanest que especializou os trabalhos de

beneficiação que estão a ser executados pelo consórcio no montante de 13,7milhões euros e à estimativa efetuada pela EPAL das taxas de subsolo a pagar à Camara Municipal de Lisboa;

- 393 milhares de euros da SAGESECUR (31DEZ11: 4 449 milhares de euros) referentes a juros de empréstimos a liquidar; e
- 2 477 milhares de euros da INCM (31DEZ11: 2 806 milhares de euros).

A rubrica Outros – passivo corrente - inclui, essencialmente:

- 72 858 milhares de euros (31DEZ11: 63 169 milhares de euros) respeitantes ao Grupo AdP;
- 10 262 milhares de euros (31DEZ11: 13 749 milhares de euros) referentes ao Grupo SAGESTAMO; e
- 2 305 milhares de euros (31DEZ11: 150 milhares de euros) do Grupo Baía do Tejo.

A rubrica Outros – passivo não corrente-, inclui essencialmente:

- 140 182 milhares de euros (31DEZ11: 152 934 milhares de euros) relativos ao Grupo AdP, respeitando a dívidas aos municípios pela integração do património nos sistemas Multimunicipais;
- 4 822 milhares de euros (31DEZ11: 4 846 milhares de euros) correspondentes à dívida líquida do Grupo Baía do Tejo à Direção Geral do Tesouro.

O montante de 516 175 milhares de euros (31DEZ11: o mesmo valor) é proveniente da PARPÚBLICA e respeita à parte em dívida por aquisições de ações em reforço de posições em associadas, tendo em vista a reprivatização.

O montante de 600 milhões de euros em 31DEZ11 respeitava ao adiantamento efetuado pela China Three Gorges na aquisição da participação da EDP.

30 - Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros	30-Jun-12		31-Dez-11	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
<i>Swaps</i>	1 302	52 491	3 666	38 456

A quantia registada em Outros passivos financeiros - passivo não corrente -, no montante de 52 491 milhares de euros (31DEZ11: 38 456 milhares de euros), corresponde aos *swaps* de taxa de juro e de taxa de câmbio do Grupo AdP, não integrados na contabilidade de cobertura mensurados pelo justo valor à data de balanço, com base em valorizações indicadas por entidades independentes. Estes *swaps* estão associados a um montante nocional global de 295 milhões de euros.

Os saldos em Outros passivos financeiros - passivo corrente - respeitam ao justo valor de estruturas de *swaps* de taxa de juro, com vista à dispersão do risco de taxa de juro na PARPÚBLICA.

31 - Vendas e serviços prestados

Rédito das vendas e dos serviços prestados	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Vendas		
Mercado interno	243 391	274 577
Mercado externo	74 625	98 177
	318 017	372 754
Prestações de serviços		
Mercado interno	494 511	458 887
Das quais: rendas de propriedade de investimento	27 829	24 278
Mercado externo	1 028 101	929 768
	1 522 611	1 388 654
Total	1 840 628	1 761 408

Pelo relato por segmentos de negócio apresentado na Nota 1, as Atividades Aeronáuticas evidenciam-se como o segmento mais significativo contribuindo com cerca de 1 334 milhões de euros (1º semestre de 2011: 1 243 milhões de euros), correspondentes a 72% (1º semestre de 2011: 71%) do total de Vendas e prestações de serviços. Todo este segmento respeita a unidades de atividades descontinuadas pelo facto dos seus ativos e passivos terem sido incluídos num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5. O segundo segmento mais significativo é o de Águas e Resíduos contribuindo com cerca de 416 milhões de euros (1º semestre de 2011: 373 milhões de euros), correspondentes a 23% (1º semestre de 2011: 21%) do total de Vendas e prestações de serviços.

32 - Subsídios à exploração

Subsídios à exploração	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Relacionados com ativos biológicos	955	-
Relacionados com contratos de construção	-	772
Outros	2 659	6 631
Total	3 614	7 403

Os subsídios à exploração relacionados com ativos biológicos dizem respeito à atividade operacional da Companhia das Lezírias.

A rubrica de Outros diz respeito aos Subsídios à exploração provenientes, essencialmente, das seguintes empresas:

- Grupo TAP - 1 802 milhares de euros (1º semestre de 2011: 1 214 milhares de euros) de subsídios a receber do Estado relativamente à comparticipação no preço de venda do bilhete para passageiros com destino ou origem no arquipélago dos Açores, desde que os passageiros se enquadrem no

regime legal aplicável. O montante reconhecido em cada exercício corresponde à estimativa do Grupo TAP da quantia a receber por bilhetes voados no próprio exercício por passageiros abrangidos pelo benefício.

- Circuito Estoril - 752 milhares de euros (1º semestre de 2011: 4 052 milhares de euros) de subsídios destinados à realização do Moto GP organizado pelo Circuito Estoril.

33 - Ganhos e perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Ganhos/perdas imputados de associadas	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Ganhos pela aplicação do método de equivalência patrimonial		
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	0	779
Credip - Instituição Financeira de Crédito	39	33
EDP - Energias de Portugal, S.A.	-	127 322
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	-	34 082
INAPA - Invest. Part. E Gestão, SA	91	363
Parcaixa, SGPS, SA	6 562	7 693
ADA - Administração Aeroportos, Lda	-	174
Subtotal	6 691	170 446
Perdas pela aplicação do método de equivalência patrimonial		
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	1 032	-
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	5	2
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	2 275	7 300
Subtotal	3 312	7 302
TOTAL	3 379	163 144

A EDP e a REN foram valorizadas pelo método de equivalência patrimonial até ao 1º semestre de 2011, data a partir da qual passaram a ser classificadas como ativo detido para venda (vide Nota 21).

34 - Dividendos de participações ao custo e ao justo valor

Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	1º semestre 2012	1º semestre 2011
EDP - Energias de Portugal, SA	172 448	25 758
PT - Portugal Telecom, SA	521	1 042
REN	45 034	0
GALP	11 616	8 131
ZON	18	18
HCB	2 038	3 055
Futuro	11	12
IHRV (ex-INH)		60
	231 686	38 075

Não obstante, as participações na EDP (21,35%) e na REN (40%) terem sido alienadas em 2012, a PARPÚBLICA recebeu os dividendos destas participações relativos ao exercício de 2011.

As variações nos dividendos destas participações decorrem significativamente de terem sido classificadas como ativos não correntes detidos para venda, tendo o rendimento deixado de ser reconhecido pelo método de equivalência patrimonial (correspondendo ao resultado semestral) e passado a ser reconhecido pelos dividendos recebidos.

35 - Mais-valias resultantes de reprivatizações

Mais-valias resultantes de reprivatizações	1º semestre 2012
EDP	500 050
REN	74 120
	574 169

As mais-valias dizem respeito às alienações de 21,35% da EDP e de 40% da REN, as quais foram alienadas por 2 548 769 milhares de euros e por 556 108 milhares de euros, respetivamente, não contando com os dividendos recebidos pela PARPÚBLICA.

36 - Variação nos inventários da produção

Variação nos inventários da produção (variação da produção)	1º semestre 2012			1º semestre 2011		
	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e	Produtos e trabalhos em curso
Inventários iniciais ¹	(10 006)	(2 342)	(24 234)	(9 959)	(1 945)	(33 036)
Regularização de inventários ¹	(2 269)	0	(3 221)	(1 705)	(18)	(11 362)
Transferência para "Detidos para venda"			-			16 755
Existências finais ¹	12 661	930	22 178	11 521	1 748	27 528
Variação da produção	387	(1 411)	(5 278)	(144)	(215)	(115)
			(6 302)			(474)

¹ para efeitos de demonstração da variação dos inventários da produção inclui-se os inventários e suas variações relativas às entidades detidas para venda

37 - Trabalhos para a própria entidade

Trabalhos para a própria entidade	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	721	1 333
Outros ativos não correntes	13 765	14 872
	14 486	16 205
Ativo corrente		
Inventários	551	513
	551	513
TOTAL	15 037	16 718

Os Trabalhos para a própria entidade, relativos aos Ativos fixos tangíveis, incluem essencialmente a capitalização de custos diretos relacionados com as áreas técnicas envolvidas na construção dos ativos do Grupo ANA, no montante de 653 milhares de euros (1º semestre de 2011: 1 003 milhares de euros), assim decompostos:

- Mercadorias vendidas e matérias consumidas – 4 milhares de euros;
- Fornecimentos e serviços externos – 107 milhares de euros; e
- Outros gastos – 542 milhares de euros.

Os Trabalhos para a própria entidade relativos aos Outros ativos não correntes, no montante de 13 765 milhares de euros (1º semestre de 2011: 14 872 milhares de euros) respeitam à capitalização de gastos incorporados na formação do custo dos direitos de utilização de infraestruturas do Grupo AdP, assim decompostos:

- Gastos com o pessoal – 3 499 milhares de euros (1º semestre de 2011: 4 440 milhares de euros);
- Fornecimentos e serviços externos – 1 972 milhares de euros (1º semestre de 2011: 2 728 milhares de euros);
- Gastos financeiros – 8 263 milhares de euros (1º semestre de 2011: 7 704 milhares de euros); e
- Outros gastos e ganhos capitalizados – 31 milhares de euros (1º semestre de 2011: 0 euros).

Os Trabalhos para a própria entidade relativos a Inventários, no montante de 551 milhares de euros, dizem respeito a Gastos com o pessoal e Outros gastos incluídos no custo de aquisição / produção de inventários do Grupo TAP (1º semestre de 2011: 513 milhares de euros).

38 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC)	1º semestre 2012		1º semestre 2011	
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Inventários iniciais ¹	849 590	191 068	633 741	231 765
Compras ¹	88 411	70 742	49 320	86 034
Regularização de existências ¹	694	(6 965)	302	(3 520)
Transferência para "Detidos para venda"	-	-	(13 779)	(176 230)
Inventários finais ¹	(879 919)	(182 741)	(620 349)	(29 299)
Inventários consumidos e vendidos	58 775	72 105	49 236	108 750
		130 880		157 985

¹ para efeitos de demonstração dos inventários consumidos e vendidos inclui-se os inventários e suas variações relativas às entidades detidas para venda

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas em junho de 2012, no montante de 130 880 milhares de euros (1º semestre de 2011: 157 985 milhares de euros), inclui, essencialmente:

- 92 784 milhares de euros (1º semestre de 2011: 81 932 milhares de euros), maioritariamente relacionados com material técnico para utilização na reparação de aeronaves do Grupo TAP;
- 14 834 milhares de euros (1º semestre de 2011: 12 829 milhares de euros) relativos a reagentes e contadores do Grupo AdP;
- 10 992 milhares de euros (1º semestre de 2011: 19 636 milhares de euros) de moedas e outros bens relativos à INCM; e
- 9 452 milhares de euros (1º semestre de 2011: 41 218 milhares de euros) de imóveis do Grupo SAGESTAMO.

39 - Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Combustíveis	395 971	330 608
Outros materiais e serviços consumidos	119 460	117 677
Trabalhos especializados	72 140	78 960
Assistência por terceiros nos aeroportos	73 518	69 412
Taxas de navegação aérea	63 914	63 066
Rendas e alugueres	17 716	33 863
Subcontratos	32 442	33 058
Comissões	21 544	31 571
Conservação e reparação de equipamento de voo	59 368	29 988
Conservação e reparação de outros ativos	34 091	29 300
Locação operacional de aviões	25 579	26 116
Encargos especiais da atividade de venda - atividade de transporte aéreo	19 647	18 388
Despesas a bordo	20 833	17 627
Vigilância e segurança	14 727	14 422
Taxas de aterragem	14 516	12 361
Seguros	9 435	10 370
Honorários	4 530	4 491
Alojamento e alimentação nas escalas	10 169	8 952
	1 009 599	930 230

O segmento de atividade que mais contribuiu para esta rubrica da demonstração dos resultados foi o sector de atividades aeronáuticas, representando 87% (86% em junho de 2011) dos gastos incorridos.

Os Combustíveis são o gasto mais representativo, 39% do total de Fornecimentos e serviços externos.

O acréscimo dos Fornecimentos e serviços externos resulta maioritariamente do aumento da atividade do Grupo TAP face ao período homólogo acompanhada pelo aumento do preço médio do *jet fuel*.

Os Outros materiais e serviços consumidos advêm essencialmente do Grupo TAP com 54 806 milhares de euros (1º semestre de 2011: 62 770 milhares de euros), do Grupo AdP com 46 105 milhares de euros (1º

semestre de 2011: 42 713 milhares de euros) e do Grupo ANA com 13 256 milhares de euros (1º semestre de 2011: 15 930 milhares de euros).

40 - Gastos com o pessoal

Gastos com o pessoal	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Remunerações	296 574	315 359
Encargos sociais	61 479	64 224
Outros gastos com o pessoal	35 079	30 912
Gastos com benefícios de reforma	4 309	7 020
	397 441	417 515

As retribuições pagas aos membros dos órgãos sociais da PARPÚBLICA no primeiro semestre de 2012, foram:

Mesa da Assembleia Geral:	0 euros
Conselho de Administração:	151 milhares de euros
Revisor Oficial de Contas:	34 milhares de euros

Os Gastos com pessoal do primeiro semestre de 2012, no montante de 397 milhões de euros (1º semestre de 2011: 418 milhões de euros), evidenciaram uma redução de 21 milhões de euros face ao período homólogo. A variação líquida advém essencialmente da diminuição do Grupo TAP de 6 milhões de euros (1º semestre de 2012: 261 milhões de euros; 1º semestre de 2011: 267 milhões de euros), da redução do Grupo AdP de 7 milhões de euros (1º semestre de 2012: 69 milhões de euros; 1º semestre de 2011: 76 milhões de euros) e da redução do Grupo ANA de 4 milhões de euros (1º semestre de 2012: 51 milhões de euros; 1º semestre de 2011: 55 milhões de euros).

Os outros gastos com o pessoal advêm, essencialmente, do Grupo TAP (20 401 milhares de euros), assim decompostos:

- Seguros – 5 967 milhares de euros (1º semestre de 2011: 5 556 milhares de euros);
- Gastos de ação social – 5 855 milhares de euros (1º semestre de 2011: 6 735 milhares de euros);
- Comparticipações de refeições – 2 438 milhares de euros (1º semestre de 2011: 2 431 milhares de euros);
- Seguros de acidentes de trabalho – 1 746 milhares de euros (1º semestre de 2011: 1 632 milhares de euros);
- Outros gastos com o pessoal – 4 395 milhares de euros (1º semestre de 2011: 3 116 milhares de euros).

Por força do estipulado em acordos de empresa, o Grupo PARPÚBLICA mantém um conjunto de obrigações de benefícios definidos para com os seus empregados, que são tratadas nos termos previstos na IAS 19.

Gastos com benefícios de reforma	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Custo do serviço corrente	3 459	4 536
Custo de juros	2 524	1 313
Retorno esperado dos ativos do plano	(770)	(792)
Ganhos e perdas actuariais	(236)	-
Custo do serviço passado	-	1 438
Outros	(668)	525
TOTAL	4 309	7 020

Os Gastos com benefícios de reforma advêm essencialmente do Grupo TAP com 4 135 milhares de euros. O movimento ocorrido no ano relativamente aos passivos de benefícios definidos, bem como os principais pressupostos atuariais utilizados na elaboração dos estudos, são apresentados na Nota 26.

41 - Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)

Ajustamentos em inventários	1º semestre 2012		1º semestre 2011	
	Perdas em inventários	Reversão de ajustamentos em inventários	Perdas em inventários	Reversão de ajustamentos em inventários
Mercadorias	-	275	-	146
Produtos acabados e intermédios	-	134	-	51
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 234	-	1 920	242
	1 234	409	1 920	439
		(825)		(1 481)

As quantias registadas na rubrica de Inventários (vide Nota 19) encontram-se líquidas das perdas de imparidade acumuladas.

As perdas e reversões dos ajustamentos em mercadorias são registados em função do valor realizável líquido.

As perdas e reversões de ajustamentos em inventários de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo referem-se ao Grupo TAP relativamente a material técnico para utilização na reparação de aeronaves próprias e nas obras realizadas para outras companhias de aviação.

42 - Imparidade de dívidas a receber

Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	1º semestre 2012		1º semestre 2011	
	Ajustamentos em contas a receber	Reversão de ajustamentos em contas a receber	Ajustamentos em contas a receber	Reversão de ajustamentos em contas a receber
Cientes	4 749	2 944	2 751	1 534
Contas a receber - não corrente	156	-	95	-
Outras contas a receber - correntes	3 537	2 006	209	418
Outros ativos e passivos financeiros	234	-	23	-
	8 676	4 950	3 078	1 952
		(3 726)		(1 126)

As quantias registadas nas rubricas de Clientes e de Outras contas a receber (vide Notas 14 e 17) encontram-se líquidas das perdas de imparidade acumuladas.

O reforço efetuado em Ajustamentos em contas a receber resulta essencialmente de: (i) 2 667 milhares de euros efetuados pelo Grupo AdP; (ii) 4 699 milhares de euros efetuados pelo Grupo ANA; e (iii) 932 milhares efetuados pela INCM.

A Reversão de ajustamentos em contas a receber no primeiro semestre de 2012 respeita, essencialmente, a: (i) 2 243 milhares de euros no Grupo TAP e (ii) 2 468 milhares de euros da INCM.

43 - Provisões

Provisões (gastos / reversões)	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Provisão para processos judiciais em curso	2 169	2 709
Outras provisões	(1 169)	(116)
	1 000	2 593

As principais variações encontram-se discriminadas na Nota 24 - Provisões, destacando-se os montantes mais significativos no Grupo TAP, resultantes de Processos judiciais em curso.

44 - Imparidade de investimentos

Imparidade de outros investimentos não depreciáveis	1º semestre 2012		1º semestre 2011	
	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade
Ativos fixos não depreciáveis				
EDP - Energias de Portugal, S.A.	-	-	0	5 925
INAPA - Invest. Part. E Gestão, SA	55	-	5 642	-
HCB - Hidroelétrica de Cahora Bassa, S.A	-	-	22 500	-
REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.	48 946	-	-	-
Sociedade Mineira do Lucapa	-	-	411	-
Outros ativos financeiros	-	-	550	-
	49 001	-	29 103	5 925
	(49 001)			(23 178)

No primeiro semestre de 2012, as perdas por imparidade de 48 946 milhares de euros relativas à REN relacionam-se com a remensuração da quantia escriturada da participação remanescente de 9,9% (após reprivatização de 40%) para o justo valor menos custos de vender, a que corresponde o valor de cotação das ações em 30 de junho de 2012 (vide nota 21).

As perdas por imparidade da INAPA foram consideradas após a aplicação do método de equivalência patrimonial nessa associada. Assim, o montante de Perdas por imparidade de 234 milhares de euros referente à INAPA (1º semestre de 2011: 5 642 milhares de euros), corresponde à diferença entre a quantia escriturada após a aplicação do método de equivalência patrimonial e o justo valor (dado pela cotação das ações da INAPA), à data de 30 de junho de 2012, menos os custos estimados de vender.

As reversões da EDP (1º semestre de 2011) foram consideradas após a aplicação do método de equivalência patrimonial. Assim, o montante 5 925 milhares de euros de Reversão por perda de imparidade referente à EDP, corresponde à diferença entre a quantia escriturada após a aplicação do método de equivalência patrimonial e o justo valor (dado pela cotação das ações destas empresas), à data de 30 de junho de 2011, menos os custos estimados de vender.

A perda por imparidade relativa à HCB (1º semestre de 2011) é resultado de estudos de avaliação realizados por entidades independentes, nos quais se utilizou o *Dividend Discount Model* para calcular o valor da empresa. O valor médio indicado nas versões finais nestes estudos, para a participação de 15% é de 77,5 milhões de euros, o qual se considerou como referência para o justo valor menos os custos de vender, originando assim o reconhecimento de uma Perda de imparidade adicional de 22,5 milhões de euros.

Atendendo à paragem atual das minas que compõem o universo da Sociedade Mineira do Lucapa (SML) - Lucapa, Calonda, Yetwene - e dadas as incertezas que rodeiam uma eventual retoma das produções, foram consideradas fortes as probabilidades da existência de imparidade, no que respeita à quantia escriturada referente à participação de 49% que a SPE detém na SML, bem como no que respeita aos suprimentos e outros créditos detidos pela SPE sobre a SML. O acréscimo de imparidade (1º semestre de 2011) relativa a este ativo respeita a dívidas desta sociedade à SPE.

45 - Aumentos / reduções de justo valor

Aumentos / reduções de justo valor	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Ajustamentos positivos		
Propriedades de investimento	180	103
Ativos biológicos	817	-
Ganhos de outras participações valorizadas ao justo valor através de resultados	5 892	127 756
Ganhos de outros investimentos financeiros	-	1
Outros	406	1 890
	7 295	129 750
Ajustamentos negativos		
Propriedades de investimento	-	1 134
Activos biológicos	309	-
Perdas de outras participações valorizadas ao justo valor através de resultados	160 797	89 215
Outros	10 587	355
	171 693	90 704
	(164 397)	39 045

Os ajustamentos de justo valor em propriedades de investimento respeitam:

- Baía do Tejo: 180 milhares de euros positivos. No primeiro semestre de 2011: 1 031 milhares de euros negativos (TAP: 103 milhares de euros positivos e FUNDIESTAMO: 1 134 milhares de euros negativos).

Os métodos utilizados para a determinação do justo valor encontram-se discriminados na Nota 6 (Propriedades de Investimento).

Os ajustamentos positivos e negativos de justo valor em ativos biológicos respeitam:

- Companhia das Lezírias: 508 milhares de euros positivos.

Os métodos utilizados para a determinação do justo valor encontram-se discriminados na Nota 9 (Ativos Biológicos).

No primeiro semestre de 2012, os Ganhos/perdas de outras participações valorizadas ao justo valor através de resultados (valores líquidos) decorrem integralmente da PARPÚBLICA no montante de 154 904 milhares de euros negativos (1º semestre de 2011: 34 892 milhares de euros positivos):

	1º semestre 2012			1º semestre 2011		
	Ajustamentos positivos	Ajustamentos negativos	Ajustamentos líquidos	Ajustamentos positivos	Ajustamentos negativos	Ajustamentos líquidos
Swaps de taxa de juro	5 890		5 890	1 559		1 559
Opção associada a empréstimo obrigacionista permutável			0		81 594	-81 594
Ações da EDP (*)		79 849	-79 849		6 364	-6 364
Ações da GALP (*)		80 144	-80 144	122 548		122 548
Outras ações da GALP Energia		6	-6			0
Ações da Zon	2		2			0
Ações da PT		797	-797		1 257	-1 257
	5 892	160 796	-154 904	124 107	89 215	34 892

Nota: (*) Ações subjacentes às opções dos empréstimos obrigacionistas permutáveis emitidos pela PARPÚBLICA

As outras reduções de justo valor no montante de 10 587 milhares de euros no primeiro semestre de 2012, resultam da variação do valor dos *swaps* do Grupo AdP.

46 - Outros rendimentos e ganhos

Outros rendimentos e ganhos operacionais	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Rendimentos suplementares	27 576	27 741
Ganhos em existências	431	1 438
Ganhos em imobilizações	2 892	1 940
Ganhos na venda de Prop. Inv. ao custo por incapacidade determinar o Justo Valor	194	-
Outros rendimentos e ganhos de propriedades de investimento	1 023	1 150
Rendimentos de juros e outros rendimentos financeiros	28 426	26 790
Outros juros obtidos	23 450	26 519
Desc de pronto pagamento obtidos	221	127
Outros rendimentos e ganhos financeiros	4 755	144
Outros rendimentos e ganhos financeiros	3 821	4 583
Diferenças de câmbio favoráveis	7	16
Total	64 370	63 659

Os Rendimentos suplementares advêm, maioritariamente, do segmento de atividades aeronáuticas e referem-se, entre outros, a venda de milhas do programa TAP Victoria a parceiros de 8 311 milhares de euros (1º semestre de 2011: 5 768 milhares de euros), a vendas de material de armazém recuperado de 3 346 milhares de euros (1º semestre de 2011: 3 701 milhares de euros), rendimentos com publicidade de 4 337 milhares de euros (1º semestre de 2011: 3 073 milhares de euros), rendas e sublocações de 1 042 milhares de euros (1º semestre de 2011: 1 838 milhares de euros). Incluem ainda 3 630 milhares de euros

referentes ao Grupo AdP (1º semestre de 2011: 2 925 milhares de euros) e 2 556 milhares de euros relativos ao Grupo ANA (1º semestre de 2011: 3 710 milhares de euros).

A rubrica de Rendimentos de juros e outros rendimentos financeiros é composta essencialmente por outros juros obtidos, no montante de 23 450 milhares de euros (1º semestre de 2011: 26 519 milhares de euros), os quais incluem essencialmente:

- 19 418 milhares de euros do Grupo AdP (1º semestre de 2011: 11 067 milhares de euros);
- 1 341 milhares de euros da PARPÚBLICA (1º semestre de 2011: 1 488 milhares de euros);
- 1 219 milhares de euros do Grupo SAGESTAMO (1º semestre de 2011: 2 285 milhares de euros).

A rubrica de Ganhos em imobilizações advém essencialmente da Lazer e Floresta no valor de 2 346 milhares de euros (1º semestre de 2011: 940 milhares de euros).

47 - Outros gastos e perdas

Outros gastos e perdas operacionais	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Impostos	11 340	11 941
Perdas em imobilizações	1 000	1 309
Utilização fraudulenta de cartões de crédito	393	59
Perdas em existências	2 460	1 659
Multas e penalidades	212	519
Diferenças de câmbio desfavoráveis	9 565	1 957
Gastos e perdas de serviços financeiros	4 420	7 866
Outros	12 783	8 341
	42 174	33 650

A rubrica de Impostos inclui, essencialmente, 4 740 milhares de euros do Grupo AdP (1º semestre de 2011: 4 349 milhares de euros), 3 373 milhares de euros do Grupo TAP (1º semestre de 2011: 5 247 milhares de euros) e 2 360 milhares de euros da INCM (1º semestre de 2011: 1 708 milhares de euros).

As Perdas em imobilizações referem-se essencialmente ao Grupo TAP, com um total de perdas de 840 milhares de euros (1º semestre de 2011: 708 milhares de euros).

Relativamente às Perdas em existências, estas referem-se na sua maioria ao Grupo TAP com um montante de 2 161 milhares de euros (1º semestre de 2011: 541 milhares de euros).

As Diferenças de câmbio desfavoráveis são provenientes na sua quase totalidade do Grupo TAP.

Os Gastos e perdas de serviços financeiros respeitam essencialmente ao Grupo TAP, 2 327 milhares de euros (1º semestre de 2011: 6 793 milhares de euros) relativos a serviços financeiros.

A rubrica de Outros inclui, essencialmente:

- 4 628 milhares de euros (1º semestre de 2011: 5 016 milhares de euros) do Grupo ANA, dos quais 3,4 milhões de euros (1º semestre de 2011: 3 986 milhares de euros) dizem respeito a incentivos a companhias aéreas e que têm como objetivo a captação de tráfego, designadamente, formação de novas rotas e/ou frequências e a otimização da capacidade oferecida nos aeroportos do Grupo ANA;

- 2 048 milhares de euros (1º semestre de 2011: 1 035 milhares de euros) do Grupo AdP;
- 2 345 milhares de euros (1º semestre de 2011: 830 milhares de euros) referentes à INCM.

48 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Ativos fixos tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	298	4
Edifícios e outras construções	23 374	23 270
Equipamento básico	86 275	86 101
Equipamento de transporte	1 531	1 560
Ferramentas e utensílios	1 002	941
Equipamento administrativo	3 232	3 543
Outras imobilizações corpóreas	3 478	8 534
	119 191	123 954
Outros ativos intangíveis		
Outros ativos fixos intangíveis		-
Com vida útil finita	108 519	103 409
	108 519	103 409
Propriedades de investimento (método do custo)	1	25
Ativos biológicos (método do custo)	111	107
Total	227 822	227 495

49 - Subsídios ao investimento

Subsídios ao investimento	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Subsídios ao investimento	40 061	36 872
Total	40 061	36 872

Os Subsídios ao investimento advêm maioritariamente do segmento das águas e resíduos (95% do montante dos subsídios) e do segmento das atividades aeronáuticas (5% do montante dos subsídios).

50 - Juros e rendimentos e gastos similares obtidos / suportados

Juros e outros rendimentos e gastos de financiamento	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Rendimentos e ganhos		
Juros de invest. finan. não registados pelo justo valor através de resultados	87	178
Outros juros	569	492
Dif. de câmbio favoráveis	-	3 262
Outros rendimentos e ganhos financeiros	2 795	254
	3 451	4 186
Gastos e perdas		
Juros suportados	202 875	184 766
Dif. de câmbio desfavoráveis	4 046	-
Outros gastos e perdas financeiros	12 598	8 570
	219 520	193 336

Os Juros suportados de financiamentos no montante de 202 875 milhares de euros (1º semestre de 2011: 184 766 milhares de euros) incluem:

- 112 319 milhares de euros da PARPÚBLICA (1º semestre de 2011: 104 061 milhares de euros);
- 56 474 milhares de euros do Grupo AdP (1º semestre de 2011: 46 918 milhares de euros);
- 23 556 milhares de euros do Grupo TAP (1º semestre de 2011: 21 789 milhares de euros); e
- 8 564 milhares de euros do Grupo ANA (1º semestre de 2011: 8 451 milhares de euros).

O aumento dos juros suportados é explicado pelo acréscimo dos financiamentos no Grupo e pelo aumento significativo das taxas de juro (nomeadamente nos spreads), bem como do aumento dos financiamentos de curto prazo.

As Diferenças de câmbio desfavoráveis resultam na sua totalidade do Grupo TAP.

Os Outros gastos e perdas financeiros, no montante de 12 598 milhares de euros (1º semestre de 2011: 8 570 milhares de euros), referem-se:

- 4 892 milhares de euros ao Grupo AdP (1º semestre de 2011: 2 857 milhares de euros);
- 5 349 milhares de euros à PARPÚBLICA (1º semestre de 2011: 0 euros);
- 1 150 milhares de euros ao Grupo TAP (1º semestre de 2011: 1 345 milhares de euros); e
- 1 202 milhares de euros ao Grupo ANA (1º semestre de 2011: 576 milhares de euros).

51 - Imposto sobre o rendimento do período

Impostos sobre o rendimento (DR)	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Gasto/rendimento por impostos correntes	47 668	48 444
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores	333	(9 554)
Gasto/rendimento relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias	(642)	(633)
Gasto provenientes de redução ou reversão de um ativo por impostos diferidos	227	883
TOTAL	47 587	39 141

Impostos sobre o rendimento - relação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Resultado antes de imposto	616 471	146 632
Taxa	26,2%	12,4%
Produto	161 587	18 174
Rendimentos e gastos não dedutíveis ou não tributáveis	(232 109)	(19 181)
Gastos não dedutíveis	51 424	5 660
Ativos e passivos por impostos diferidos	24 111	-
Derrama	6 969	4 517
Tributações autónomas	1 731	1 908
Diferenças temporárias	17 663	7 088
Amortizações não aceites fiscalmente + taxa	70	-
Utilização de prejuízos fiscais não reconhecidos anteriormente	29 176	(2 699)
Atualização de encargos com explorações agrícolas (majoração encargos dedutíveis)	-	(163)
Outros	(13 035)	23 836
TOTAL	47 587	39 141

Prejuízos fiscais não relevados como ativos por impostos diferidos (por data de extinção):	1º semestre 2012	1º semestre 2011
N	12 375	5 212
N+1	90 688	20 692
N+2	45 710	32 480
N+3	52 512	52 089
N+4	22 753	10 314
N+5	5 614	12 517
TOTAL	229 652	133 304

Os Impostos sobre o rendimento do período no montante de 47 587 milhares de euros (1º semestre de 2011: 39 141 milhares de euros) correspondem na generalidade ao Grupo AdP (1º semestre de 2012: 31 779 milhares de euros; 1º semestre de 2011: 19 118 milhares de euros), ao Grupo ANA (1º semestre de 2012: 11 108 milhares de euros; 1º semestre de 2011: 13 045 milhares de euros), à INCM (1º semestre de 2012: 4 746 milhares de euros; 1º semestre de 2011: 6 916 milhares de euros) e ao Grupo TAP (1º semestre de 2012: 2 815 milhares de euros; 1º semestre de 2011: 2 527 milhares de euros).

O Grupo PARPÚBLICA está sujeito a tributação em sede de Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama. O cálculo do Imposto corrente do exercício até 30 de junho de 2012 corresponde à taxa anual de 25%, acrescida de Derrama. A partir do exercício de 2008 a Derrama passou a ser calculada até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável, podendo assim o imposto atingir a taxa máxima agregada de 26,5%.

As declarações de autoliquidação, do Grupo PARPÚBLICA ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.

52 - Interesses que não controlam – Resultado Líquido

Interesses que não controlam (resultado líquido)	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Interesses que não controla (resultado líquido)		
Cateringpor	143	296
LFP	1 802	1 708
SAGESECUR	18	(69)
ECODETRA	(3)	(5)
Margueira	58	(9)
ANA, SA	8 870	9 128
ANAM	608	404
NAER	(25)	(136)
Grupo AdP	33 260	25 966
	44 731	37 284

53 - Unidades operacionais descontinuadas

Os resultados e os fluxos de caixa relativos às unidades operacionais descontinuadas têm correspondência (i) nos ativos não correntes detidos para venda (Grupo TAP, Grupo ANA e a participação na HCB); (ii) nos dividendos obtidos da EDP, da REN e da HCB; e (iii) nas mais-valias obtidas com a EDP e a REN.

Os resultados e fluxos de caixa das unidades operacionais descontinuadas classificadas como tal no primeiro semestre de 2012 são os seguintes:

RUBRICAS	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Vendas e serviços prestados	1 333 588	1 243 351
Subsídios à exploração	1 805	1 478
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(2 275)	154 278
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	191 522	28 825
Mais-valias resultantes de reprivatizações	574 169	
Variação nos inventários da produção	(6 168)	(549)
Trabalhos para a própria entidade	1 204	1 516
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(93 820)	(82 989)
Fornecimentos e serviços externos	(883 074)	(803 787)
Gastos com o pessoal	(311 988)	(322 215)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	(1 234)	(1 678)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-
Provisões (aumentos / reduções)	2 178	2 701
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (gastos/reversões)	(2 362)	(17 077)
Aumentos / reduções de justo valor	-	104
Outros rendimentos e ganhos	28 269	29 489
Outros gastos e perdas	(25 283)	(22 503)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	806 531	210 944
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(101 007)	(101 284)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (gastos/reversões)	-	-
Subsídios ao investimento	2 070	2 360
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	707 594	112 020
Juros e rendimentos similares obtidos	569	3 754
Juros e gastos similares suportados	(38 518)	(32 161)
Resultado antes de impostos	669 645	83 613
Imposto sobre o rendimento do período	(13 923)	(15 572)
Resultado líquido do período das unidades operacionais descontinuadas	655 722	68 041
Resultado líquido dos interesses que não controlam	11 398	11 400
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	644 324	56 641

RUBRICAS	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Fluxos das:		
Atividades de exploração	167 942	151 456
Atividades de investimento	194 813	21 272
Atividades de financiamento	(170 063)	(109 750)

54 - Entidades Relacionadas

Os saldos e transações entre as empresas do Grupo que integram o perímetro de consolidação são eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações das principais empresas do Grupo PARPÚBLICA com entidades relacionadas são:

Saldos e transações com entidades relacionadas em 30-Jun-12	Total	Estado e Outras Empresas Públicas	Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	Associadas	Gerência da entidade ou da respetiva entidade-mãe	Outras partes relacionadas
Saldos ativos	461 831	-	1 149	5 778	-	454 904
Saldos passivos	178 104	-	-	59 910	-	118 194
Rendimentos	234 396	-	-	30 560	-	203 836
Gastos	76 839	-	-	40 152	165	36 522

Saldos e transações com entidades relacionadas em 30-Jun-12	Total	Estado e Outras Empresas Públicas	Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	Associadas	Gerência da entidade ou da respetiva entidade-mãe	Outras partes relacionadas
Saldos ativos	461 831	-	1 149	5 778	-	454 904
Saldos passivos	178 104	-	-	59 910	-	118 194
Rendimentos	234 396	-	-	30 560	-	203 836
Gastos	76 839	-	-	40 152	165	36 522

Os termos ou condições praticados entre o Grupo PARPÚBLICA e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos termos que normalmente seriam contratados entre entidades independentes em operações comparáveis.

55 - Ativos e passivos financeiros

NÍVEL NA HIERARQUIA DO JUSTO VALOR NA QUAL AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR SÃO CATEGORIZADAS NA SUA TOTALIDADE, SEPARANDO AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR EM CONFORMIDADE COM OS NÍVEIS DEFINIDOS NO PARÁGRAFO 27A DA IFRS 7	30-Jun-12			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	866 296	15 622	-	881 918
Ativos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	260	-	260
Ativos financeiros disponíveis para venda - justo valor	102	-	777	879
	866 398	15 882	777	883 057
Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados	-	53 793	-	53 793
Passivos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	17 669	-	17 669
	-	71 462	-	71 462

	30-Jun-12					Total
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	
Ativos e Passivos Financeiros						
Ativos						
Ativo não corrente						
Participações financeiras - outros métodos	-	11 570	866 255			877 825
Outros ativos financeiros	2 142 465	8	41			2 143 205
Outras contas a receber	159 250	-	-			159 250
	2 301 715	11 578	866 296	-	-	3 180 280
Ativo corrente						
Clientes	578 779	-	-			578 779
Adiantamentos a fornecedores	2 506	-	-			2 506
Outras contas a receber	213 931	-	-			213 931
Outros ativos financeiros	-	57	15 622			15 679
Caixa e depósitos bancários	2 942 053	-	-			2 942 053
	3 737 269	57	15 622	-	-	3 752 948
Total do ativo	6 038 984	11 635	881 918	-	-	6 933 228
PASSIVOS						
Passivo não corrente						
Financiamentos obtidos				-	6 472 382	6 472 382
Outras contas a pagar					176 125	176 125
Outros passivos financeiros				52 491	-	52 491
	-	-	-	52 491	6 648 507	6 700 998
Passivo corrente						
Fornecedores				-	66 608	66 608
Adiantamentos de clientes				-	1 748	1 748
Acionistas / sócios				-	18	18
Financiamentos obtidos				-	1 652 183	1 652 183
Outras contas a pagar				-	829 420	829 420
Outros passivos financeiros				1 302	-	1 302
	-	-	-	1 302	2 549 976	2 551 278
Total do passivo	-	-	-	53 793	9 198 483	9 252 276
Valor Líquido	6 038 984	11 635	881 918	(53 793)	(9 198 483)	(2 319 049)

NÍVEL NA HIERARQUIA DO JUSTO VALOR NA QUAL AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR SÃO CATEGORIZADAS NA SUA TOTALIDADE, SEPARANDO AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR EM CONFORMIDADE COM OS NÍVEIS DEFINIDOS NO PARÁGRAFO 27A DA IFRS 7	31-Dez-11			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	1 030 292	7 439	-	1 037 731
Ativos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	429	-	429
Ativos financeiros disponíveis para venda - justo valor	-	-	-	-
	1 030 292	7 868	-	1 038 160
Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados	-	42 122	-	42 122
Passivos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	1 665	-	1 665
	-	43 787	-	43 787

	31-Dez-11						
Ativos e Passivos Financeiros	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	Investimentos detidos até à maturidade	Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Total
Ativos							
Ativo não corrente							
Participações financeiras - outros métodos	-	11 858	1 027 050	-	-	-	1 038 908
Outros ativos financeiros	1 982 750	8	41	1 700	-	-	1 984 499
Outras contas a receber	168 304	-	-	-	-	-	168 304
	2 151 054	11 866	1 027 091	1 700	-	-	3 191 711
Ativo corrente							
Clientes	482 226	-	-	-	-	-	482 226
Adiantamentos a fornecedores	2 664	-	-	-	-	-	2 664
Outras contas a receber	279 900	-	-	-	-	-	279 900
Outros ativos financeiros	-	57	10 640	-	-	-	10 697
Caixa e depósitos bancários	520 424	-	-	-	-	-	520 424
	1 285 214	57	10 640	-	-	-	1 295 911
Total do ativo	3 436 268	11 923	1 037 731	1 700	-	-	4 487 622
PASSIVOS							
Passivo não corrente							
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	6 441 603	6 441 603
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	188 486	188 486
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	38 456	-	38 456
	-	-	-	-	38 456	6 630 089	6 668 545
Passivo corrente							
Fornecedores	-	-	-	-	-	60 189	60 189
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	-	1 823	1 823
Acionistas / sócios	-	-	-	-	-	18	18
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	1 724 671	1 724 671
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	1 398 666	1 398 666
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	3 666	-	3 666
	-	-	-	-	3 666	3 185 367	3 189 033
Total do passivo	-	-	-	-	42 122	9 815 456	9 857 578
Valor Líquido	3 436 268	11 923	1 037 731	1 700	(42 122)	(9 815 456)	(5 369 955)

56 - Perspetiva sobre os riscos em instrumentos financeiros

Os riscos a que as organizações se encontram expostas podem ter origem em fatores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento profundo da organização, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que o Grupo está exposto, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

- Risco de mercado, o qual inclui três tipos de risco: (i) risco cambial – é o risco de que a quantia de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio; (ii) risco de taxa de juro – é o risco de que a quantia de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado; e (iii) risco de preço – é o risco de que a quantia de um instrumento financeiro venha a flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por fatores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por fatores que afetem todos os instrumentos negociados no mercado.
- Risco de crédito – é o risco de que um participante de um instrumento financeiro não venha a cumprir uma obrigação e faça com que o outro participante incorra numa perda financeira. O Grupo PARPÚBLICA encontra-se sujeito a risco de crédito que concede aos seus clientes. Contudo, as vendas a crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efetuadas a clientes com um histórico de

crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos pré-definidos e aprovados para cada cliente.

- Risco de liquidez (também referido como risco de financiamento) – é o risco de que o Grupo venha a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros. O risco de liquidez pode resultar de uma incapacidade de vender rapidamente um ativo financeiro no fecho do mercado pelo seu justo valor.

Pela sua expressão no Grupo PARPÚBLICA, merecem referência as seguintes entidades: PARPÚBLICA, Grupo AdP, Grupo ANA e Grupo TAP.

PARPÚBLICA

No exercício da sua atividade a PARPÚBLICA identifica as seguintes áreas de riscos financeiros que podem afetar o seu valor patrimonial ou o interesse de terceiros: (i) risco de crédito, (ii) risco de liquidez, e (iii) risco de mercado, pela taxa de juro e pelo preço.

i) Risco de Crédito

O risco de crédito, associado à possibilidade de uma das partes envolvidas num instrumento financeiro não honrar a sua obrigação, apresenta-se quanto às aplicações financeiras dos seus excedentes de tesouraria, aos *swaps* contratados.

ii) Risco de Liquidez

O risco de liquidez está mitigado pela existência de três programas de Papel Comercial no montante total de 1 825 milhões de euros, os quais estão contratados com instituições financeiras de reconhecida solidez, à semelhança do que já existia em 2011. Estes instrumentos permitem à PARPÚBLICA um acesso imediato à liquidez.

A segmentação da dívida por natureza de instrumentos e por tempo remanescente até à maturidade é a seguinte (valores nominais em milhões de euros):

Valores em milhões de euros

30-Jun-12	< 3 meses	4-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	> 5 anos	Total
Financiamentos	745,0	130,0	800,0	1.514,2	1.785,7	4.974,8
Papel Comercial	745,0	130,0				875,0
<i>Eurobonds</i>			800,0	499,0	900,0	2.199,0
Obrigações Permutáveis EDP				1.015,2		1.015,2
Obrigações Permutáveis Galp					885,7	885,7

Valores em milhões de euros

30-Dez-11	< 3 meses	4-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	> 5 anos	Total
Financiamentos	920,0	130,0	800,0	1 514,2	1 785,7	5 149,8
Papel Comercial	920,0	130,0				1 050,0
<i>Eurobonds</i>			800,0	499,0	900,0	2 199,0
Obrigações Permutáveis EDP				1 015,2		1 015,2
Obrigações Permutáveis Galp					885,7	885,7

Valores em milhões de euros

30-Jun-11	< 3 meses	4-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	> 5 anos	Total
Financiamentos	750,0	350,0	0,0	2 315,2	1 785,7	5 200,8
Papel Comercial	750,0	350,0				1 100,0
<i>Eurobonds</i>				1 300,0	900,0	2 200,0
Obrigações Permutáveis EDP				1 015,2		1 015,2
Obrigações Permutáveis Galp					885,7	885,7

As cláusulas de *covenant* existentes nos instrumentos de dívida são os seguintes:

Financiamentos	Covenants
<i>Eurobonds</i>	
EMTN 800M€ - 2009 due 2013	Cross Default / Negative Pledge
Bonds 500M€ - 2004 due 2014	Cross Default / Force Majeure
Bonds 500M€ - 2005 due 2020	Cross Default / Force Majeure
Bonds 150M€ - 2004 due 2020	Cross Default
Bonds 250M€ - 2006 due 2026	Cross Default
Obrigações Permutáveis EDP - 2007 due 2014	Cross Default
Obrigações Permutáveis GALP - 2010 due 2017	Negative Pledge / Restriction on Activities

iii) Risco de Mercado

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro respeita à possibilidade de, por alteração das taxas de juro no mercado, existir variação da remuneração de instrumentos financeiros a taxa variável ou variação no justo valor de instrumentos financeiros a taxa fixa.

A dívida de médio e longo prazo, no que respeita ao tipo de taxa de juro contratada, manteve a distribuição existente em 31 de dezembro de 2011, ou seja de 96,3% em taxa fixa e o restante em taxa variável.

Assim, com uma tão elevada percentagem de dívida emitida a taxa fixa a PARPÚBLICA tem, em termos fluxos de caixa, uma reduzida exposição à flutuação de taxa de juro. Quanto ao risco de justo valor, não é relevante para os financiamentos existentes, mas é pelo efeito que tenha em yields no mercado secundário que condicionem novas emissões de dívida.

A PARPÚBLICA tem contratadas três estruturas de *swaps* de taxa de juro, com vista à dispersão do risco de taxa de juro (*swap* de taxa fixa para taxa variável, *swap* de taxa variável para taxa variável e *swap* de taxa fixa para taxa fixa). O montante notional total das estruturas é de 550 milhões de euros. O conjunto das três estruturas teve os seguintes impactos, com efeitos nos resultados (milhares de euros):

	1º semestre de 2012	2011	1º semestre de 2011
Fluxos de caixa líquidos	800	3 500	800
Variação do justo valor	5 900	2 900	1 500

O único financiamento a taxa de juro variável é no montante de 150 milhões de euros, que paga juros anuais iguais a *Euro Mid Swap* a 10 anos - 0,48%. Uma variação de 1% na taxa indexante traduz-se numa alteração no montante anual de juros a pagar de 1,5 milhões de euros. Releva que este financiamento tem associado um *swap* no qual a PARPÚBLICA recebe anualmente taxa *Euro Mid Swap* a 10 anos – 0,48% e paga trimestralmente Euribor a três meses + 0,02%, com um limite de 8%, o qual apresentou um comportamento favorável para a PARPÚBLICA.

Os fluxos previsionais, não descontados, dos juros da dívida de médio e longo prazo existente e dos swaps contratados, são os seguintes (milhões de euros):

30-Jun-12	<1 ano	1 a 5 anos	>5 anos	Total
Juros da dívida a média/longo prazo	-159,7	-456,9	-247,7	-864,3
Fluxos dos swaps	1,7	7,6	5,1	14,4

31-Dez-11	<1 ano	1 a 5 anos	>5 anos	Total
Juros da dívida a média/longo prazo	-159,7	-456,3	-247,4	-863,4
Fluxos dos swaps	2,1	6,0	9,5	17,6

30-Jun-11	<1 ano	1 a 5 anos	>5 anos	Total
Juros da dívida a média/longo prazo	-161,0	-538,6	-328,7	-1 028,3
Fluxos dos swaps	3,3	7,2	10,5	21,0

Para minimizar o risco na taxa de juro pelo aumento dos *spreads* em financiamentos de curto prazo, os Programas de Papel Comercial existentes em 30 de junho de 2012 tinham um *spread* fixo, até ao limite de 875 milhões de euros, que vigora até à data da sua renovação.

Os justos valores dos swaps, em milhões de euros, seriam os seguintes por variações na curva da taxa de juro e na volatilidade:

Nocional	Taxa de juro			Volatilidade		
	-1%	0%	+1%	-5%	0%	+5%
€150M - 2014	0,0	2,2	0,0	0,0	2,2	0,0
€150M - 2020	1,2	9,3	-0,9	-0,1	9,3	0,1
€250M - 2026	2,3	-1,3	-3,3	2,9	-1,3	-3,6

Risco de preço

O risco de preço entende-se pela possibilidade do valor de um instrumento financeiro flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por fatores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por fatores que afetem todos os instrumentos negociados no mercado. Coloca-se nos dois empréstimos obrigacionistas de montantes nominais de 1 015,15 milhões de euros e de 885,65 milhões de euros, com opções embutidas em favor dos investidores de permutarem as obrigações, respetivamente por ações da EDP e da GALP detidas na carteira, pelos efeitos na variação da cotação destas ações.

O financiamento de 1 015,15 milhões de euros tem vencimento em 18 de dezembro de 2014, com a possibilidade de os investidores poderem pedir o reembolso das obrigações em 18 de dezembro de 2012. Se na data de reembolso das obrigações o valor das ações que constituem o ativo subjacente foi superior ao preço de conversão (6,70€ por ação) e a PARPÚBLICA optar por pagar o reembolso em dinheiro, o montante do reembolso pode ser ajustado ao valor das ações.

O financiamento de 885,65 milhões de euros tem vencimento em 28 de novembro de 2017, com a possibilidade de (i) os investidores poderem trocar as obrigações por ações a partir de março de 2013, (ii) a empresa exercer uma *call* e reembolsar as obrigações a partir de 13 de outubro de 2013, e (iii) os investidores poderem pedir o reembolso das obrigações em 28 de setembro de 2015. Se na data de reembolso das obrigações o valor das ações que constituem o ativo subjacente foi superior ao preço de conversão (15,25€ por ação) e a PARPÚBLICA optar por pagar o reembolso em dinheiro, o montante do reembolso pode ser ajustado ao valor das ações.

Pela mensuração pelo justo valor das opções e também das ações subjacentes, são reconhecidos os efeitos líquidos anuais decorrentes da evolução das cotações do ativo subjacente. Esses efeitos foram os seguintes (em milhões de euros):

	1º semestre de 2012	2011	1º semestre de 2011
Variação do valor das opções	0	124,5	-81,5
Variação do valor do ativo subjacente	-160,0	-190,3	116,1
Ganho líquido/ Perda Líquida	-160,0	-65,8	34,6

Os efeitos na opção embutida nas obrigações permutáveis em ações da Galp por variações positivas e negativas de 15% na cotação das ações em 30 de junho de 2012 seriam os seguintes:

Obrigações convertíveis em ações da GALP						
Ações da GALP			Opção			Var. líquida (M€)
Cotação (€)	Valor (M€)	Variação	Valor %	Valor (M€)	Variação	
10,0	580,8	-	2,4%	21,5	-	-
11,5	667,9	15,0%	5,3%	47,0	118,5%	61,6
8,5	493,6	-15,0%	0,9%	7,7	-64,2%	-73,3

Os efeitos na mesma opção por variações no *spread* de crédito e na volatilidade implícita seriam os seguintes:

Obrigações convertíveis em ações da GALP							
Spread de crédito				Volatilidade implícita			
Pontos base	Valor %	Valor (M€)	Variação		Valor %	Valor (M€)	Variação
1415	2,4%	21,5	-	22%	2,4%	21,5	-
1627	2,7%	23,6	9,9%	37%	7,2%	64,1	197,9%
1203	2,3%	20,2	-6,2%	7%	0,0%	0,1	-99,6%

Relativamente à opção embutida nas obrigações permutáveis em ações da EDP, a variação na mesma ordem percentual da cotação, do *spread* de crédito ou da volatilidade não alterariam o valor nulo que tem em 30 de junho de 2012.

Grupo AdP

Fatores de risco

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. É prática corrente no Grupo AdP, entre outros instrumentos, a contratação de instrumentos financeiros derivados para minimizar alguns dos riscos a que se encontra exposto. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP.

O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

i) Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para o Grupo AdP. O Grupo AdP está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água, saneamento e resíduos). Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais – municípios). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país no último ano, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de saldos vencidos tem vindo a crescer significativamente.

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

No Orçamento de Estado para 2012, no n.º 1 do artigo 58º estabeleceu que as autarquias locais que tenham dívidas vencidas às entidades gestoras dos sistemas multimunicipais do setor da água, do saneamento básico e dos resíduos deveriam apresentar até ao dia 15 de fevereiro de 2012, ao ministério da tutela setorial, as condições de regularização dos respetivos débitos.

Em 28 de agosto de 2012, foi criado o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) que tem por objeto a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direção-Geral das Autarquias Locais até 31 de março de 2012.

O PAEL abrange todos os pagamentos em atraso há mais de 90 dias dos municípios, independentemente da sua natureza comercial ou administrativa, sendo os municípios aderentes autorizados a celebrar um contrato de empréstimo com o Estado nos termos e condições definidos na Lei nº 43/2012.

Os limites legais de endividamento de médio e longo prazo, previsto na Lei das Finanças Locais, não prejudicam a contração de empréstimos ao abrigo do referido diploma. O fundo disponível para o financiamento do PAEL é de 1 000 milhões de euros. São 263 municípios que estão em condições de beneficiar do acordo assinado entre o Governo e as autarquias para uma linha de crédito de mil milhões de euros.

O PAEL divide-se em dois programas: o primeiro direcionado para autarquias em situação de desequilíbrio estrutural e com pedido de reequilíbrio financeiro apresentado ao Estado. Nesse caso, o contrato de financiamento pode chegar aos 100 por cento das dívidas. O segundo dirige-se aos restantes municípios com dívidas em atraso, pelo menos, há 90 dias, e os contratos podem cobrir entre 50 a 90 por cento das dívidas.

As autarquias que estabeleçam um contrato ao abrigo do PAEL são impostas um conjunto de obrigações, entre as quais multas no caso de existir um aumento do endividamento no período da execução do contrato.

A Administração do Grupo AdP acompanhou de perto (junto da tutela) estas negociações, estando otimista quanto ao desfecho deste processo. Ainda que esta data não seja possível determinar com exatidão as verbas que irão ser pagas ao Grupo AdP, é exetável que partes significativas das dívidas dos Municípios anteriores a 31 de dezembro de 2011 venham a ser liquidadas quando estes contratos forem assinados e disponibilizada a verba por parte do Governo Central aos Municípios.

Adicionalmente o Conselho de Administração do Grupo AdP encontra-se a avaliar à adoção de outras medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais o acionamento do mecanismo associado ao Privilégio Creditório, o qual incide sobre as dívidas correntes.

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração do Grupo AdP continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade.

A seguinte tabela representa a exposição máxima do Grupo a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 30 de junho de 2012, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Ativos financeiros bancários	1º semestre de 2012
Depósitos à ordem	52 771
Depósitos prazo	167 697
Outros títulos	54 904
Fundo de renovação do equipamento	3 966
Fundo de reconstituição de capital	105 698
Outros	162
Total	385 198

Rating	1º semestre de 2012
A2	690
A3	32 296
BI	20 965
Ba I	5 717
Ba 3	317 948
Baa 3	6 726
Sem <i>rating</i> conhecido	857
Total	385 198

Nota: notação de *rating* obtida nos sites das instituições financeiras em julho de 2012.

ii) Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio do Grupo AdP não é relevante. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional do Grupo AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando *swaps* centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos. O Grupo AdP possui investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos

estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela conversão, bem como financiamentos em moeda estrangeira expostos ao risco de taxa de câmbio. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é gerida através da contratação de empréstimos na mesma moeda e dos empréstimos com swaps de cobertura de taxa de câmbio.

iii) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo AdP efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos. Neste último exercício esta prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal, bem como pelo crescente aumento das dívidas de clientes.

Tal como o país, o Grupo AdP atravessa uma fase de reduzida liquidez. Face a este problema o Grupo AdP procedeu à análise dos seus compromissos de investimentos, realizando uma recalendarização dos investimentos do Grupo AdP, efetuando um mapeamento dos mesmos face a sua importância, impacto financeiro, económico e ambiental, minimizando desta forma todos os riscos associados aos compromissos associados com as diversas entidades.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades do Grupo AdP por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	643 966	444 530	1 943 846
Fornecedores e outros passivos	268 764	77 097	93 521

O Grupo AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, o Grupo AdP entende estar em condições de assegurar a renovação das suas principais linhas de crédito, não sendo por tal expectável a sua exigibilidade imediata. Adicionalmente, é expectável que até ao final do exercício o Grupo AdP reforce a utilização da linha de financiamento do BEI III, e que sejam gerados influxos relativamente a candidaturas de subsídios ao investimento.

iv) Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro do Grupo AdP advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, os empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem o Grupo AdP ao risco de fluxos de caixa e os empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem o Grupo AdP ao risco do justo valor associado à taxa de juro. O Grupo AdP gere o risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro,

mediante a contratação de *swaps* que permitam a conversão de empréstimos com juros calculados à taxa variável em empréstimos com juros calculados à taxa fixa. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está a remuneração garantida dos contratos de concessão e, consequentemente, o desvio tarifário.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade dos encargos financeiros do Grupo AdP.

	1º semestre de 2012	Taxa Média + 1%	Taxa Média - 1%
Juros suportados	56 474	68 717	46 839

v) *Risco de capital*

O objetivo do Grupo AdP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo AdP é a de contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita à EPAL e aos empréstimos ao investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas filiais. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

	1º semestre de 2012	2011
Empréstimos não correntes	2 388 376	2 365 064
Empréstimos correntes	643 966	612 838
Disponibilidades	(277 124)	(286 274)
Dívida	2 755 218	2 691 628
Subsídios ao investimento	1 935 646	1 950 784
Total do capital próprio	1 080 646	1 034 439
Capital e subsídios	5 771 510	5 676 851
Dívida/total do capital	0,48	0,47

O modelo de financiamento do Grupo AdP assenta tipicamente em dois tipos: financiamento bancário remunerado com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e no capital próprio e os subsídios ao investimento não reembolsáveis.

vi) *Risco regulatório*

O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, o Grupo AdP têm procurado acompanhar mais de perto as atividades do regulador, procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR. O Programa do XIX Governo Constitucional, assim como o Plano de Assistência Económica e Financeira preveem a autonomização do subsector dos resíduos do grupo Águas de Portugal (AdP) e a necessidade de implementar as medidas necessárias à sua abertura ao sector privado. Assim, durante o primeiro semestre de 2012, iniciaram-se diversos grupos de trabalho,

para se desenvolver estudos relativos à revisão do modelo de regulação vigente, nomeadamente ao nível da regulação dos sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos urbanos, ao nível do quadro jurídico-económico.

Grupo ANA

As atividades do Grupo ANA estão expostas a uma variedade de fatores de riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos, utilizando instrumentos financeiros derivados para efetuar a cobertura a certos riscos a que se encontra exposta. Os derivados são contratados apenas com a intenção de cobertura económica de riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto, em particular, do risco de taxa de juro.

i) Risco de mercado – Taxa de juro

Como o Grupo não tem ativos significativos remunerados, o lucro e os fluxos de caixa operacionais são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

O risco da taxa de juro do Grupo advém de empréstimos de longo prazo obtidos, sendo que os emitidos com taxas variáveis expõem-no ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro e os emitidos com taxas fixas expõem-no ao risco do justo valor da dívida.

O Grupo gere o risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, contratando instrumentos derivados que permitam a transformação de taxas de juro variáveis em taxas de juro fixas.

A análise de sensibilidade a variações de taxa de juro permite obter os seguintes impactos em resultados:

Natureza	Cenário c/ Taxa Atual	Cenário +1%	Cenário -1%
Financiamentos à Tx. Variável	(3 904)	(3 398)	3 324
Financiamento à Tx. Fixa	(13 419)	-	-
Juros S/ Locação Financeira	(120)	(13)	12
Juros Obtidos D.P.	697	-	-
Impacto Aproximado em Resultados / Cenário Taxa Atual		(3 411)	3 336

ii) Risco de crédito

O Grupo ANA encontra-se sujeito a risco de crédito que concede aos seus clientes. Contudo, as vendas a crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos pré-definidos e aprovados para cada cliente. No que se refere aos saldos a receber de instituições financeiras, a tabela seguinte apresenta um resumo da qualidade de crédito dos depósitos e das aplicações:

<i>Rating</i>	Quantias a receber de instituições de crédito	
	1º semestre de 2012	2011
Equivalentes de Caixa		
Aa3	-	5 560
Baa2	-	3 800
Baa3	8	-
Ba1	6 474	-
Ba2	-	23 473
Ba3	47 747	21 111
B1	106	-
Outros	873	348
	55 208	54 292

iii) Risco de capital

O objetivo do Grupo ANA em relação à gestão do capital, é também o de salvaguardar a capacidade do Grupo continuar a sua atividade e efetuar os investimentos necessários à prossecução do objeto da concessão, manter uma estrutura de capital ótima que lhe permita reduzir o custo de capital e criar valor a longo prazo para os acionistas.

Esta gestão é efetuada através de medidas como a emissão de instrumentos de dívida (empréstimo obrigacionista), a negociação e o reescalonamento da dívida e entradas de capital dos acionistas.

Em 2012, a estratégia do Grupo foi manter um *gearing* entre 60% e 70%. Os rácios de *gearing* em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 foram os seguintes:

	1º semestre de 2012	2011
Empréstimos totais	689 536	698 708
Caixa e equivalentes de caixa	(55 267)	(54 351)
Dívida líquida	634 269	644 357
Capitais próprios	386 234	380 872
Capital Total	1 020 503	1 025 229
<i>Gearing</i> (%)	62,2	62,9

A política de financiamento do Grupo ANA contemplou os seguintes princípios e condicionantes:

- Manutenção de uma estrutura equilibrada de capitais;
- Cumprimento dos níveis de rácios de endividamento assumidos com as entidades financiadoras;
- Limites previstos no Despacho n.º 510/10 da Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças, que estatuiu um conjunto de determinações relativas aos limites máximos de crescimento anual do endividamento previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, onde se estabelece que o crescimento médio do endividamento no período 2010-2013 não ultrapasse os 5,5%;
- Revisão para *downgrade* do *rating* da dívida do Estado Português e eventual repercussão na ANA.

No final do semestre de 2012, os empréstimos de médio e longo prazo do Grupo ANA representavam 663,3 milhões de euros, num total de 690 milhões de euros, e um peso de 96% do total da dívida.

Em 30 de junho de 2012 o peso da dívida a taxa variável no Grupo era de 39%. A cobertura do risco desta componente é balanceada entre o *hedging* natural do negócio e a contratação de instrumentos derivados à luz dos requisitos da IAS 39.

Uma vez que a maior parte da dívida do Grupo se encontra contratada com o Banco Europeu de Investimentos (BEI), que prevê a fixação direta das taxas de juro sem quaisquer custos acrescidos, o Grupo privilegia esta opção sempre que possível.

Na fixação de taxas de juro sem recurso ao BEI, o Grupo ANA privilegiará a contratação de instrumentos de cobertura que cumpram os requisitos da IAS 39.

Tratando-se de um negócio de capital intensivo, o Grupo ANA tem privilegiado soluções de financiamento dirigidas para a estabilidade dos capitais empregues.

A minimização da afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos anuais e plurianuais tem sido conseguida através do autofinanciamento e da adoção de uma política de pró-atividade na captura de apoios comunitários, sem deixar de ter em conta a minimização do WACC.

Grupo TAP

O ano em curso tornou evidente o impacto da crise de dívidas soberanas europeias na economia mundial. Se na Europa, em termos médios, a economia estagnou e se, na zona euro, o FMI espera que se venha a registar uma recessão, em diversas economias emergentes começou a sentir-se uma clara desaceleração. No caso do Brasil, por exemplo, depois de um crescimento do PIB de 7,5%, registado em 2010, o ritmo da economia baixou para um patamar de 2,7% em 2011, tendo baixado ainda mais no ano em curso.

A economia mundial está a ressentir-se, não só da contração económica no seu motor europeu, como também de uma falta de dinamismo persistente do lado da economia americana, com evidentes dificuldades na retoma do investimento e na criação de emprego. Estes dois focos de fraqueza, na Europa e nos EUA, estão a travar cada vez mais o contributo positivo que habitualmente as economias emergentes dão à economia mundial. Globalmente, a balança está a pesar mais no sentido negativo - muito embora se continuem a registar focos importantes de prosperidade em países ricos em matérias-primas, como os do Golfo Pérsico ou Angola - sendo o resultado final um claro arrefecimento da economia mundial.

Estando Portugal situado no fulcro da crise europeia, e representando as vendas do Grupo em Portugal e na Europa cerca de 65% do total, não foi possível ao Grupo escapar incólume aos efeitos desfavoráveis da situação atual.

i) Risco de preço

O efeito conjugado da quebra da procura e da alta persistente dos combustíveis criou condições adversas à rentabilidade do Grupo. No entanto, foi possível mitigar esse impacto negativo e mesmo obter um crescimento interessante, para mais num ambiente tão adverso. Na realidade, no transporte aéreo de passageiros, quer a receita, quer o volume de atividade, medido pelo número de passageiros por

quilómetros utilizados (“PKU”), acabaram por registar um crescimento de 6% no ano face a idêntico período do ano anterior, tendo funcionado eficazmente as diversas estratégias comerciais, de rede e de *pricing*, desenvolvidas mercado a mercado. Quer a Europa quer a África acabaram por evoluir em linha com a média geral, tendo por seu turno a receita crescido acima da média nas Américas, EUA, Venezuela e Brasil, e abaixo da média em Portugal.

Mais uma vez se constatou a importância da estratégia de diversificação de rotas e de conquista de novos mercados e destinos, leia-se, de inovação, do Grupo. Foi o caso da rota de Miami, nos EUA, contribuindo para um crescimento superior a 30% no número de passageiros a nível dos EUA. Também os novos destinos africanos, no Gana e no Mali, por exemplo, deram um contributo não negligenciável para a *performance* das rotas de África, onde se destacou, pela negativa, a linha de Luanda, eventualmente por quebra no tráfego de negócios. Em termos gerais pode dizer-se que o transporte aéreo conseguiu uma boa resposta ao aumento de oferta disponibilizada e aos novos destinos abertos, tendo sofrido apenas uma muito ligeira quebra no *load factor* global.

No que se refere a outras atividades do Grupo, deve mencionar-se em particular a carga que acabou por se ressentir mais do que o transporte de passageiros do impacto da crise, tendo baixado a receita cerca de 3% face a igual período do ano anterior. Já a atividade de manutenção e engenharia para terceiros subiu significativamente no semestre, o que pode significar alguma componente contra cíclica que a manutenção e reparação de aeronaves por vezes têm. Em contrapartida, os gastos com a manutenção de aeronaves e em particular reatores subiram fortemente apresentando um peso crescente nos custos do Grupo, o que resulta em parte do aumento de horas imposto à frota e do aumento da sua idade média.

ii) Risco cambial

Dadas as características da atividade do Grupo, em particular a forte componente internacional e intercontinental do transporte aéreo, a exposição da receita a múltiplas divisas é uma realidade natural e inevitável. Do lado dos custos, o peso que tem o fornecimento de combustível nos gastos do Grupo, gera uma exposição cambial ao Dólar na despesa que, aos níveis atuais de preços do combustível, se sobrepõe à componente de dólares nos recebíveis resultantes da venda de bilhetes nos mercados dos EUA, Brasil e Angola, criando assim uma exposição cambial curta ao dólar com algum impacto.

No campo das receitas, de referir que o mercado brasileiro é responsável por cerca de um quarto do total de receita de transporte aéreo do Grupo e que, neste mercado em particular, se verifica uma *mix* de duas exposições cambiais sobrepostas, ao Dólar e ao Real brasileiro, que resultam dos diferentes *timings* entre emissão de bilhetes, sua venda a pronto ou a prestações, e de transferência de receitas para a sede, por vezes via Nova Iorque. O impacto cambial final das vendas no Brasil resultou portanto, no 1º semestre, da conjugação da valorização do Dólar face ao Euro e da desvalorização, ocorrida em paralelo, do Real face ao Euro.

A nível agregado, se o total de recebíveis, direta ou indiretamente expostos ao Dólar, superou os 250 000 milhares de euros no 1º semestre, o total de gastos com combustíveis, verificado no mesmo período, correspondeu a quase 400 000 milhares de euros.

Outras fontes de exposição cambial passiva são, por exemplo, os gastos com a operação e sobretudo a manutenção de aeronaves, e também as rendas de locação para as aeronaves que estão em locação operacional. Nestas verifica-se uma denominação ao Dólar na quase totalidade dos contratos em vigor, correspondente, durante o 1º semestre do ano, a gastos de, aproximadamente, 25 000 milhares de Euros, valor superior à componente do serviço da dívida que está denominada em Dólares. Também a nível do passivo se verificou, desde final de 2011, uma subida na percentagem de financiamentos denominados em Dólares face a semestres e anos anteriores, passando de 3% há um ano para os atuais 13%.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio, em 30 de junho de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, com base nos valores da posição financeira, dos ativos e passivos financeiros do Grupo, em divisas, convertidos para Euros aos câmbios em vigor à data de relato, apresenta-se como segue:

Ativos e Passivos em Divisas	1º semestre de 2012			
	USD	BRL	Outras	TOTAL
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa	4 151	1 996	42 944	49 091
Contas a receber - Clientes	58 161	118 970	24 626	201 757
Contas a receber - outros	21 388	24 983	851	47 222
	83 700	145 949	68 421	298 070
PASSIVOS				
Passivos remunerados	150 733	-	-	150 733
Contas a pagar - fornecedores	10 626	13 191	1 179	24 996
Contas a pagar-outros	5 402	7 887	1 388	14 677
	166 761	21 078	2 567	190 406

Ativos e Passivos em Divisas	2011			
	USD	BRL	Outras	TOTAL
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa	11 435	6 741	31 548	49 724
Contas a receber - Clientes	54 782	89 468	14 864	159 114
Contas a receber - outros	24 010	24 032	2 825	50 867
	90 227	120 241	49 237	259 705
PASSIVOS				
Passivos remunerados	155 083	-	-	155 083
Contas a pagar - fornecedores	24 040	15 602	5 147	44 789
Contas a pagar-outros	8 451	4 043	725	13 219
	187 574	19 645	5 872	213 091

Em 30 de junho de 2012, uma variação (positiva ou negativa) de 10%, de todas as taxas de câmbio com referência ao Euro, resultaria num impacto nos resultados do exercício de, aproximadamente, 10 766 milhares de euros.

iii) Risco de taxa de juro

Se a nível do comportamento dos mercados de matérias-primas, nomeadamente energia, só em final do semestre se verificou uma acalmia ligeira, tendo estes mercados permanecido a maior parte do tempo imunes a sucessivos abalos económicos e financeiros decorrentes da crise das dívidas, das baixas de *rating*,

dos pedidos de resgate, do perdão de dívida grega e do aprofundamento significativo da crise económica global, já os mercados de taxa de juro sofreram enormes impactos derivados da falta de confiança dos investidores.

A taxa de juro do BCE manteve-se em 1%, só vindo a descer em julho, mas as taxas Euribor baixaram continuamente num movimento inverso ao da subida dos *yields* dos vários prazos das dívidas de Portugal, Espanha e Itália.

No quadro do passivo remunerado abaixo, englobando capital e juros, assumiram-se os pressupostos relativos a taxas de juro de mercado e câmbio do Eurodólar, como segue: 3% para a Euribor, 1,75% para a Libor do Dólar e 1,25% no Eurodólar. Os valores de passivo expressam os valores a pagar nos prazos indicados, incluindo a estimativa de todos os fluxos de caixa contratuais com amortização e juros, não descontados, até ao final da vida dos empréstimos. Considerou-se um pressuposto simplificador de ritmo de amortização intra-anual linear para efeito de cálculo dos juros futuros:

	1º semestre de 2012				
	< 1 ano	1- 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	TOTAL
Empréstimos	161 070	86 400	290 725	25 538	563 733
Locações Financeiras	153 179	106 595	290 729	153 882	704 385
Total	314 249	192 995	581 454	179 420	1 268 118
Empréstimos taxa fixa	51 710	51 660	200 517	24 767	328 654
Locações Financeiras taxa fixa	68 291	67 152	184 284	117 381	437 108
Total	120 001	118 812	384 801	142 148	765 762

	2011				
	< 1 ano	1- 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	TOTAL
Empréstimos	151 328	96 471	310 254	50 204	608 257
Locações Financeiras	137 371	133 065	324 397	189 238	784 071
Total	288 699	229 536	634 651	239 442	1 392 328
Empréstimos taxa fixa	51 747	51 648	203 143	49 047	355 585
Locações Financeiras taxa fixa	67 168	67 212	193 499	137 717	465 596
Total	118 915	118 860	396 642	186 764	821 181

O Grupo TAP utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados, de um aumento ou diminuição imediato das taxas de juros de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos, já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam os rendimentos ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os rendimentos ou despesas de juros, em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas, se estes estiverem reconhecidos ao justo valor.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 0,5% em taxas de juro de mercado, para todas as moedas em que o Grupo tem empréstimos, a 30 de junho de 2012, resultaria numa diminuição ou aumento do montante dos juros vincendos de, aproximadamente, 5 075 milhares de euros.

iv) Risco de preço de combustível

A média dos preços do *jet fuel* foi, no 1º semestre de 2012, muito próxima dos níveis médios muito elevados já registados em 2011 (bem como do 1º semestre de 2011). Com uma média de mercado de 1.026 USD/tonelada, uma vez mais em níveis *record*, o efeito na exploração tem sido de novo fortíssimo, tal como em 2008 e tal como no ano transato. A fraqueza relativa do euro este ano, comparado com outros episódios de subida do combustível, e o aumento dos volumes consumidos, em função do crescimento da atividade, foram dois fatores que agravaram ainda mais a fatura de combustível, próxima de 400.000 milhares de Euros no semestre. O *hedging* realizado em finais de 2011, apesar do *timing* oportuno em que foi contratado, teve um impacto meramente marginal na redução de custo total.

No que se refere ao volume consumido, apresentou-se em níveis *record*, com perto de 445 mil toneladas de *jet fuel* consumidas ao longo do semestre, contra cerca de 420 mil no mesmo período do ano anterior, ligeiramente abaixo da subida de cerca de 7% verificada no número de lugares e toneladas totais, por quilómetros oferecidos (“PKO” e “TKO”, respetivamente) da operação global.

Em termos de análise de sensibilidade, na faturação do 1º semestre de 2012, o impacto de uma variação de 100 USD/tonelada, a um câmbio do Eurodólar de 1,25, deverá ser, para um consumo padrão do semestre de 450 mil toneladas, de 36 000 milhares de euros.

A exposição ao preço do combustível é, ao nível dos custos, o fator mais importante gerador de exposição cambial do Grupo (especialmente quando as cotações do combustível estão elevadas) dado que o mercado de *jet fuel* é denominado em Dólares e o combustível é a principal rubrica de gastos variáveis. Uma baixa considerável no preço do combustível, por seu turno, reduz significativamente a exposição líquida do Grupo face ao Dólar.

v) Risco de crédito e de liquidez

Neste contexto de dificuldades financeiras, a contratação de novas operações tornou-se ainda mais difícil do que em anos anteriores. Em qualquer caso, o reforço de financiamento conseguido no final de 2011 mostrou-se suficiente para estabilizar a tesouraria do Grupo durante o período de inverno IATA, tendo sido levada a cabo apenas uma operação pontual de reajuste de financiamentos, já prevista desde finais de 2011 e concretizada no início do ano. Globalmente, o total da dívida baixou quer face ao final do ano transato, quer face ao período homólogo do ano anterior.

A componente de dívida total a taxa fixa, que representava cerca de 53% há um ano atrás, passou a um nível próximo de 60% durante o semestre. A taxa média no total dos financiamentos manteve-se em níveis muito moderados, continuando a beneficiar da duração média elevada da maior parte dos financiamentos e *leasings* em vigor, sem qualquer alteração de margens ao longo de toda a sua vida. Quanto à subida de margens em linhas de curto prazo que ainda se verificou no ano, foi em geral compensada pela descida das

taxas Euribor. Esta descida para níveis muito baixos das taxas Euribor beneficiou ainda as diversas operações de longo prazo em taxa flutuante.

Além da gestão financeira, no curto e longo prazo, e da gestão de tesouraria, também no âmbito da gestão do ativo corrente foi sendo dado um acompanhamento rigoroso à monitorização das posições de clientes e à repercussão dos efeitos da crise económica na qualidade creditícia destes, tendo sido possível limitar o agravamento, por exemplo, dos ajustamentos a um valor pouco significativo para a dimensão da atividade.

O quadro seguinte apresenta elementos relativos à posição de liquidez do Grupo em 30 de junho de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, bem como saldos de contas a receber, que refletem o risco máximo de crédito nessas mesmas datas:

	1º semestre de 2012	2011
Ativos não correntes		
Depósitos Judiciais – Brasil	21 090	22 221
Associadas e outros ativos não correntes	15 201	15 435
Ativos correntes		
Caixa e equivalentes de caixa	121 166	167 365
Contas a receber – clientes	316 333	250 482
Associadas e outros ativos correntes	51 050	167 836
	524 840	623 339
Exposição ao risco de crédito fora de balanço		
Garantias prestadas	50 546	44 414
Outros compromissos	202 065	218 876
	252 611	263 290

A qualidade de risco de crédito e liquidez do Grupo, em 30 de junho de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, face a ativos financeiros (caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivados), cujas contrapartes sejam instituições financeiras, detalha-se como segue:

	1º semestre de 2012	2011
AA-	1 963	1 107
A+	3 423	81
A	21 819	15 765
A-	1 825	-
BBB	-	4 087
BBB-	894	32 339
BB+	30 056	1 088
BB	-	52 773
BB-	18 108	25 050
B+	3 293	-
Outros	39 689	35 289
	121 070	167 579
Instrumentos financeiros derivados	260	429
Depósitos bancários	120 810	167 150
	121 070	167 579

A rubrica “Outros” contém valores referentes a diversas instituições internacionais, para as quais não foi possível obter a notação de *rating*.

Em 30 de junho de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, os saldos a receber de clientes apresentavam a seguinte estrutura de antiguidade, considerando como referência a data de vencimento dos valores em aberto:

	1º semestre de 2012	2011
Valores não vencidos	161 427	180 782
de 1 a 90 dias	110 902	44 810
de 91 a 180 dias	5 946	7 407
de 181 a 270 dias	15 642	10 982
de 271 a 365 dias	10 211	1 330
a mais de 366 dias	77 692	73 908
	381 820	319 219
Imparidades	(65 487)	(68 737)
Saldo líquido	316 333	250 482

Os valores apresentados correspondem aos valores em aberto, face aos prazos de vencimento contratados. Apesar de existirem atrasos na liquidação de alguns valores face a esses prazos, tal não resulta na identificação de situações de imparidade para além das consideradas através das correspondentes perdas.

Do valor total de contas a receber de clientes, os saldos das companhias de aviação e das agências de viagem são regularizados, principalmente, através do sistema *IATA Clearing House*, o que minimiza, substancialmente, o risco de crédito do Grupo TAP.

57 - Ativos e passivos contingentes

Grupo AdP

Empresa	Descrição do processo	Graduação de risco	30-jun-2012
Águas do Algarve	Ação a decorrer em tribunal já devidamente contestada. A primeira referem ao Sistema do Sotavento, a qual está a decorrer no Tribunal Administrativo do Circulo de Lisboa, no valor de 2 662 385,97 euros. A AdA entendeu que não são devidos nem exigíveis quaisquer quantias referentes a este litígios, pelo que não se constituiu qualquer provisão para o efeito.	Remoto	2 662
Águas do Algarve	Ação a decorrer em tribunal já devidamente contestada. A 2ª Ação refere-se ao Sistema de Barlavento e decorre no Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa no valor de 1 909 823,20 euros. A AdA entendeu que não são devidos nem exigíveis quaisquer quantias referentes a este litígio, pelo que não se constituiu qualquer provisão para o efeito.	Remoto	1 910
Águas do Algarve	Ação a decorrer em tribunal já devidamente contestada. A 3ª ação (Processo 516/09.3 Belle – Somague , Engigás, Neopul, Construtores ACE, no valor de 9 191 597,54 euros e tem como fundamento a alegada inexecutabilidade técnica das travessias da Ria Formosa . Por seu lado e alem da contestação desta ação a Aguas do Algarve instaurou uma ação no valor de 1 894 762,79 euros por incumprimento do contrato de empreitada imputável ao empreiteiro. A AdA entendeu que não são devidos nem exigíveis quaisquer quantias referentes a este litígio, pelo que não se constituiu qualquer provisão para o efeito.	Remoto	9 192

Empresa	Descrição do processo	Graduação de risco	30-jun-2012
Águas do Douro	Processo de liquidação de Imposto Municipal de Sisa Autora: Fazenda Pública Réu: Águas do Douro e Paiva Tribunal: Administrativo e Fiscal do Porto A sociedade tem pendente no TAF do Porto um processo de impugnação judicial contra liquidação do imposto municipal de Sisa, no valor de 1 695 912,85 euros a que acrescem juros compensatórios de 681 431,72 euros. O processo aguarda contestação da Fazenda Pública.	Remoto	1 696
Águas do Noroeste	Construtora do Tâmega, SA e Outros Proc. 515/05.4BERG-Aguarda-se novo julgamento.	Remoto	2 966
Águas do Noroeste	Construtora do Tâmega, SA e Outros Proc. 256/06.5BERG-Aguarda-se desenvolvimento do processo.	Remoto	3 327
Águas do Noroeste	Isolux Ingeniería, SA Proc. nº 476/10.8BERG-Aguarda-se desenvolvimento do processo.	Remoto	1 579
Águas do Noroeste	Alberto Martins de Mesquita & Filhos, SA Proc. nº 113/10.0TYVNG - Aguarda-se a homologação da sentença.	Remoto	8 457
Águas do Noroeste	Alexandre Barbosa Borges, SA Proc. nº 1380/11.8BERG - Aguarda-se desenvolvimento do processo.	Remoto	3 230
Águas de Santo André	Colocação de processos de injunção e ações administrativas ordinárias aos municípios de Santiago do Cacém e Sines	NA	5 259
Águas de Santo André	Processo relativo ao concurso público internacional do passivo ambiental	Remoto	9 007
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Processo judicial em que pretende a Conduril reconhecer o direito à prorrogação legal do prazo para execução da empreitada e que a ATMAD seja condenada a pagar à conduril uma compensação a título de sobregastos com as prorrogações legais	Remoto	2 020
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Contraordenação por falta de licença (a obra foi devidamente licenciada pela CCDRN, conforme licença P. Dv. n.º 266/07)	Remoto	2 500
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Contraordenação de rejeição de águas residuais para a valeta	Remoto	2 500
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Contraordenação de rejeição de águas residuais para efluente	Remoto	2 500
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Contraordenação de rejeição de águas residuais para uma linha de água no solo	Remoto	2 500
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Contraordenação de rejeição de águas residuais numa estação elevatória da ATMAD para o solo	Remoto	2 500
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Através desta ação, alegam que a R., no âmbito do Contrato de Empreitada para a Construção de Execução da Barragem de Pretarouca, impôs uma série de alterações e modificações ao projeto inicial, alterando o seu objeto e a forma inicial do concurso, no sentido de obter uma indemnização para si, a ação foi contestada, e juntou-se bastante prova documental que se considera relevante para o decaimento do pedido. Em ambas as situações aguarda-se marcação de audiência de julgamento, não sendo, na presente data, possível afirmar, com um grau de probabilidade razoável, qual a estimativa final de responsabilidades, incluindo custas judiciais e outros encargos.	Remoto	4 384
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Reequilíbrio financeiro do contrato por permanência em obra para além do previsto	Remoto	1 860
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Ação declarativa de condenação por falta de pagamento de faturas emitidas pela ATMAD	Remoto	2 055
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Ação declarativa de condenação por falta de pagamento de faturas emitidas pela ATMAD	Remoto	3 176

Empresa	Descrição do processo	Graduação de risco	30-jun-2012
Douro			
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Ação Administrativa Comum, em que o Consorcio SADE/EDIOC, pedem o valor de 3 053 327,10 euros, a título de indemnização por sobregastos em obra. A ATMAD contestou e reconveio pedindo o valor de 1 917 816,48 euros, a título de indemnização pelos prejuízos causados pelas AA. à ATMAD, pela demora em terminarem a obra, sendo que, a ATMAD aplicou multas contratuais a este consorcio que não estão, ainda, a ser discutidas judicialmente.	Remoto	4 917
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Ação declarativa de condenação por falta de pagamento de faturas emitidas pela ATMAD	Remoto	1 737
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Na sequência do contrato de “Empreitada de Construção das Estações de Tratamento de Águas Residuais do Douro Sul Lote 1”, adjudicada pela Empresa Águas de Trás-os-Montes Alto Douro S.A. (ATMAD) ao Consórcio constituído pelas Empresas “Construções Gabriel A.S. Couto S.A./ISOLUX Ingenieria SL”, datado de 6 de março de 2008 no valor de 3 663 955,64 euros, vem este consórcio interpor Ação administrativa comum sob a forma ordinária, reclamando um prejuízo de 1 638 712,24 euros e juros de mora no valor de 25 227,50 euros à primeira Empresa e de 28 571,08 euros à segunda. O Consórcio Sustenta este pedido com base num pretensão reequilíbrio financeiro, a que diz ter direito por o Dono da Obra ter perturbado o início ou normal desenvolvimento dos trabalhos devido essencialmente a: Indisponibilidade de terrenos; Modificação do projeto inicial; Falta de ligação á rede elétrica para arranque das instalações. Nesse sentido, a ATMAD contestou e reconveio, sendo notório que não assiste razão às AA. Tendo a ATMAD requerido o pagamento de 1 130 255,86 euros, em sede de reconvenção.	Remoto	2 823
Águas do Zêzere e do Côa	Proc. nº 99/08.1 - BECTB - Tribunal Administrativo de Castelo Branco: Ação intentada contra a Águas do Zêzere e Côa, S.A., pelo empreiteiro Construtora Abrantina e Marsilop, relativo ao concurso H, onde é peticionado o pagamento da quantia global de 2 285 321,63 euros, relativo a gastos de paragem, diferencial do cálculo de revisão de preços, indemnização por danos emergentes e lucros cessantes e gastos financeiros, a que acresce o pagamento dos juros comerciais vencidos desde 31 de março de 2008. O processo aguarda despacho saneador e marcação de julgamento. Esta agendada reunião no sentido de tentar chegar a um acordo para regularização da dívida.	Possível	2 285
Águas do Zêzere e do Côa	- Proc. nº 38/09.2 - BECTB - Tribunal Administrativo de Castelo Branco: Ação intentada contra a Águas do Zêzere e Côa, S.A., pelo empreiteiro Abrantina / Marsilop, relativo ao concurso de Saneamento 10 – Subsistema do Fundão, onde estes peticionam o pagamento da quantia global de 3 254 767,52 euros, relativa a indemnização por agravamento de custos de estaleiro, de encargos de estrutura, gastos gerais e gastos de oportunidade, compensação por alteração ao projeto, atualização de custos e a título de reembolso de custos financeiros incorridos até 31 de Dezembro de 2008, acrescidos dos vincendos até integral pagamento. O processo aguarda despacho saneador e marcação de julgamento.	Possível	3 255
Águas do Zêzere e do Côa	- Proc. nº 225/09.3 - BECTB - Tribunal Administrativo de Castelo Branco: Ação intentada contra a Águas do Zêzere e Côa, S.A., pelo empreiteiro Abrantina / Marsilop, relativo ao concurso I, onde estes peticionam o pagamento da quantia global de 6 077 796,43 euros, relativa a indemnização por prejuízos com meios diretos parados em obra, custos de estaleiro e de estrutura, gastos gerais, custos financeiros, custos de garantias bancárias, indemnização e juros até integral pagamento. O processo aguarda despacho saneador e marcação de julgamento. Está agendada reunião no sentido de tentar chegar a um acordo para regularização da dívida.	Possível	6 078

Empresa	Descrição do processo	Graduação de risco	30-jun-2012
Águas do Zêzere e do Côa	Ação arbitral proposta pelo MUNICÍPIO DO FUNDÃO, onde esta entidade reclama o pagamento de indemnização no montante de 43 394 957,71 euros. Paralelamente, a ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA, S.A., reclama daquele MUNICÍPIO DO FUNDÃO o pagamento de indemnização no valor de 186 149 euros. Por acórdão de 29 de outubro de 2010, o Tribunal Arbitral reconheceu apenas parcialmente a pretensão do MUNICÍPIO DO FUNDÃO, com um quantitativo a fixar em sede de execução de sentença e com um valor limite de 762 022,59 euros. Por seu turno, quanto à ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA, S.A., o pedido indemnizatório formulado foi julgado parcialmente procedente, com a atribuição de uma indemnização também a fixar em execução de sentença e com um limite máximo de 364 615 euros. Ambas as partes recorreram da decisão do Tribunal Arbitral, encontrando-se o processo, neste momento, a aguardar a decisão do Tribunal Central Administrativo Sul. Decorreram já duas fases de negociação para regularização da dívida, potenciando nova ronda de negociações que poderão conduzir a resolução desta ação.	Remoto	43 395
Águas do Zêzere e do Côa	Ação administrativa comum, sob a forma de processo ordinário, proposta pelo MUNICÍPIO DE AGUIAR DA BEIRA, MUNICÍPIO DE ALMEIDA, MUNICÍPIO DE BELMONTE, MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA, MUNICÍPIO DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO, MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES, MUNICÍPIO DO FUNDÃO, MUNICÍPIO DE GOUVEIA, MUNICÍPIO DA GUARDA, MUNICÍPIO DE MANTEIGAS, MUNICÍPIO DE MEDA, MUNICÍPIO DE PENAMACOR, MUNICÍPIO DE PINHEL e MUNICÍPIO DE SABUGAL contra o MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO e a ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA, S.A.. Pela presente ação pretendem os municípios autores que i) seja declarada a nulidade do contrato de concessão de exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição de efluentes celebrado em 15 de setembro de 2000, entre o Estado Português e a ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA, S.A.; ii) seja declarada a nulidade dos contratos de recolha de efluentes e de abastecimento de água, celebrados, na mesma data, entre os Autores e a ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA, S.A., e iii) seja declarada a nulidade dos contratos de cedência e valorização de infraestruturas municipais celebrados entre os Autores e a ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA, S.A.. – Processo n.º 450/11.7BECTB, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco. Aguarda-se, neste momento, pela fase de saneamento do processo, que é prévia à fase de julgamento.	Remoto	n/a
SANEST	Na sequência da entrada em vigor da Lei 12/2008 de 26 de fevereiro, a SANEST instaurou processos de injunção contra os Município de Sintra e Município de Oeiras, para recuperação de dívidas dos respetivos SMAS relacionadas com a prestação de serviços de recolha de efluentes na área do respetivo Concelho, conforme Contrato de Concessão e Contrato de Recolha de Efluentes. Na sequência do decaimento processual na injunção contra o Município de Oeiras, com a absolvição do Réu (M. Oeiras) da Instância, por alegado erro na forma de processo, a SANEST interpôs uma ação comum de condenação, por forma a salvaguardar a não prescrição da dívida em questão. No processo de injunção contra Município de Sintra a SANEST reclama o pagamento de uma dívida no montante de 1 845 277,04 euros, a que acrescem juros vencidos e vincendos, referente à faturação de janeiro de 2006 a maio de 2008, incluindo o acerto da faturação de 2006.	Possível	1 845
SIMLIS	3- Proc. 1552/09.5BELRA - TAFLeiria \t- Ação administrativa comum sob a forma ordinária intentada por Construtora Abrantina, s.a., em 29 de setembro de 2009, pedindo a condenação de Simlis no pagamento da quantia de 3 099 892,27 euros e juros, relativa a prejuízos c/ perdas de rendimento, permanência em obra, lucros cessantes, encargos financeiros e prejuízos c/ montagem e desmontagem de estaleiro - “ Empreitada de execução da Rede de Saneamento de Maceira- 3.ª, 5.ª e 6.ª fases “	Remoto	3 100

Empresa	Descrição do processo	Graduação de risco	30-jun-2012
SIMRIA	Ação administrativa comum na forma ordinária n.º 760/05.2BEVIS, a correr seus termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, movida pelas sociedades Construtora Abrantina, S.A. e Jaime Ribeiro & Filhos, S.A. em que, no âmbito da empreitada denominada "Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro - Intercetores Sul e Vouga - Condutas", se pede que a SIMRIA, S.A. seja condenada a reconhecer o direito das Autoras à prorrogação legal do prazo daquela empreitada até abril de 2003 e a pagar a estas uma indemnização no valor de 8 896 803,00 euros, acrescida dos respetivos juros vencidos e vincendos à taxa legal. Neste processo a SIMRIA, S.A. deduziu pedido reconvenicional contra as Autoras, reclamando destas uma indemnização no valor de 7 820 565,53 euros, acrescido de juros, a título de multas aplicadas ao empreiteiro por atraso na execução da obra, lucros cessantes, danos de imagem e outros. Nesta ação aguarda-se a elaboração do despacho saneador pelo tribunal e respetiva notificação às partes, posto o que prosseguirão os ulteriores termos processuais.	Possível	1 076
SIMRIA	Ação administrativa comum na forma ordinária n.º 1075/08.0BEVIS, a correr seus termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, movida pelas sociedades Construtora Abrantina, S.A. e Jaime Ribeiro & Filhos, S.A. em que, no âmbito da empreitada denominada "Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro - Intercetores Sul e Vouga - Condutas", se pede que a SIMRIA, S.A. seja condenada a reconhecer o direito das Autoras à prorrogação legal do prazo daquela empreitada até 24 de setembro de 2004 e a pagar a estas a quantias de 4 407 430,48 euros, a título de indemnização por prejuízos alegadamente sofridos pelo empreiteiro na referida empreitada, trabalhos a mais, revisão de preços e juros de mora por alegado desfasamento entre os pagamentos contratualmente esperados e os realmente verificados. Nesta ação encontra-se já designado o dia 18 de outubro de 2012 para a realização da audiência de discussão e julgamento.	Possível	4 407
Águas do Centro Alentejo	Injunção contra o município do Évora, contra a qual foi deduzida oposição. A ação declarativa subsequente encontra-se a aguardar marcação de julgamento.	Possível	5 600 inclui capital, juros e taxa de justiça
Águas do Centro Alentejo	Injunção contra o município do Évora, contra a qual não foi deduzida oposição. Título executivo em execução no TAF de Beja.	Possível	4 605 Inclui capital, juros e taxa de justiça
Águas do Centro Alentejo	Confissão de dívida emitida pelo município de Reguengos de Monsaraz, em dezembro de 2011.	Possível	2 304 Inclui capital, juros

Grupo ANA

valores em milhares de euros:

Descrição	30-jun-2012	2011
Processos de natureza laboral	488	1 563
Processos de expropriação	437	510
Processo de indemnização por anulação de adjudicação de contrato	134	134
Custas contingentes do processo de propriedade dos terrenos do ALS movido pela Câmara Municipal de Lisboa contra o Estado, ANA, EP e TAP	150	150
Processo de indemnização por acidentes de Viação	314	314
Ação Administrativa por danos causados pela inviabilização de loteamento	103	103
Ações contra a ANAM, no âmbito do Projeto de ampliação do Aeroporto do Funchal	299	299
Ações de contestação à aplicação da taxa de tráfego	266	266
Ações Administrativas	35 + 1,370 / mês até fim processo	35 + 1,370 / mês até fim processo
Ações de Indemnização por danos	589	589
Ações de insolvência	133	133
Processo de concurso para licenciamento	468	468
Outras responsabilidades	595	615

Grupo TAP

i) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 o Grupo TAP não possuía ativos contingentes.

ii) Passivos contingentes

A subsidiária brasileira TAP ME Brasil possui ações de naturezas tributária, cível e laboral, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação dos seus consultores jurídicos, para as quais não foi constituída provisão.

Descrição	30-jun-2012	2011
Ações laborais - Fundo de garantia do tempo de serviço ("FGTS") não depositado entre 2002/2004 e Periculosidade/Insalubridade	89 113	75 212
A principal ação laboral trata-se de um processo movido pelo sindicato onde é reclamado o depósito do FGTS entre o período 2002 e 2004 de todos os funcionários de Porto Alegre. A outra ação refere-se, ao requerimento de pagamento adicional de insalubridade e periculosidade, para todos os funcionários que exercem a função de auxiliar de manutenção de aeronaves em Porto Alegre. Após análise da prova pericial, foi concluído que as atividades exercidas não se caracterizam como perigosas ou insalubres. O processo encontra-se no Tribunal Superior do Trabalho de Brasília com recurso do Sindicato para ser julgado. A TAP ME Brasil entende, baseada em informações provenientes dos seus advogados, que destes processos não resultarão impactos materialmente relevantes, suscetíveis de afetar as suas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2012.		

Descrição	30-jun-2012	2011
Ação fiscal - Execução fiscal de obrigação de pagamento de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS") Em março de 2009, foi lavrado um auto de infração contra a TAP ME Brasil sobre a suposta exigência do pagamento de ICMS, o qual incide sobre a importação de mercadorias. A subsidiária apresentou impugnação administrativa sobre o auto de infração que foi julgado procedente. Em dezembro de 2009, o recurso do Estado foi julgado procedente no Conselho de Contribuintes. De acordo com os advogados desta subsidiária, a probabilidade de perda é possível na esfera administrativa e remota na esfera judicial.	115 950	117 260
Ação fiscal - Execução fiscal de obrigações acessórias de ICMS Em dezembro de 2007, a subsidiária foi notificada, no âmbito de uma execução fiscal, proposta pela Fazenda do Estado de São Paulo (Guarulhos), relativa a obrigações acessórias de ICMS. A subsidiária realizou a penhora de 2% da faturação, bem como a suspensão da execução com as razões para a revisão da execução fiscal. Atualmente, a subsidiária está a aguardar a decisão do Juiz em relação à suspensão da execução. A probabilidade de perda por parte da subsidiária é considerada possível.	10 621	10 708
Ação fiscal - Auto de infração de imposto de importação ("II"), imposto sobre produtos industrializados ("IPI"), programa de integração social ("PIS") e contribuição para financiamento da segurança social ("COFINS") A subsidiária foi notificada pela Reserva Federal, em 16 de outubro de 2007, que entendeu não serem aplicáveis às operações de importação da subsidiária a isenção de II e IPI e a alíquota 0% de PIS e COFINS. Aguarda-se o julgamento da defesa apresentada pela subsidiária. A TAP ME Brasil entende, baseada em informações provenientes dos seus advogados, que deste processo não resultarão impactos materialmente relevantes, suscetíveis de afetar as suas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2012. A probabilidade de perda por parte da subsidiária é considerada possível.	35 814	82 299
Ação fiscal - Auto de infração de imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ"), contribuição social sobre lucro líquido ("CSLL"), PIS e COFINS referente ao ano de 2007 O fisco federal entendeu que haveria inconsistência nas declarações apresentadas pela subsidiária TAP ME Brasil, desconsiderando assim toda a contabilidade para o período e arbitrando o valor dos tributos devidos. O processo encontra-se ainda em 1ª instância, aguardando julgamento na Delegacia da Receita Federal de Julgamento. Os prognósticos dos advogados consideraram a perda como possível.	47 754	-
Ação fiscal - Auto de infração de IRPJ/CSLL Em abril de 2012, foram instaurados dois processos administrativos, decorrentes da não homologação da compensação, realizada através da Declaração de Compensação de Tributos referentes a saldos negativos de IRPJ e de CSLL, por suposta utilização de créditos indevidos. Foi apresentada Manifestação de Inconformidade e aguarda-se o julgamento em 1ª instância. Os prognósticos dos advogados consideraram a perda como possível.	3	-
Ação fiscal - Auto de infração - Multa tributária A companhia foi multada por incumprimento de regimes de exportação temporária em 2009. Todos os processos administrativos decorrentes estão a ser defendidos no âmbito do Conselho de Contribuintes, sendo a probabilidade de perda por parte da subsidiária considerada possível.	166	-
Outras - Ativos penhorados A subsidiária TAP ME Brasil possui diversos bens ativos penhorados, no valor de 19 037 milhares de euros (21 384 milhares de euros em dezembro de 2011), que se referem a garantias requeridas em processos fiscais e laborais. Entre os bens encontram-se veículos, computadores, componentes, itens dos hangares do Rio de Janeiro e Porto Alegre, entre outros. A Câmara Municipal de Lisboa interpôs, em exercícios anteriores, no Supremo Tribunal Administrativo, um recurso que se encontra pendente da decisão do Governo Português, consubstanciado no Decreto-Lei n.º 351/89, de 13 de outubro, ao abrigo do qual se processou a transferência para a propriedade da TAP S.A. dos terrenos, edifícios e outras construções, utilizados pelo Grupo TAP, e localizados junto do Aeroporto de Lisboa, desafetando-os do domínio público. Paralelamente, foi colocada uma ação cível, cuja tramitação depende do desfecho do processo atrás referido. Em 20 de julho de 2012, a Câmara Municipal de Lisboa, anunciou ter concluído um "acordo global" com o Estado Português relativamente aos terrenos e edifícios e outras construções acima mencionados, reconhecendo que são propriedade do Estado.	19 037	

Descrição	30-jun-2012	2011
Consequentemente, a TAP S.A. entende, também baseada em informações provenientes dos seus advogados, que, do desfecho destes processos judiciais, não resultarão impactos materiais, suscetíveis de afetar as suas demonstrações financeiras, em 30 de junho de 2012.		
Outras – Fundo de Pensões Brasil Em 2009, a sociedade gestora do fundo AERUS (fundo de pensões Brasil) alegou que a TAP ME Brasil possuía dívidas, não reconhecidas na transferência de responsabilidades com benefícios pós-emprego para o referido fundo, de cerca de 16,5 milhões de euros (40 milhões de Reais), por ser co-responsável pelo <i>deficit</i> dos fundos de pensões de outros patrocinadores (VARIG e VASP).	-	16 500

Grupo Baía do Tejo

i) Passivos contingentes

Descrição	30-jun-2012	2011
Contraordenação ambiental , que a Inspeção Geral do Ambiente manifestou intenção de aplicar, que se encontra reclamada no Ministério do Ambiente. Em fevereiro de 2011 em decisão do Tribunal foi aplicado uma coima de 15 milhares de euros à Baía do Tejo que foi impugnada, encontrando-se em fase de audiência de julgamento. Não foi constituída qualquer provisão para esta ação por haver incerteza acerca da tempestividade ou da quantia do dispêndio futuro necessário para a sua liquidação, caso esta venha efetivamente a ocorrer, embora seja convicção do Conselho de Administração que tal não ocorra.	15	15
Vários processos judiciais em curso com um fornecedor que reclama o pagamento de faturas em dívida e respetivos juros de mora, bem como de outros trabalhos prestados, sendo o montante global da ação de 4 732 milhares de euros. Em resultado da decisão do tribunal proferida em junho de 2010 e relativa a um dos processos, a Baía do Tejo foi condenada ao pagamento de faturas em dívida. Contudo foi interposto recurso, requerendo efeito suspensivo e prestada garantia bancária no montante de 1 666 milhares de euros. Contudo, foi também proferida sentença favorável à Baía do Tejo relativa a uma das ações em que são reclamados juros por atraso no pagamento de faturas. Salienta-se que, do valor da dívida reclamada a Empresa tem registada uma fatura no montante de 635 milhares de euros. Por outro lado, uma vez que este assunto está relacionado com o processo de despoluição dos pós históricos da Maia, todos os gastos deste processo foram assumidos pelo Estado, por Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças nº 814/08-SETF, de outubro, pelo que não foi constituída qualquer provisão. Ainda relacionado com o processo dos Pós históricos da Maia decorre em contencioso um processo, interposto em julho de 2008, contra a Urbindústria, Snegses, SN Longos e o fornecedor acima referido, referente a um pedido de suposta remoção de resíduos depositados indevidamente nos terrenos do autor da ação. O pedido da ação ascende a 1 045 milhares de euros. Tal como na situação acima referida, assume-se que os eventuais encargos que possam ocorrer serão assumidas pelo Estado, não sendo por isso constituída qualquer provisão para o efeito.	0	0

Aspetos gerais

Relativamente ao processo de liquidação da Siderurgia Nacional, SGPS, S.A., não existe informação adicional a destacar, face ao que foi divulgado a 31 de dezembro de 2011. Neste processo foram assumidas pela Urbindústria, mediante Despacho Conjunto dos Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e da Indústria e Energia, as responsabilidades que aquela Empresa tinha assumido, no âmbito dos acordos celebrados em julho de 1995, com a Lusosíder, Aços Planos, S.A., com a Siderurgia Nacional – Empresa de Produtos Longos, S.A., e com a Siderurgia Nacional – Empresa de Serviços, S.A., (posteriormente transformada em SNESGES), relacionadas com ações de descontaminação ambiental, tratamento de

resíduos sólidos e sedimentos nas instalações destas sociedades, no Seixal e na Maia, que tivessem sido gerados antes da constituição das mesmas.

No âmbito dos mencionados acordos de 1995 a então Siderurgia Nacional – Empresa de Serviços, S.A., também assumiu responsabilidades ambientais de natureza semelhante.

Deste modo, e face ao processo de fusão operado em 2009, as referidas responsabilidades foram todas integradas na Baía do Tejo.

Por sua vez, a ex-Quimiparque, ao integrar no seu património uma área industrial, no Barreiro, onde, ao longo dos anos, se desenvolveram diversas indústrias químicas, assumiu igualmente responsabilidades decorrentes dos diversos resíduos e sedimentos existentes no referido território.

58 - Eventos subsequentes relevantes

i) Grupo TAP

No dia 20 de julho de 2012, a Autoridade da Concorrência deliberou quanto à não oposição da compra e venda entre a TAP S.A. e a Urbanos Grupo SGPS, S.A. para aquisição, por parte deste, de 50,1% do capital da SPdH. Salienta-se que a referida operação encontra-se dependente da atribuição das novas licenças de *handling* a concurso para os aeroportos de Lisboa e Porto, em análise por parte do INAC, bem como do desfecho do processo de privatização em curso.

ii) Grupo AdP

No dia 6 de julho foi assinado com o consórcio construtor um acordo autónomo que visa finalizar a empreitada de construção da ETAR de Alcântara. Este acordo prevê o pagamento de 11,6 milhões de euros até ao final de 2012, mediante a execução dos trabalhos em falta.

Tendo em conta a perspetiva deficitária da tesouraria da Simtejo no curto prazo, em virtude de os seus maiores clientes apresentarem dívidas significativas (superiores a um ano), foi solicitado uma autorização para um aumento do endividamento no montante de 10 milhões de euros junto dos seus acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de julho de 2012. Esse aumento foi aprovado. Dívidas das autarquias locais ao setor da água, saneamento e resíduos (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro, Orçamento de Estado para 2012).

iii) PARPÚBLICA

No início do mês de julho de 2012 foi concluída a venda à REN, SA de 7,5% do capital detido na Hidroelétrica Cahora Bassa (HCB), pelo montante de 38,4 milhões de euros. Esta venda corresponde a 50% da participação de 15% detida em 30 de junho de 2012 na HCB, que se encontra classificada em Ativos não correntes detidos para venda.

59 - Divulgações de natureza não contabilística

i) Garantias

Grupo AdP

As Responsabilidades por garantias bancárias prestadas por unidades de negócio das empresas incluídas no perímetro de consolidação demonstram-se como se segue:

UN	Tribunais	Instituições financeiras	Entidades concedentes	Outros	1º semestre de 2012	2011
UNAPD	10 850	-	2 688	18243	31 780	31 289
EPAL	5 434	33 338	-	289	39 060	31 360
UNADR	-	-	-	98	98	78
UNR	153	44 168	4 065	2 627	51 013	48 404
UNI	-	-	-	-	-	2 768
Corporativos	-	500	-	278	778	1 211
TOTAL	16 437	78 006	6 753	21 535	122 730	115 110

A holding do Grupo AdP (AdP SGPS), no âmbito dos financiamentos contraídos junto do BEI, constitui-se como garante do bom cumprimento das obrigações contratadas.

Grupo ANA

	1º semestre de 2012	Aumentos	Reduções	2011
Financiamento BEI	200 247		2 910	203 157
IRC	3 011	32		2 979
Processos litigiosos de expropriação	492			492
Gestão dos entrepostos aduaneiros	718			718
Outros	173	15	9	167
	204 640	47	2 919	207 513

Grupo TAP

	1º semestre de 2012	2011
Garantias bancárias prestadas pela TAP S.A.		
Estado Português - Exploração das linhas dos Açores	4 234	2 715
Natwest - <i>Acquiring</i> referente a cartões de crédito	2 608	2 514
Tribunal do Trabalho	3 505	3 440
Aeronaves	20 991	15 891
Combustíveis	4 392	4 317
Outras	7 779	8 646
Garantias bancárias prestadas pela L.F.P., S.A.		
Contratos de concessão de licenças de exploração das lojas francas	6 336	6 336
Garantias bancárias prestadas por outras Empresas do Grupo	539	393
Cauções prestadas a seguradoras	162	162
Total	50 546	44 414

O reforço efetuado, durante o período findo em 30 de junho de 2012, nas garantias bancárias prestadas pelo Grupo TAP, referentes a aeronaves, prende-se, essencialmente, com os contratos de locação operacional.

Grupo Baía do Tejo

Em 30 de junho de 2012, as garantias bancárias prestadas a terceiros são as seguintes:

Beneficiário	Natureza	1º semestre 2012	2011
Câmara Municipal do Seixal	Boa execução das obras de infraestruturas.	141	141
Tribunal Cível da Comarca do Seixal	Caução para que seja atribuído efeito suspensivo ao recurso interposto relacionado com o processo da Terriminas (Pós da Maia)	1 666	1 666
BESLEASING - Imobiliária, S.A.	Garantir uma eventual restituição do preço de venda de um dos lotes do Parque Industrial do Seixal (PIS), vendido pela Ex Urbindústria, S.A.	249	249
Administração do Porto de Lisboa (APL)	Garantir despesas relacionadas com a utilização do terminal do Seixal	68	68
Administração do Porto de Lisboa (APL)	Utilização de área de domínio público	42	42
EDP	Garantir infraestruturas elétricas no Parque Industrial do Seixal - Processo EDP-RCLER.	21	21
Tribunal do Trabalho de Almada	Caução de um processo envolvendo um ex-trabalhador	19	19
SLE	Fornecimento de energia elétrica às instalações localizadas no parque do Barreiro.	7	7
		2 213	2 213

Adicionalmente, a Empresa tem outorgado em contratos-promessa de compra e venda de frações situadas no PIS, celebrados entre a Ex-Urbindústria e particulares, garantias solidárias, para assegurar eventuais indemnizações a pagar aos ex-proprietários dos terrenos da antiga Siderurgia Nacional, S.A.

Por sua vez, prometeu, a título de garantia, à Câmara Municipal do Seixal, efetuar a dação em cumprimento de 10 lotes de terreno no Parque Industrial do Seixal – 3ª fase (PIS III) em caso de incumprimento do compromisso de boa execução das infraestruturas a efetuar no referido parque, orçadas em 4 660 milhares de euros.

ii) Compromissos financeiros assumidos que não figuram no balanço

Grupo AdP

Investimento contratual

A estimativa de compromissos financeiros assumidos pelo grupo AdP não relevados no balanço, decorrentes da celebração dos contratos de concessão relativamente a investimentos iniciais, de substituição, renovação e expansão a efetuar no decorrer do período remanescente de concessão, apresenta-se do seguinte modo:

	Investimento contratual	Investimento já efetuado	Investimento em curso	Investimento contratual não realizado	Investimento contratual não realizado	Investimento contratual não realizado	Investimento contratual não realizado
				(N)	(N+1)	(N+2...N+5)	(>N+5)
UNA-PD	6 521 001	4 123 339	609 472	166 563	172 393	374 134	1 075 102
UNA-DR	1 435 670	869 158	201 095	43 276	45 546	116 605	193 108
UNR	483 968	4 161	6 937	9 733	9 503	127 210	326 425
	8 440 640	4 996 658	817 505	219 572	227 441	617 949	1 594 635

Empresas	Abastecimento / Saneamento	Resíduos	Distribuição e recolha	1º semestre de 2012	2011
Investimento contratual	6 521 001	1 435 670	483 968	8 440 640	8 416 088
Investimento já efetuado	4 123 339	869 158	4 161	4 996 658	4 952 232
Investimento em curso	609 472	201 095	6 937	817 505	751 274
Investimento contratual					
Investimento contratual - N	166 563	43 276	9 733	219 572	
Investimento contratual (N+1)	172 393	45 546	9 503	227 441	452 234
Invest. contratual (N+2 ... N+5)	374 134	116 605	127 210	617 949	670 249
Investimento contratual (>N+5)	1 075 102	193 108	326 425	1 594 635	1 627 264

No mapa seguinte encontram-se apresentados os compromissos futuros do Grupo relativos às rendas a pagar aos municípios pela integração das infraestruturas, conforme definido nos contratos de concessão.

	Rendas já reconhecidas	Rendas reconhecidas em dívida	Rendas futuras - (N)	Rendas futuras - (N+1)	Rendas futuras - Restantes	1º semestre de 2012	2011
Águas do Algarve, S.A.	616			55	3 107	3 778	3 778
Águas do Centro Alentejo, S.A.	1 187	86	86	177	4 340	5 876	5 790
Águas do Mondego, S.A.	29 300		700	1 431	4 836	36 267	36 267
Águas do Norte Alentejano, S.A.	289		27	54	1 022	1 391	1 391
Águas do Noroeste, S.A.	3 308	111	231	194	3 867	7 710	7 760
Águas do Oeste, S.A.	33		2	5	118	158	158
Águas de Santo André, S.A.	5 028			479	8 859	14 365	14 365
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	2 883	1 117	322	684	13 268	18 274	18 434
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	6 600	742	393	876	20 184	28 795	29 859
Águas Públicas Alentejo, S.A.	82	381	320	320	14 704	15 806	15 806
Simarsul, S.A.	1 929	185	278	284	6 069	8 746	8 985
Simdouro, S.A.	28 865		2 194	6 725	36 097	73 881	71 543
Simlis, S.A.	1 100		51	101	1 627	2 879	2 879
Simtejo, S.A.	38 852	8 045				46 898	47 272
	120 073	10 667	4 604	11 384	118 096	264 824	264 286

Grupo ANA

Compromissos financeiros assumidos que não figuram no balanço	1º semestre de 2012	2011
Com contratos firmados com realização em curso	133 389	98 934

Grupo TAP

Em 30 de junho de 2012 existiam compromissos financeiros, assumidos pela subsidiária TAP S.A., relativos a rendas de locação operacional de aviões, no montante de 202 065 milhares de euros (218 876 milhares de euros em 31 de dezembro de 2011).

Adicionalmente, está contratada com a Airbus a compra futura de doze aeronaves Airbus A350, com opção de compra para mais três aeronaves, a receber entre 2015 e 2017, sujeito a ajustamentos negociais.

Grupo Baía do Tejo

Em 30 de junho de 2012 existem os seguintes compromissos financeiros que não figuram no balanço:

Natureza	1º semestre 2012	2011
Pagamento de IMT associado à aquisição do "Complexo da Margueira"	3 781	3 781
Estimativa de pagamento por benefícios de cessão de trabalho aos trabalhadores da ex-Quimigal	2 350	2 350
Contratos de <i>renting</i>	80	152
Total	6 211	6 284

Como referido acima existem ainda responsabilidades assumidas para execução de infraestruturação dos terrenos do PIS III que se estimam em cerca de 10 180 milhares de euros.

iii) Trabalhadores ao serviço

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2012 e no ano de 2011 o número médio de trabalhadores ao serviço (da empresa e de todas as subsidiárias) foi de 19 920 e de 20 109, respetivamente.

iv) Honorários e serviços do Revisor Oficial de Contas (ROC)

Os honorários das sociedades de Revisores Oficiais de Contas das empresas do Grupo PARPÚBLICA no exercício do primeiro semestre de 2012 foram os seguintes:

- Relativo à revisão legal das contas – 512 milhares de euros;
- Relativo a outros serviços de garantia de fiabilidade – 53 milhares de euros.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras intercalares foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 31 de agosto de 2012, sendo sua opinião que as mesmas refletem de forma completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, as operações do Grupo PARPÚBLICA, bem como a posição financeira em 30 de junho de 2012 e a performance e os fluxos de caixa no primeiro semestre de 2012, de acordo as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

O Conselho de Administração

Joaquim José de Oliveira Reis
Presidente

Carlos Manuel Durães da Conceição
Administrador

José Manuel Pereira Mendes Barros
Administrador

Fernanda Maria Mouro Pereira
Administradora não executiva

Pedro Soares Vasquez
Administrador não executivo

Pedro Miguel Nascimento Ventura
Administrador não executivo

Mário Alberto Duarte Donas
Administrador não executivo